CENTRO DE ESTUDOS DA GUINÉ PORTUGUESA

BOLETIM CULTURAL

Administração — Museu da Guiné Portuguesa — BISSAU

O «Centro de Estudos da Guiné Portuguesa», organismo que se propõe contribuir para a elevação do nível cultural da Província, tem como seu órgão o «Boletim Cultural da Guiné Portuguesa».

O «Centro de Estudos» é constituído por uma Comissão Executiva, membros residentes (da Província) e membros correspondentes (de fora da Província). Os membros residentes e correspondentes são designados entre os colaboradores do «Boletim Cultural» e as pessoas que directamente tenham prestado serviços notórios ao «Centro de Estudos». O presidente e vogais da Comissão Executiva são escolhidos entre os membros residentes.

Todos os membros do «Centro de Estudos» terão direito a um exemplar de cada número do «Boletim Cultural», serão postos ao par das actividades do «Centro de Estudos» e consultados sempre que as circunstâncias o aconselhem, podendo acidentalmente tomar parte nas reuniões da Comissão Executiva e ser encarregados de funções especiais.

Colaboração

1 — «O Boletim Cultural da Guiné Portuguesa», órgão de informação e cultura da Província, publicará tôdas as comunicações que à Comissão Executiva do Centro de Estudos forem apresentadas, e que esta julgue de interêsse, relativas à Guiné Portuguesa, de carácter histórico, etnográfico, científico, literário ou artístico.

a) — No campo histórico compreende-se não apenas o relativo ao actual domínio português mas tudo o que diga respeito à nossa acção, desde o século XV, na costa ocidental da África entre o C. Bojador e o Equador.

b) — Dentro do campo científico o objectivo em vista é o estudo sistemático da Província sob todos os aspectos — meio físico, meio biológico, meio humano. Especial atenção merecerá o que se refere à etnografia, pretendendo-se desenvolver ao máximo os conhecimentos sôbre os povos indígenas, pelo que o «Boletim» visará a reunir quer as observações feitas na Província, quer os estudos elaborados por pessoas ou entidades, de fora da Província, especialistas no assunto.

c) — No domínio literário e artístico, o «Boletim» propõe-se contribuir com a sua quota parte para o maior incremento da Arte e Literatura Ultramarinas do Império.

2 — O «Boletim» conterá ainda um certo número de secções habituais, de carácter informativo — Crónica da Província, Crónica Etnográfica, Economia e Estatística, Revista de Livros e Imprensa, etc.

3 — Tem-se em vista reunir nas páginas do «Boletim» tôda a bibliografia que fôr publicada sôbre a Província, para o que se darão as necessárias notícias e críticas bibliográficas. A Comissão Executiva do Centro de Estudos receberá com prazer as obras que os autores e editores hajam por bem enviar-lhe; tôdas serão citadas ou analisadas, mas em especial, aquelas que digam respeito à Província. As obras recebidas passarão a fazer parte da Biblioteca do Museu da Província. Pede-se aos autores e editores que, para este efeito, enviem dois exemplares de cada obra.

4 — A Comissão Executiva do Centro de Estudos desde já pede a tôdas as pessoas ou entidades — da Província, da Metrópole, do Império Ultramarino ou do Estrangeiro — que de qualquer modo estejam ligadas à Guiné Portuguesa, e sobre ela possuam elementos inéditos, que lhe enviem quaisquer trabalhos, informações, fotografias ou desenhos julgados de interêsse e que possam ser publicados neste Boletim.

5 — Todos os artigos e comunicações serão assinados, não se admitindo pseudónimos ou simples iniciais.

6 — As idéias expostas nos artigos e comunicações serão da exclusiva responsabilidade dos seus autores, e nela de modo algum ficará envolvido o «Boletim».

7 — O «Boletim» oferece gratuitamente aos autores (quando o peçam) 50 separatas dos artigos, publicados, sem nova paginação. Os pedidos de mais separatas e de nova paginação correrão por conta dos interessados, e devem ser indicados de maneira bem visível no início do manuscrito e renovados nas provas.

8 — Em princípio as provas serão submetidas aos autores. Contudo, se as provas levarem muito tempo a chegar às mãos dos autores, ou se estes as não devolverem com urgência, comprometendo a data da publicação, a Comissão Executiva do Centro de Estudos reserva-se o direito de proceder a uma revisão sumária.

Preparação dos Manuscritos

Com o fim de facilitar a impressão rápida, correcta e clara dos trabalhos, solicita-se dos autores a observância das seguintes indicações:

1 — Os manuscritos devem ser entregues, em duplicado, na sua forma definitiva e depois de cuidadosamente revistos, pois as alterações ou aditamentos de texto sobre as provas acarretam, além de retardos, despesas suplementares que podem ser facturadas aos autores. Os manuscritos devem ser dactilografados numa face apenas, em fôlhas separadas. Os autores devem conservar um exemplar do manuscrito.

2 — Os desenhos a (tinta da china) e fotografias (provas negras e de boa intensidade) devem ser entregues prontos e juntamente com o manuscrito.

3 — Deve ser indicado no texto o lugar das figuras e cada uma será numerada, vindo a legenda em papel à parte.

4 — Em trabalhos históricos e científicos, principalmente, e sobretudo quando sejam longos, é de toda a conveniência dividir o manuscrito segundo um esquema bem claro, que torne perfeitamente compreensível a arrumação das matérias e a sucessão de títulos e sub-títulos. Quando a extensão e número de sub-divisões o exijam, deverá abrir-se o manuscrito por um sumário

5 — Nos trabalhos de carácter científico os nomes próprios dos autores citados serão sempre escritos em MAIÚSCULAS.

6 — Os nomes das espécies serão sempre em itálico. Nas listas de espécies estas devem ser numeradas.

7 — Na transcrição ortográfica de palavras indígenas deve seguir-se um sistema homogéneo e correcto, que poderá ser o sistema do Instituto de Etnologia de Paris (Instruction d'enquête linguistique, 1928) ou o do Instituto Internacional das Línguas e Civilizações Africanas (Pratical orthography of African languages, 1930), ou outro qualquer. Deve-se mencionar o sistema adoptado, indicando as características sempre que necessário.

8 — Solicita-se a máxima exactidão e simplicidade nas referências bibliográficas. Se as obras citadas forem numerosas ou se referirem muitas vezes, convém agrupá-las no final do trabalho, numeradas e por ordem alfabética dos apelidos dos autores. Desta maneira a citação far-se-á: *a*) ou no próprio texto, mediante o apelido (em maiúsculas), seguido, entre parêntesis, da data da obra (ou do seu número na lista final precedido de uma letra de chamada) e da página [por ex: SENNA BARCELOS (1899 pág. 81), ou SENNA BARCELOS (B 23, I, pág. 81)]; *b*) ou em nota de final de página, de maneira análoga.

9 — Solicita-se que as listas bibliográficas sejam cuidadosamente organizadas. Sugerem-se as seguintes indicações:

a) *Para os livros* — apelido do autor, primeiros nomes, título, número da edição, formato, lugar da edição, nome do editor, n.º de volumes e para cada volume o ano, número de páginas (destacando os números relativos a prefácios, introduções e suplementos quando com numeração própria), número de figuras, de estampas e de cartas [por ex: BARROS (João de), *Ásia de* [...] — *Dos feitos que os portugueses fizeram no descobrimento e conquista dos mares e terras do Oriente* — Primeira década, 6.ª edição, actualizada na ortografia e anotada por HERNANI CIDADE, notas históricas finais por MANUEL MÚRIAS, in 8.º, Lisboa, Agência Geral das Colónias, 1945, X + 443 pág.].

b) *Para as partes de obras colectivas* — Poderá empregar-se: *in* [por ex: VEIGA SIMÕES, *O Infante D. Henrique, O seu tempo e a sua acção* in *História da Expansão Portuguesa no Mundo*, Lisboa, Editorial Ática, 1938, Cap. VIII, págs. 311-356, 13 est.].

c) *Para os artigos* — apelido do autor, primeiros nomes, título do artigo, título abreviado do periódico, lugar da publicação (quando necessário), série (quando houver), tomo ou volume (em letras romanas), ano, número ou fascículo (com a data quando necessário), número de páginas, de figuras, estampas e cartas [por ex: CORTESÃO (Armando Zuzarte), *Subsídios para a história do descobrimento da Guiné e de Cabo Verde* in *Boletim da Agência Geral das Colónias*, VII, 1931, n.º 76 (Outubro), pág. 3-39, 1 fig., 4 cartas].

Expediente e Assinaturas

1 — O expediente deve ser dirigido a: Centro de Estudos, Caixa Postal n.º 37, Bissau, Guiné Portuguesa.

2 — As assinaturas são:

Número avulso	15$00
Ano (4 números)	55$00

Para Portugal e Império Colonial.

Para o estrangeiro estas importâncias são acrescidas do preço do porte.

3 — Os organismos que desejem permutar as suas publicações com o «Boletim» devem para esse efeito escrever para o endereço indicado.

Em Lisboa, todos os assuntos referentes a **expediente e assinaturas** podem ser tratados na Agência Geral do Ultramar (Divisão de Publicações)

Tendo-se suscitado algumas dúvidas sôbre a natureza dos trabalhos a publicar na parte não informativa deste Boletim, desde já se esclarece que a Comissão Executiva só poderá aceitar e fazer vir à luz obras que tenham o carácter de investigação ou observação directa e que marquem sobretudo pela novidade ou originalidade dos assuntos ou maneira como são encarados.

BOLETIM CULTURAL
DA
GUINÉ PORTUGUESA

CULTURA E INFORMAÇÃO

BOLETIM CULTURAL DA GUINÉ PORTUGUESA

VOLUME IX N.º 36 1954

BOLETIM CULTURAL

DA

GUINÉ PORTUGUESA

SUMÁRIO

Volume IX — Outubro de 1954 — Número 36

CRÓNICA DA PROVÍNCIA — (JOAQUIM ANTÓNIO DE OLIVEIRA E JOAQUIM AREAL) — A questão com a União Indiana — Melhoramentos Públicos — Informações diversas.

ECONOMIA E ESTATÍSTICA — (ZEFERINO MONTEIRO DE MACEDO) — Rendimentos aduaneiros — Fundo Cambial — Caixa de Tesouro — Banco Emissor — Finanças Públicas — Caixa Económica Postal — Indústria.

NOTAS E INFORMAÇÕES — Novos membros — Brigada Fitossanitária da Guiné.

LIVROS E PUBLICAÇÕES — *O aldeamento como meio de combate ao nomadismo do Fula da Guiné* (A. DE SOUSA FRANKLIN) (A. A. S.) — *Empleo de las lenguas vernáculas en la enseñanza* (Monografia da Unesco) (A. A. S.) — Obras entradas na biblioteca do Museu durante o trimestre; Oferta de livros — Periódicos recebidos por oferta e permuta (de Julho a Setembro).

SOCIEDADE INDUSTRIAL DE TIPOGRAFIA, LIMITADA
R. Almirante Pessanha, 3 e 5 (ao Carmo) / Lisboa

JUNTA DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR (LISBOA)
CENTRO DE ZOOLOGIA — PROF. FERNANDO FRADE

Investigações para o melhoramento da pesca indígena nas águas interiores da Guiné Portuguesa

por

F. FRADE
Professor da Faculdade de Ciências de Lisboa

F. CORREIA DA COSTA e J. GONÇALVES SANCHES
Licenciados em Ciências Médico-Veterinárias

SUMÁRIO:

I — Introdução. II — Material utilizado. III — Execução, períodos e locais dos trabalhos. IV — Colheitas de água para análise. V — Processos de pesca indígena. VI — Preparação do pescado. VII — Coleccionamento e relação das espécies ictiológicas. VIII — Discussão e conclusões.

I — *Introdução*

Os trabalhos de prospecção piscatória em águas interiores da nossa Guiné, levados a efeito entre os fins de 1953 e os princípios de 1954, pelo Centro de Zoologia da Junta de Investigações do Ultramar, — graças ao apoio de S. Ex.ª o Ministro, Sr. Comandante M. M. Sarmento Rodrigues, — a bem dizer continuaram os estudos da mesma índole que a Missão Zoológica realizara em 1945 e que, infelizmente, não tiveram a sequência necessária.

Antes, porém, de entrar pròpriamente na análise das prospecções recentemente feitas, será por ventura apropositado recordar quais os objectivos a atingir com esses estudos, o modo como se levaram a cabo e os principais resultados obtidos. Para tanto bastará transcrever apenas as

duas primeiras páginas do relatório do chefe da referida Missão («Anais» da Junta, vol. I, pp. 359 e 360):

«Para o desenvolvimento normal das pescarias, tal como actualmente deve ser compreendido, torna-se necessário reunir uma vasta soma de conhecimentos de ordem ictiológica, oceanográfica e hidrográfica, que constituem a base da nova ciência denominada «biologia piscatória»; estão evidentemente em primeiro lugar os que dizem respeito ao inventário sistemático das espécies ictiológicas sedentárias ou migrantes, existentes na região a estudar. Completam êstes conhecimentos as investigações sobre a abundância ou raridade das espécies de valor económico; as características biométricas do crescimento; a alimentação, relacionada ìntimamente com o estudo do plancton; as causas dos deslocamentos; os dados que a oceanografia e a hidrografia fornecem, etc. Evidentemente, só poderá ser esboçada a carta de pescas para o exercício da pesca de arrasto, uma das mais rendosas, se prèviamente tiver sido feito o levantamento hidrográfico dos fundos e o inventário ictiológico da região considerada.

Uma vez na posse desta documentação preliminar, poderá ser iniciado o estudo dos barcos e artes de pesca a adoptar ou a modificar, pois que se sabe, por experiência alheia e própria, que as artes piscosas em determinadas regiões podem deixar de o ser, quando aplicadas em regiões diferentes, independentemente da técnica.

Finalmente, pescado e trazido o peixe para terra, surgirão outros problemas já fora do âmbito da biologia piscatória.

Admitida a necessidade dos prévios estudos apontados, para se promover o desenvolvimento racional das pescas, não seria difícil provar que, na Guiné, como aliás em muitas outras zonas da costa africana, é insignificante a quota-parte dos conhecimentos imprescindíveis respeitantes à biologia piscatória, e, portanto, parece mais rigoroso falar-se em introdução de um sistema de pescarias do que no seu desenvolvimento, visto que a pesca se limita, ùnicamente, a actividades e processos indígenas. Para estes, o rendimento da pesca depende de circunstâncias sobrenaturais, que imploram em cerimónias ao Irã.

Pelas razões apontadas e também por falta de elementos de consulta, que ainda não pudemos reunir, a presente notícia abrange, além das referências aos processos de pesca indígena de que a missão teve conhecimento directo, o relato sucinto dos ensaios empreendidos pela missão com artes europeias de pesca, e a relação das espécies de peixes mais comuns e comestíveis.

Inquirir dos processos de pesca usados em qualquer região é tarefa sempre difícil e morosa, mesmo quando se disponha de bons elementos de consulta, visto que as informações devem ser verificadas, tanto quanto possível, e a análise crítica aprofundada de modo a isentá-la de opiniões preconcebidas. A dificuldade, porém, sobe de ponto quando escasseiam o tempo e os elementos fidedignos; é o caso da presente tentativa, que a missão se propôs levar a efeito na Guiné, onde apenas contou com as boas vontades de entidades oficiais ou de colonos e a desconfiança dos indígenas, cuja simpatia nem sempre pôde ser captada bastantemente, ao ponto de se deixarem convencer de que os nossos propósitos não se irmanavam com os do fisco. No entanto, o convívio diário com alguns pescadores, os auxílios que lhes puderam ser prestados e a assistência tolerante aos seus actos religiosos pré-piscatórios contribuiram, em muito, para o pouco que se conseguiu averiguar.

A exiguidade de tempo disponível não permitiu que grande parte da colónia fosse investigada neste ponto de vista. Por esse motivo imperioso, ficaram, por ora, excluídos do inquérito: a rede dulci-aquícola interior, as zonas costeiras ao norte do rio Mansoa e ao sul do rio Tombali, o curso superior daquele rio e as bacias dos rios Cacheu, Corubal, Grande, Combinjam e Cacine. Foi, porém, percorrida uma área relativamente extensa: as águas interiores e circundantes da Ilha de Bissau, a metade inferior do Mansoa, o Baboc até Canchungo e o Geba até Catió; os mares das ilhas de Pecixe e ao norte e leste de Jata, assim como o rio desta ilha e grande parte dos mares da Ilha de Bolama e do Arquipélago dos Bijagós.

Nestas condições, é natural que a missão não tenha tomado conhecimento de todas as modalidades de pesca usadas pelos indígenas da nossa Guiné».

Como se vê, pelo que acaba de ser transcrito, a prospecção não pôde dilatar-se senão a certos lugares da rede dulci-aquícola interior e das zonas costeiras e suas dependências continentais, apesar dos esforços dispendidos, devendo-se salientar aqueles a que, com tanto acerto, se votou o malogrado investigador, especializado nesta ordem de prospecções, Dr. Bernardo Coelho Gonçalves, que foi adjunto da Missão Zoológica da Guiné.

Impunha-se, e parece que ainda se impõe como verdadeira necessidade, a continuação de tais prospecções, tanto no mar como nos rios e estuários. Por isso, tem sido preocupação do Centro de Zoologia não

deixar no olvido o que com tanto entusiasmo se começou, e aproveitar todas as oportunidades para o seu prosseguimento. Efectivamente, a primeira oportunidade ocorreu quando, em fins de 1952, fomos autorizados, — F. Frade e F. Correia da Costa — a tomar parte no cruzeiro de prospecção piscatória do navio francês «Gérard Tréca», a convite do Chefe da Secção Técnica das Pescas Marítimas, Dr. E. Postel, da A. O. F.

O espírito de colaboração dos nossos colegas franceses — cujos problemas piscatórios se identificam com os nossos — permitiu que fizessemos um utilíssimo estágio em águas da Guiné Francesa, desde Conakry até ao largo das águas territoriais portuguesas. Pudemos, assim, aquilatar do valor piscatório da área considerada, tanto mais rica quanto mais nos deslocamos para o norte.

Dos resultados práticos desse cruzeiro já um de nós deu notícia recentemente ([1]) e também referiu as diligências infrutíferas feitas, junto de diversas entidades, no sentido de que um dos barcos da frota metropolitana de arrasto, mediante subsídio bastante, pudesse deslocar-se aos mares da Guiné, intenção que havia sido anunciada na palestra radiodifundida, em 5 de Janeiro de 1953, pela Emissora de Bissau.

Naquela mesma oportunidade, de passagem pela Guiné Portuguesa, foi-nos possível fazer alguns reconhecimentos, tanto em águas do litoral, como em águas do interior, fixando principalmente a nossa atenção em regiões representativas destes dois biótopos — rio Geba e ria de Bolola (rio Grande) — como prováveis zonas de ensaios para o melhoramento da pesca indígena e, se possível, estabelecimento de postos de piscicultura. Sobrevoadas essas regiões, graças às facilidades sempre concedidas pelo Governo da Província, tomaram-se algumas vistas fotográficas que nos elucidaram mais precisamente sobre as respectivas redes aquícolas.

Foi esta a génese de uma nova proposta que, aprovada superiormente, permitiu a realização das prospecções de que aqui se faz o respectivo relato, as quais obedeceram ao seguinte:

PLANO DE TRABALHO

a) — Estudo dos métodos de pesca indígena e da preparação do pescado.

([1]) Fernando Frade: A propósito de prospecções piscatórias nos mares de Cabo Verde e da Guiné. Garcia de Orta, II, n.º 3, 1954.

b) — Coleccionamento de peixes das regiões consideradas e obtenção de informações respeitantes ao conhecimento que deles tenham os indígenas.

c) — Colheita de amostras de águas para determinações locais físicas e químicas.

d) — Colheita de amostras de plancton.

II — *Material utilizado*

a) — Para deslocação nos rios: canoas indígenas e uma pequena lancha, cedida pela Capitania dos Portos, à qual se aplicou um motor «out-board» da antiga Missão Zoológica. Nestas condições, pela impossibilidade da cedência, por parte do Governo da Província, de um barco com as características necessárias, ficaram muito limitados os movimentos e restringida, portanto, a área de prospecção.

b) — Para a captura de peixes: artes de pesca usadas pelos indígenas.

c) — Para colheita de placton: pequeno saco de seda, com 230 mm de diâmetro bocal e 35 mm de diâmetro do copo. A fixação e conservação do material obtido fez-se em formalina a 2 %. Os resultados do estudo do plancton serão oportunamente noticiados ([1]).

d) — Para colheita e análise de águas: aparelhagem, utensílios e produtos químicos que serão referidos oportunamente.

III — *Execução, períodos e locais dos trabalhos*

A execução dos trabalhos de campo, cujo começo coincidiu com o princípio da época seca, esteve a cargo de F. Correia da Costa e J. Gonçalves Sanches, desde 20 de Novembro de 1953 a Janeiro de 1954 (datas

([1]) Pode-se, desde já, informar que, nas amostras de plancton do rio Grande, em Buba, foram encontradas sete espécies de Copépodes, de entre as quais se destaca *Labidocera scotti* Giesb., que ainda não havia sido registada como existente nas águas da Guiné Portuguesa (Vid. E. Marques, «*Nova contribuição para o conhecimento dos Copépodes da Guiné Portuguesa, II*», em via de publicação).

da chegada a Bissau e de regresso), período bastante curto que teve de ser repartido pelos estudos a fazer, respectivamente, nas regiões de Bafatá (rio Geba) e de Buba (rio Grande ou Bolola).

São de salientar, com reconhecimento, as facilidades concedidas em todos os departamentos do Governo da Província, especialmente em Bissau, Bafatá e Buba.

Os trabalhos de laboratório tiveram lugar: em Bafatá, numa das dependências do Hospital; em Buba, no Posto Administrativo, e em Bissau, no Laboratório dos Serviços Veterinários.

1 — *Rio Geba* (Região de Bafatá)

O curso geral do rio Geba orienta-se no sentido NO-SE, sendo numerosas as circunvoluções que descreve no seu trajecto (Fot. 1), sobretudo até Bambadinca. O leito do rio cava-se em terrenos não acidentados, de pouco declive e pobres de arvoredo; as suas águas coleantes correm lentamente. Graças às inundações a que estão sujeitas, na época das chuvas, — podendo as águas aumentar o seu nível em cerca de 7 metros — (Fots. 3 e 4), as extensas terras marginais são aproveitadas, em grande parte, na cultura do arroz.

Nesta região, ao contrário do que se dirá a respeito de Buba, nota-se, da parte da população indígena, considerável interesse pela pesca. Com efeito, além dos habitantes da aldeia de pescadores (Sindjanbônco, em fula), numerosos são os que a esta faina se dedicam, começando o interesse já a manifestar-se em muitos jovens que, a qualquer hora do dia, se vêm pescando com varas, nas margens ou em canoas.

As espécies mais frequentes são: «bentana», «rebenta-conta», «tainha», «peixe-sapato», etc. [1].

As prospecções neste rio efectuaram-se numa extensão aproximadamente de 8 km para juzante e 7 km para montante, a partir de Bafatá, estando a superfície das águas a um tal nível que ultrapassava os limites marginais, com invasão ainda considerável dos terrenos adjacentes.

---

[1] Os nomes científicos dos peixes constam da «Relação das espécies ictiológicas» que faz parte integrante do presente estudo.

2 — *Rio Grande ou Bolola* (Região de Buba)

Impròpriamente chamado Rio Grande ou Bolola, esta massa líquida é realmente um braço de mar, ou ria, com numerosas ramificações em ambas as margens, sujeita ao regime de marés (Fots. 2, 5 e 6) que se fazem sentir em Buba por diferenças de nível da ordem dos 3 metros. A sua salinidade anda à volta de 22 gramas de ClNa por litro e a riqueza em plancton é considerável, paralelamente à do pescado.

Nas regiões muito piscosas nem sempre a abundância corresponde a um valor económico elevado, no entanto, pelo que respeita à região de Buba, a quantidade e a qualidade apresentam-se com características favoráveis a uma exploração racional, visto que possui realmente notável população piscatória, representativa de espécies das mais apreciadas sob o ponto de vista alimentar, tais como o pargo, o barracuda, a corvina, a garoupa, etc.

Afigura-se-nos, no entanto, que os nativos se entregam pouco às fainas da pesca. Efectivamente, em Buba, havia apenas duas canoas, uma pertencente ao Posto Administrativo e a outra a um nativo que, nesse período, pescava para a Missão de Combate às Tripanosomíases.

Esse mesmo indivíduo trabalhou com a nossa brigada e era o único a quem realmente se poderia dar a designação de pescador, pois outros que tivemos por auxiliares de pesca não passavam de simples pescadores ocasionais.

As prospecções respeitantes ao rio Grande estenderam-se, a partir do Posto Administrativo de Buba, numa extensão aproximada de 10 km, pelo canal principal a que os indígenas chamam «Bolama Bolon Bá» e pelas ramificações nascentes junto do referido Posto, que se dilatam para Norte e Sul, e são denominadas, respectivamente, «Sártudu Bolon» e Bafatá Bolon».

IV — Colheitas de água para análise

Os estudos dizem respeito exclusivamente a águas de superfície, de que se tomaram amostras para análise, em diferentes lugares, e às quais se referem os resultados obtidos.

Os recipientes destinados à água para análise (garrafões de 5 l.) foram prèviamente passados com soluto a 1 % de permanganato de potás-

sio, acidulado pelo ácido sulfúrico na razão de 10:1, — para destruição da matéria orgânica que neles pudesse existir, — e lavados (2 ou 3 vezes) imediatamente antes da colheita, com a água que se pretendia analisar. Depois de cheios, os garrafões foram convenientemente rolhados.

No laboratório fizeram-se as seguintes determinações de: pH, amoníaco, nitritos, nitratos, oxidabilidade (matéria orgânica), alcalinidade (anidrido carbónico combinado), cloretos, durezas e oxigénio dissolvido.

Nas diversas determinações, usaram-se os seguintes métodos:

a) — colorimétricos (aparelho de Hellige), para pH, amoníaco, nitritos e nitratos;
b) — volumétricos, para a alcalinidade e cloretos;
c) — de Winkler, para o oxigénio dissolvido;
d) — de Blacher, para as durezas;
e) — de Kubel-Tiemann e Schülze-Tronmsdorf, para a oxidabilidade.

1 — *Águas do rio Geba em Bafatá*

Os resultados das análises (Vd. Resumo — Quadro n.º 1 — e Protocolo das análises) revelam que, junto a Bafatá, a água do rio Geba é manifestamente deficiente sob o ponto de vista da potabilidade: baixo valor de pH (=6), considerável teor de matéria orgânica e notória a sua escassez em sais de cálcio e magnésio, pelo que a dureza, expressa em graus hidrotimétricos franceses (4mgr de cálcio equivalem a 1 grau), não chega a atingir uma unidade.

A oxidabilidade (média 4,73 e 4,22 respectivamente, em meito ácido e em meio alcalino) dá a indicação do elevado teor de matéria orgânica, a qual pode provir de organismos vivos (bactérias, algas, protozoários, etc.) e de organismos em decomposição, quer vegetais quer animais, existentes na água.

A presença, nas águas superficiais, de amoníaco (NH_4) e de nitritos (NO_2) acusa poluição, por nitrificação incompleta ou redução bacteriana dos nitratos, o que parece ser confirmado pela existência de simples vestígios de nitratos.

Livres da influência das marés, que de pouco ultrapassam Bambadinca, o título destas águas em ClNa, tem o baixo valor médio de 12,27 mgr/l.

Quanto a variações diurnas e sazonárias das águas analisadas, nada

se pode concluir do pequeno número de determinações feitas em tão curto período; no entanto, parece poder-se reconhecer que as águas apresentavam acentuada constância das suas características físicas e químicas.

ÁGUAS DO RIO GEBA EM BAFATÁ

Quadro n.º 1

Resumo dos resultados das determinações físicas e químicas

Determinações		Máxima	Média	Mínima
Temperatura (Graus centígrados)		26,20	26,20	26
pH		6	6	6
Oxidabilidade (mgr/litro	meio ácido	4,87	4,73	4,45
	meio alcalino	4,45	4,22	3,92
Alcalinidade (mgr/litro)	CO_2	13	11,40	8,80
	CO_3	18	15,6	12
	CO_3Ca	30	26	20
Cloretos (mgr/litro)	Cl	10,63	7,44	5,32
	ClNa	17,53	12,27	8,77
Dureza (graus franceses)	total	0,94	0,76	0,63
	permanente	0,19	0,22	0,38
	temporária	0,75	0,53	0,44
Oxigénio dissolvido (mgr/litro)		6,46	6,18	5,92
Amoníaco, Nitritos, Nitratos		vestígios não doseáveis		

2 — Águas do rio Grande em Buba

No que respeita a esta região, por se tratar de águas de apreciável salinidade (22 gramas de ClNa/litro em média), de proveniência marítima, para as quais uma análise completa e rigorosa exige determinadas condições de técnica de que estávamos privados, as nossas determinações destinaram-se apenas a fornecer indicações aproximadas sobre algumas das suas características — pH, cloretos e ciclo do azoto, — que, como era de esperar, asseguram tratar-se de águas salgadas, de pH elevado, e com compostos azotados doseáveis. (Vd. Resumo — Quadro n.º 2 e protocolo das análises).

ÁGUAS DO RIO GRANDE EM BUBA

Quadro n.º 2

Resumo dos resultados das determinações físicas e químicas

Determinações		Máxima	Média	Mínima
Temperaturas (Graus centígrados)		27,8	26,68	25,4
pH		8,1	8,1	8,1
Cloretos (mgr/litro)	Cl	13.715,28	13.613,38	13.502,64
	Cl Na	22.616,28	22.046,80	20.265,64
Oxigénio dissolvido		7,98	7,25	6,51
Amoníaco (mgr/litro)		0,150	0,140	0,125
Nitritos (mgr/litro)		0,1	0,1	0,1
Nitratos (mgr/litro)		0,23	0,23	0,23

A — *PROTOCOLO DAS ANÁLISES — Águas do rio Geba em Bafatá*

— Colheita n.º 1 —

Data — 5/XII/1953
Hora — 8 horas e 50 minutos
Água de — superfície
Local — A meio do rio Geba, em frente à aldeia de «Sindjambônco.»
Temperatura ambiente — 25º,2 C (à sombra)
Resultados:
Temperatura da água — 26,6 C. (à sombra e à superfície)
pH — 6
Amoníaco — vestígios não doseáveis pelo processo utilizado
Nitritos — vestígios não doseáveis
Nitratos — vestígios não doseáveis
Oxidabilidade (matéria orgânica):
4,82 mgr/litro (em meio ácido)
3,92 mgr/litro (em meio alcalino)
Alcalinidade (anidrido carbónico combinado):
CO_2 — 13,20 mgr/litro
CO_3 — 18 mgr/litro
CO_3Ca — 30 mgr/litro
Cloretos:
Cl — 10,63 mgr/litro
ClNa — 17,53 mgr/litro
Durezas (graus franceses):
Total — 0,69
Permanente — 0,19
Temporária — 0,50
Oxigénio dissolvido — 5,92 mgr/litro

— Colheita n.º 2 —

Data — 6/XII/1953
Hora — 8 horas
Água de — superfície

Local — A cerca de 5 km de Bafatá para o lado da nascente e a meio do rio Geba.
Temperatura ambiente — 24°,6 C. (à sombra)
Resultados:
Temperatura da água — 26°,2 C. (à superfície e à sombra)
pH — 6
Amoníaco — vestígios não doseáveis pelo processo utilizado
Nitritos — vestígios não doseáveis
Nitratos — vestígios não doseáveis
Oxidabilidade (matéria orgânica):
4,78 mgr/litro (em meio ácido)
4,29 mgr/litro (em meio alcalino)
Alcalinidade (anidrido carbónico combinado):
CO_2 — 11 mgr/litro
CO_3 — 15 mgr/litro
CO_3Ca — 25 mgr/litro
Cloretos:
Cl — 7,09 mgr/litro
ClNa — 11,69 mgr/litro
Durezas (graus franceses):
Total — 0,63
Permanente — 0,19
Temporária — 0,44
Oxigénio dissolvido — 6,29 mgr/litro

— Colheita n.º 3 —
Data — 7/XII/1953
Hora — 9 horas
Água de — superfície
Local — A cerca de 2 km de Bafatá para o lado da nascente e a meio do rio Geba.
Temperatura ambiente — 24°,2 C. (à sombra)
Resultados:
Temperatura da água — 26°,2 C. (à superfície e à sombra)
pH — 6
Amoníaco — vestígios não doseáveis pelo processo utilizado.
Nitritos — vestígios não doseáveis
Nitratos — vestígios não doseáveis

Oxidabilidade (matéria orgânica):
4,87 mgr/litro (em meio ácido)
4,45 mgr/litro (em meio alcalino)
Alcalinidade (anidrido carbónico combinado):
CO_2 — 8,8 mgr/litro
CO_3 — 12 mgr/litro
CO_3Ca — 20 mgr/litro
Cloretos:
Cl — 5,32 mgr/litro
ClNa — 8,77 mgr/litro
Dureza (graus franceses):
Total — 0,63
Permanente — 0,19
Temporária — 0,44
Oxigénio dissolvido — 6,23 mgr/litro

— Colheita n.º 4 —
Data — 8/XII/1953
Hora — 8 horas
Água de — superfície
Local — em frente a Bafatá, a meio do rio Geba.
Temperatura ambiente — 22°,6 C. (à sombra)
Resultados:
Temperatura da água — 26°,2 C. (à superfície e à sombra)
pH — 6
Amoníaco — vestígios não doseáveis pelo processo utilizado
Nitritos — vestígios não doseáveis
Nitratos — vestígios não doseáveis
Oxidabilidade (matéria orgânica):
4,45 mgr/litro (em meio ácido)
4,21 mgr/litro (em meio alcalino)
Alcalinidade (anidrido carbónico combinado):
CO_2 — 13 mgr/litro
CO_3 — 18 mgr/litro
CO_3Ca — 30 mgr/litro
Cloretos:
Cl — 8,86 mgr/litro
ClNa — 14,61 mgr/litro

Durezas (graus franceses):
Total — 0,94
Permanente — 0,38
Temporária — 0,56
Oxigénio dissolvido — 6 mgr/litro

— Colheita n.º 5 —
Data — 9/XII/1953
Hora — 9 horas
Água de — superfície
Local — A cerca de 2 km de Bafatá, para o lado da foz e a meio do rio Geba
Temperatura ambiente — 24º,6 C. (à sombra)
Resultados:
Temperatura da água — 26º C. (à superfície e à sombra)
pH — 6
Amoníaco — vestígios não doseáveis pelo processo utilizado
Nitritos — vestígios não doseáveis
Nitratos — vestígios não doseáveis
Oxidabilidade (matéria orgânica):
4,75 mgr/litro (em meio ácido)
4,25 mgr/litro (em meio alcalino)
Alcalinidade (anidrido carbónico combinado):
CO_2 — 11 mgr/litro
CO_3 — 15 mgr/litro
CO_3Ca — 25 mgr/litro
Cloretos:
Cl — 5,32 mgr/litro
ClNa — 8,77 mgr/litro
Durezas (graus franceses):
Total — 0,94
Permanente — 0,19
Temporária — 0,75
Oxigénio dissolvido — 6,46 mgr/litro

B — *PROTOCOLO DAS ANÁLISES — Águas do rio Grande, em Buba*

— Colheita n.º 1 —
Data — 23/XII/1953
Hora — 16 horas e 45 minutos
Água de — superfície
Local — A meio do canal principal (Bolama Bolòn Bá) e a cerca de 3 km de Buba, para o lado da foz. Maré a vazar.
Temperatura ambiente — 29º,6 C. (à sombra)
Resultados:
Temperatura da água — 27º,2 C. (à superfície e à sombra)
pH — 8,1
Amoníaco — 0,15 mgr/litro
Nitritos — 0,1 mgr/litro
Nitratos — 0,23 mgr/litro
Cloretos:
Cl — 13.679,84 mgr/litro
ClNa — 22.557,84 mgr/litro
Oxigénio dissolvido — 6,51 mgr/litro

— Colheita n.º 2 —
Data — 27/XII/1953
Hora — 16 horas
Água de — superfície
Local — A meio do braço a que os indígenas chamam Sártudu Bolôn (rio de Sártudu). Maré a vazar.
Temperatura ambiente — 29º,4 C. (à sombra)
Resultados:
Temperatura da água — 27º,8 C. (à superfície e à sombra)
pH — 8,1
Amoníaco — 0,125 mgr/litro
Nitritos — 0,1 mgr/litro
Nitratos — 0,23 mgr/litro

Cloretos:
Cl — 13.631,08 mgr/litro
ClNa — 22.470,18 mgr/litro
Oxigénio dissolvido — 7,98 mgr/litro

— Colheita n.º 3 —
Data 27/XII/1953
Hora — 17 horas e 40 minutos
Água de — superfície
Local — A meio do braço a que os indígenas chamam Báfatá Bolôn (rio de Báfatá). Maré a vazar.
Temperatura ambiente — 26°,6 C. (à sombra)
Resultados:
Temperatura da água — 27°,2 C. (à superfície e à sombra)
pH — 8,1
Amoníaco — 0,125 mgr/litro
Nitritos — 0,1 mgr/litro
Nitratos — 0,23 mgr/litro
Cloretos:
Cl — 13.502,64 mgr/litro
ClNa — 20.265,64 mgr/litro
Oxigénio dissolvido — 6,9 mgr/litro

— Colheita n.º 4 —
Data — 28/XII/1953
Hora — 11 horas
Água de — superfície
Local — A meio do braço a que os indígenas chamam Sártudu Bolôn (rio de Sártudu). Maré a encher.
Temperatura ambiente — 29°,2 C. (à sombra)
Resultados:
Temperatura da água — 25°,4 C. (à superfície e à sombra)
pH — 8,1
Amoníaco — 0,15 mgr/litro
Nitritos — 0,1 mgr/litro
Nitratos — 0,23 mgr/litro

Cloretos:
Cl — 13.715,28 mgr/litro
ClNa — 22.616,28 mgr/litro
Oxigénio dissolvido — 7,35 mgr/litro

— Colheita n.º 5 —
Data — 28/XII/1953
Hora — 12 horas
Água de — superfície
Local — A meio do canal a que os indígenas chamam Báfatá Bolôn (rio de Báfatá). Maré a encher.
Temperatura ambiente — 27°,4 C. (à sombra)
Resultados:
Temperatura da água — 25°,8 C. (à superfície e à sombra)
pH — 8,1
Amoníaco — 0,15 mgr/iltro
Nitritos — 0,1 mgr/litro
Nitratos — 0,23 mgr/litro
Cloretos:
Cl — 13.538,08 mgr/litro
ClNa — 22.324,08 mgr/litro
Oxigénio dissolvido — 7,51 mgr/litro

V — *Processos de pesca indígena*

1 — *Rio Geba, região de Bafatá*

Embora tenha sido rápida a nossa passagem pela região de Bafatá, julgámos ter visto os principais tipos de artes usadas na pesca indígena. Incidiram as nossas observações em aldeias ou tabancas ribeirinhas, do Geba, tais como Nema e, sobretudo, Sindjambônco, a qual está situada na margem esquerda do rio, a 5 km para juzante de Bafatá. Os melhores e mais amplos conhecimentos em tal matéria foram obtidos principalmente nesta última, verdadeira tabanca de pescadores, à qual pertenciam os que sempre nos acompanharam e auxiliaram durante toda a estadia na região. A observação das suas artes de pesca e da maneira como as utilizavam

foi-nos muito vantajosa, não só para avaliação da respectiva eficiência, como também para ulteriores identificações, que fizemos no sentido de reconhecer até que ponto poderíamos considerar generalizado o seu emprego nesta região. São elas as seguintes, cuja designação em português vai acompanhada do nome respectivo, entre parêntesis, em língua fula:

a) — Rede de emalhar ou tresmalho («Pàldudi»);
b) — Tarrafa, chumbeira ou «rédia de bota», em crioulo («Bále»);
c) — Rede de varas («Bisôrdi»);
d) — Linha de fundo («Bôgui»);
e) — Varas.

a) — *Rede de emalhar ou tresmalho («Pàldudi»)*

As redes de emalhar que observámos têm de comprimento entre 7 a 10 m e, em geral, cerca de 1,60 m de altura. A malha é quadrada, com 5 cm de lado. Na parte superior de cada rede, servindo de flutuadores, encontram-se fixados pedaços de madeira, com 22 cm de comprimento e espaçados entre si cerca de 1 metro e 30 centímetros. Na parte inferior, em correspondência com cada um dos flutuadores, estão colocadas pequenas pedras que, uma vez lançada a rede na água, pelo seu peso a mantêm na posição vertical conveniente (Fig. 1 e fots. 7 e 8).

Estas redes são lançadas durante a tarde e levantadas na manhã do dia seguinte, em locais conhecidos pelos pescadores como pontos de frequente passagem do peixe; prendem-se a ramos de arbustos submersos, por meio da corda que possuem em cada um dos seus ângulos superiores.

Como rede de emalhar que é, o peixe ao tentar atravessá-la fica aprisionado numa das malhas, retido principalmente pela barbatana dorsal.

5 cm.

Fig. 1
Esquema da rede de emalhar ou tresmalho

b) — *Tarrafa, chumbeira ou rédia de bota» («Bále»)*

Esta rede, quando aberta, é de forma circular, com 6,80 m de diâmetro. Em toda a sua periferia estão colocados pesos de chumbo, regularmente distribuídos e pouco espaçados. Do centro deste círculo parte uma corda com cerca de 7,5 m de comprimento, cuja ponta o pescador retém quando lança a rede. A malha é quadrada, tendo 2,5 cm de lado. (Fig. 2 e Fot. 10).

2,5 cm.

Fig. 2
Esquema da tarrafa ou chumbeira

Para proceder ao lançamento, o pescador indígena, fechada a rede, torce-a a seu jeito; ao avistar um cardume à superfície, coloca-se em pé na proa da canoa e, dando ao braço um movimento circular inverso ao da torção, lança-a sobre o cardume. Ainda no ar, a rede abre-se em círculo e, ao penetrar na água, em virtude dos pesos da periferia, que regulam a imersão, toma a forma de saco captor dos peixes.

Este aparelho de pesca, que, à primeira vista, poderia parecer um minúsculo cerco, não é mais do que uma rede de emalhar, visto ser esse o artifício que determina a retensão do peixe.

c) — *Rede de varas («Bisôrdi»)*

Este aparelho de pesca, nas suas linhas gerais, é constituído por um saco de rede com perfil lateral trapezoide e malha quadrada de 2 cm de lado, suportado por duas varas de bambú, com 2,90 m de comprimento. As dimensões da rede são: altura anterior 2,10 m; altura posterior 1,40 m; largura 1 m. (Fig. 3 e Fot. 9).

Fig. 3
Esquema da rede de varas

Pela sua constituição lembra a *colher* e o *xilreu*, aquela usada no Guadiana, este na costa do Algarve, mas o seu manejo é diferente, aproximando-se mais do correspondente ao segundo.

Aplica-se esta arte nos pequenos fundos, junto às margens. O pescador, segurando o aparelho pelas extremidades livres dos bambús, avança na água e, ao notar à superfície sinais denunciadores da presença de peixe, eleva-o, afastando completamente as varas, e afunda-o com movimento rápido; seguidamente aproxima os braços, determinando o encerramento da abertura do saco, e só depois disso retira o aparelho da água.

d) — *Linha de fundo («Bôgui»)*

A linha de fundo é de comprimento variável e tem anzóis de 4 a 5 cm em empates, de 11 cm, espaçados de 1 metro. Ao longo dela estão suspensas 3 ou 4 pequenas pedras que contribuem para a manter submersa. (Fig. 4 e Fot. 11).

Fig. 4
Esquema da linha de fundo

Os anzóis são iscados com pedaços de peixes de pequenas dimensões (bentanas, em geral).

A linha de fundo estende-se perpendicularmente ao curso do rio e fixa-se por uma das extremidades a um arbusto da margem; à extremidade oposta, prende-se uma pesada pedra que mantém o aparelho no local e posição convenientes.

As linhas uma vez colocadas, são periòdicamente vigiadas, para recolha de peixe e renovação de iscos.

e) — *Varas*

Os indígenas da região utilizam como «cana de pesca» o eixo ou nervura central da folha de palmeira, em virtude da sua grande resistência e flexibilidade.

A vara, com cerca de 3 metros de comprimento, tem preso na extremidade mais delgada um cordel, de 1,5 a 3 m, com uma bóia de cortiça ao meio e um anzol na ponta. (Fig. 5 e Fot. 12).

Fig. 5
Esquema da vara

Estas varas são utilizadas para pescar, quer de terra, junto às margens, quer de canoa, ao meio do rio. O isco vegetal mais usado é o amendoim (mancarra).

2 — *Rio Grande, em Buba*

Os processos de pesca, que observamos, utilizados pelos nativos nesta região, são os seguintes:

a) — Tarrafa, chumbeira, «rédia de bota» (em crioulo) ou djalô (em mandinga).

b) — Linha de mão.

c) — Linha de fundo.

a) — *Tarrafa, chumbeira, «rédia de bota» («Djalô»)*

Esta rede possui as mesmas características que a utilizada pelos nativos da região de Bafatá, cuja descrição e manuseamento se fez no capítulo respectivo.

O pescador emprega esta rede quando da maré-baixa ou meia-maré, lançando-a da margem e não de dentro duma canoa, para atingir os cardumes (geralmente tainhas) que se deparam ao seu alcance. (Fots. 13 e 14).

É de notar que, na maré vazia, os cardumes constituídos por peixes de pequenas dimensões se deslocam junto das margens, o que torna relativamente fácil a sua captura com o emprego desta arte.

Os peixes assim pescados são geralmente utilizados com isco nos anzóis das «linhas de mão» e das «linhas de fundo».

b) — *Linha de mão*

A linha de mão é constituída por fio de pesca vulgar ou de «nylon», de comprimento variável, munida de 2 ou 3 anzóis de tamanho médio e com um pedaço de ferro ou chumbo a servir de peso.

O pescador, embarcado em canoa, emprega esta arte na *«pesca ao sentir»*, ou ao *«toque»*.

Como a água, nesta região, é muito transparente, os peixes em geral circulam junto do fundo. Para a sua captura, a linha vai sendo largada até tocar no fundo e só então será levantada, de modo a ficar suspensa. Assim o pescador poderá sentir o «toque» que lhe permite «ferrar» no momento oportuno.

O isco é geralmente constituído pelos lombos de tainha, divididos em pedaços, de dimensões variáveis com as do anzol que no momento se emprega.

c) — *Linha de fundo*

A linha de fundo é um vulgar fio de pesca, bastante resistente e de comprimento variável, tendo na extremidade um só anzol grande, empatado em arame.

Emprega-se este aparelho sobretudo na pesca à «bicuda». Normalmente a pesca é feita nas noites de luar, utilizando-se a tainha como isco.

A «bicuda», muito apreciada como alimento, por nativos e europeus, atinge dimensões consideráveis e é extremamente combativa. Por estas duas últimas razões, os aparelhos a empregar na captura do referido peixe devem ser construídos com materiais que ofereçam a segurança necessária.

VI — *Preparação do pescado*

Foi na já referida tabanca Sindjambônco, de pescadores nativos, que assistimos à preparação do peixe, por meio de fumagem e seca, único processo utilizado na conservação do pescado que se destina a consumo próprio e à venda.

Neste processo de conservação em geral utilizado para peixes que excedem um palmo, podem distinguir-se as seguintes operações:

a) — descame ou esfola;
b) — corte e evisceração;
c) — fumagem;
d) — seca ao sol.

a) — O *descame* é feito com o auxílio duma faca vulgar, manejada em geral pelos indígenas mais jovens.

No caso do «peixe-manél», uma das espécies muito utilizadas para a seca, é esta operação substituída pela esfola, em virtude da espessura considerável da pele e da grande resistência que as escamas oferecem, quer pelo seu desenvolvimento e consistência, quer pela disposição e implantação.

b) — O *corte* resume-se a um único golpe longitudinal, dado paralela e imediatamente a um dos lados da barbatana dorsal, ficando as duas partes resultantes ligadas pela face ventral. A evisceração é acompanhada do arranque das guelras. (Fot. 15).

c) — Para *fumagem*, o peixe é colocado num tabuleiro, feito com delgados troncos de árvore e suportado à distância aproximada de 1 metro do solo, por quatro pés também de madeira. O conjunto é apenas protegido por um ligeiro tecto construído com troncos e ramos. (Fot. 16).

O lume, feito por baixo do tabuleiro e destinado à fumagem, é fraco e mais ou menos abafado com cinza. Assim, incide sobre o peixe, durante o tempo necessário que, em regra, não vai além de três dias, a acção do fumo e de calor fraco, mais ou menos uniforme, pelo que, ao mesmo tempo, esta operação é também de seca.

d) — A *seca*, feita pela acção directa dos raios solares, prolonga-se durante dias e termina quando o peixe apresenta determinado aspecto que tradicionalmente é considerado satisfatório.

Como principal deficiência do rendimento dos processos observados, sobressaem as rudimentares características do fumeiro que implicam grandes perdas de calor, visto que funciona absolutamente ao ar livre.

Para uma fumagem mais económica e eficiente, poder-se-á utilizar os «fumeiros árabes» (Fig. 6), os quais, apesar da sua estrutura bastante primitiva, evitam muito bem as perdas de calor. São estes dispositivos formados por barris sobrepostos, em número variável segundo a quantidade de peixe a preparar,

cujos interstícios se tapam com argila, lodo, ou outra substância isoladora e o conjunto se cobre com um leve tecto de ramagem.

No barril inferior, isto é, no de suporte, faz-se uma abertura rente ao solo que constitui a boca da fornalha.

O peixe é introduzido no fumeiro, em enfiadas que ficam suspensas de travessas colocadas no barril superior. Com este

Fig. 6
Esquema do fumeiro árabe. Um dos barris está aberto para mostrar a disposição dos peixes no interior. No barril inferior vê-se a abertura para a fogueira. — Adaptado de A. Gruvel. — Les Pêcheries des Côtes du Sénégal et des Rivières du Sud.

processo, obtem-se bons resultados relativamente às câmaras modernas de secagem, cuja instalação é dispendiosa.

Usando este fumeiro dispensa-se a seca solar, que evidentemente acarreta muitos prejuízos.

De facto, a incidência dos raios solares, muito intensa ao ponto de não permitir uma secagem conveniente das camadas musculares mais profundas, a que se junta a acção nefasta dos insectos, contribui para reduzir a amplitude de conservação do peixe.

A salga, embora ligeira, antes da fumagem, poderá influir na integridade do produto; no entanto, onde o sal for difícil de obter, uma pequena porção de especiaria, servirá ao mesmo tempo para afastar os insectos e de tempero agradável, como é de uso em alguns povos.

VII — Coleccionamento e relação das espécies ictiológicas

a) — *Rio Geba*

A captura dos peixes que coleccionámos fez-se usando os processos de pesca indígena que, no capítulo respectivo, se descreveram.

Não é muito elevado o número de exemplares capturados, talvez devido, em grande parte, à época em que se fizeram as pescarias, a qual parece não ser a mais propícia para a obtenção de bons resultados. Esta dificuldade de captura, que se verifica no começo da época seca e vai decrescendo sucessivamente, deve-se sobretudo ao elevado nível das águas que determina grande dispersão do peixe; a essa causa junta-se a de proporcionar grandes possibilidades de refúgio ao longo das margens, entre a vegetação, a qual, nesta quadra do ano, se encontra ainda atingida pelas águas.

Estes dois factores adversos, agravados pelo escasso tempo de que se dispôs, restringiram inevitàvelmente o montante e o valor dos resultados a que uma pesca bem conduzida pode dar lugar. No que a este assunto se refere, mesmo assim ainda se conseguiu uma apreciável contribuição para o inventário ictiológico das espécies locais. Quanto aos hábitos, regimes e épocas de reprodução, estados de crescimento, dimensões dos adultos

e juvenis, etc., conhecimentos de tão grande importância científica e económica, alguns dos dados colhidos, infelizmente, carecem de rigor, pois provêm apenas de informações de nativos.

b) — *Rio Grande*

Para a colheita de exemplares, servimo-nos dos processos de pesca utilizados pelos indígenas — tarrafa, linha de mão e linha de fundo, que se descreveram no capítulo acerca dos processos de pesca indígena.

A pesca à linha deu o seu máximo de rendimento durante os períodos de águas mortas (entre as marés), chegando a atingir a média de 30 exemplares por pescador, durante uma hora, e pescando com linha de um só anzol.

A maioria dos exemplares pescados pertence à espécie *Pagrus ehrenbergii*, com o comprimento médio de 22 cm e peso médio de 500 gr.

Dos vários «pesqueiros» onde se experimentou a pesca, pudemos concluir que, os melhores eram os situados no braço principal junto à embocadura das suas ramificações.

c) — *Relação das espécies coligidas*

Limitamos esta relação das espécies coligidas àquelas que são mais frequentes e oferecem maior interesse económico, de entre as quais se destacam as «bentanas» como os peixes que mais abundantemente se nos deparam, principalmente na região de Bafatá, e cujas qualidades sápidas mais se quadram com o paladar, por vezes exigente, do europeu; na região de Buba, muitas são as espécies que merecem as preferências dos europeus, sendo a «sinapa» a mais frequente de todas (Fots. 17 e 18).

* Bentana — *Hemichromis fasciatus* PETERS. (Nome crioulo comum a várias espécies da família Cichlidae)
Bentana — *Tilapia melanopleura* A. DUM.
* Bentana-preta — *Tilapia buettikoferi* (HUBR.)
Bica — *Lutjanus agenes* BLEEKER

Os peixes do Rio Geba são marcados com *; os restantes são do Rio Grande ou Bolola.

Bicuda — *Sphyraena sphyraena* (L.)
* Candambala — *Notopterus afer* GÜNTH.
* Fidalgo — *Schilbe mystus* (L.)
Garoupa — *Serranus aeneus* GEOFF.
Jotó — *Otolithus brachygnathus* BLEEKER. (O mesmo nome crioulo é dado a várias espécies da família Sciaenidae)
* Peixe-conca — *Heterotis niloticus* (EHREMB.)
* Peixe-machado — *Citharinus latus* MÜLL. & TROSCH.
Peixe-machado — *Psettus sebae* CUV. & VAL.
* Peixe-manél — *Polypterus ansorgii* BOULENG.
Peixe-prata — *Pristipoma suillum* CUV. & VAL.
* Rebenta-conta — *Sarcodaces odöe* (BLOCH.). (O mesmo nome crioulo é dado a *Elops lacerta*)
Sereia — *Caranx carangus* CUV & VAL.
Sinapa — *Pagrus ehrenbergii* CUV & VAL.
* Tainha — *Alestes nurse* (RÜPP.) e *Alestes baremose* (JOANN.)
Tainha — *Mugil cephalus* L.
* Tremelga — *Malopterurus electricus* (GMEL).

VIII — *Discussão e conclusões*

As prospecções levadas a efeito, nas condições atrás descritas, e os resultados enunciados correspondentes, constituem certamente uma contribuição razoável para o conhecimento científico das regiões visitadas e das actividades piscatórias das populações nativas que as habitam. Resta, todavia, saber em que medida tais prospecções poderão ajudar a esclarecer os problemas propostos, isto é: — averiguado o *statu quo* da pesca, nas duas regiões consideradas, em relação ao ambiente natural, e reconhecidos alguns dos mais importantes factores hidrobiológicos que condicionam o desenvolvimento da população ictica, — se será possível encontrar uma linha de orientação que permita intensificar racionalmente a pesca nas águas interiores da Guiné.

Vejamos, portanto, em resumo, o que lìcitamente se pode deduzir das prospecções realizadas em cada uma das regiões.

1 — *Rio Geba:* As águas do Geba mostram bem que este é tìpicamente um rio de savana. São ácidas, muito pobres de sais de cálcio e magnésio, sujeitas a forte insolação diária e a oscilações de nível da ordem dos 7 metros, desde a época seca à da chuvas, durante a qual inundam vastas terras marginais, que deixam fertilizadas com a matéria orgânica dos seres vivos seus habitantes, quando a estiagem lhe reduz a área de expansão.

Estas características correspondem bem àquelas que, ainda recentemente M. Blanc e Aubenton (Bull. Muséum Paris (2), XXVI, pp. 572-573, 1954) reconheceram nas águas do curso médio do Niger, entre Bamako e Tombuctou (Sudão Francês), muito pobres de composição, mas paradoxalmente ricas de peixe, por insuficiente exportação.

Não é certamente a riquesa de peixe do Geba comparável à do Niger ao ponto de se recomendar, como o fizeram aqueles autores, que se intensifique também ali a pesca para se evitar uma população cujos indivíduos não logram atingir, em regra, o seu crescimento normal. Pelo contrário, antes nos parece que a pesca é demasiadamente lesiva das classes mais novas de peixes, por ser muito apertada a malha de algumas das artes empregadas, precisamente durante o período de estiagem — o período predominante da pesca — quando a menor expansão das águas obriga a maior concentração dos cardumes. Isto conduz a considerar-se como vantajosa a protecção daquelas classes pelo alargamento da malha da rede de varas e da tarrafa respectivamente de 2 e 2,5 cm para 3 cm de lado. Mas não nos parece suficiente apenas a adopção da providência apontada, para melhoramento da pesca indígena.

Como o período de mais vasta extensão das águas, favorável ao crescimento dos peixes, é o menos propício à pesca, se fosse possível encontrar um meio prático para, imediatamente antes desse período, se estabelecerem reservas piscícolas susceptíveis de resistir ao ímpeto das águas, durante as inundações, ter-se-ia contribuído eficazmente para a resolução do problema da carência de proteinas animais na alimentação das populações nativas, preocupação geral das entidades responsáveis pela economia das terras de além-mar.

Em nosso juízo estas reservas piscícolas poderiam constituir-se: por isolamento de áreas que, pelas suas condições topográficas, se conservam permanentemente submersas, e pela construção de viveiros flutuantes.

A primeira forma de reserva poderá constituir-se com barragens de «ouriques», como os das bolanhas para cultura do arroz, ou com estacadas de isolamento, feitas de querentim, semelhantes aos tapa-rios usados na Guiné, que são mera armadilha de pesca, condicionada ao regime das marés, portanto com localização e finalidade diferentes daquela a que nos

estamos referindo; limitando, assim, áreas piscosas no começo da época das chuvas, depois de passado algum tempo necessário ao crescimento, variável com as espécies, o peixe atingirá o tamanho conveniente a uma utilização racional.

Nalgumas regiões africanas, já se está fazendo piscicultura simultânea com a orizicultura.

A segunda modalidade, constituída por viveiros flutuantes, como os que se usam no Cambodge, foi há pouco sugerida, na já citada publicação de M. Blanc e F. d'Aubenton, para conservação e transporte do peixe do Niger, e afigura-se-nos possível a sua construção e utilização nos rios da Guiné, principalmente destinada a reservas de bentana.

2 — *Rio Grande ou ria de Bolola*

As águas do braço de mar ou ria de Bolola, como é natural, apresentam as características das águas do mar, de salinidade relativamente baixa, distribuindo-se por numerosos e intrincados esteiros, e são muito ricas em peixes de estuário. No respectivo capítulo, descreveram-se as artes de pesca que os nativos desta região empregam.

Para melhoramento da pesca, é porém, de aconselhar, que sejam ensaiadas outras artes de maior produtividade compatíveis com as características locais como o «espinel», o «chinchorro» ou a «chincha». O espinel é constituído por uma linha de comprimento variável na qual estão ligados, com intervalos de braça e meia, estrovos de linha mais fina, cada um com o respectivo anzol.

Fig. 7
Esquema do espinel

Fig. 8
Esquema do chinchorro

Fig. 9
Esquema da ria de Bolola, junto a Buba, mostrando a posição da «bordiga» num dos braços

Num dos extremos do aparelho amarra-se uma pedra ou chumbada, para o fazer mergulhar, larga-se a pouco e pouco, aliviando-o de onde em onde com bóias de cortiça. (Fig. 7).

O chinchorro e a chincha são redes envolventes de arrastar que se empregam em sítios pouco profundos. No chinchorro, as mangas têm de comprimento 20 a 25 m, de altura, ao meio, 2 a 2,5 m, e nas extremidades 0,5 m, e a manobra é feita por oito a dez homens. (Fig. 8); na chincha, as dimensões das mangas são, em geral, 15 m no comprimento e 1,5 m a 2 m na altura da parte média, empregando a manobra 2 a 3 homens.

Além da introdução destas artes de pesca seria talvez uma boa medida de fomento a adaptação a viveiros de braços secundários da ria, para o

Fig. 10
«Bordiga» do lago de Tunis. — Segundo H. Heldt.

Fig. 11
Esquema da «bordiga»
1 — Comportas para entrada de peixe no viveiro. 2 — Comporta para entrada de peixe nas câmaras de captura. 3 — Câmaras de captura. 4 — Plataformas de observação e colheita de peixe. 5 — Viveiro-reservatório de transição. 6 — Pontes para circulação de pescadores. 7 — Ponte de ligação à margem. 8 — Anteparo baixo para detritos de fundo. — Segundo A. Gruvel. — L'Industrie des Pêcheries sur les Côtes tunisiennes.

que não lhe faltam as condições necessárias, como é o caso do braço Sártudú (Sártudú Bolôn), junto de Buba (Fig. 9). Para esse fim poderia usar-se o tipo de vedação-armadilha a que os provençais chamam «bordiga», que o primeiro dos autores, há alguns anos, teve ocasião de visitar e ver funcionar na Tunísia, instalado à entrada do lago de Tunis (Fig. 10).

As «bordigas» (Fig. 11) são engenhos fixos, modernamente metálicos, compostos de uma espécie de barreira dupla em V, cujo vértice possui uma abertura vertical que permite ao peixe passar, sòmente num sentido (2), para os locais de acesso às câmaras de captura (3), de onde são fàcilmente retirados pelos pescadores colocados nas plataformas (4) No funcionamento da «bordiga» aproveita-se o facto bem conhecido de que as deslocações dos peixes se fazem em sentido inverso ao das correntes resultantes das marés. Assim, na maré vazante, mantém-se abertas as comportas laterais (1) e na enchente, fechadas estas, abre-se a comporta central (2). A uma certa distância do dispositivo, e para o lado da porção isolada do braço que funciona como viveiro, instala-se um anteparo (8), baixo relativamente ao nível da meia maré, destinado a reter os detritos do fundo arrastados pela corrente.

Dir-se-á, com razão, que se trata de um tapa-rios mais perfeito que os de querentim construídos pelos nativos da Guiné, mas deve-se notar que estes dispositivos são colocados nos limites da maré vasa, deixando portanto em seco o peixe capturado, ao passo que a «bordiga» é implantada mais fora, de modo a que na maré vasa o viveiro se mantenha bem provido de água. Além disso, «a bordiga» é, ao mesmo tempo, palanque de observação e de pesca, e o braço de mar, transformado em viveiro, vai recebendo periòdicamente novos hóspedes que aí fazem estadia de crescimento, até atingirem o valor económico conveniente.

3 — *Sumário das conclusões*

Em resumo, parece-nos que se poderá conseguir uma sensível melhoria da pesca indígena e da utilização do pescado das águas fluviais e de estuário da Guiné, pondo em prática, após ensaios e aperfeiçoamentos que a experiência aconselhar, as seguintes sugestões:

A) — Construção de viveiros para espécies seleccionadas:

- *a)* — Viveiros fixos, simples, em águas fluviais (Bafatá);
- *b)* — Viveiros fixos, com «bordiga», em águas salobras de estuário (Buba);
- *c)* — Viveiros flutuantes, para conservação e transporte.

B) — Aperfeiçoamento das artes de pesca e introdução de novas artes:

- *a)* — Alargamento da malha da rede de varas e da tarrafa, respectivamente de 2 e 2,5 cm para 3 cm de lado (Bafatá);
- *b)* — Introdução do espinel, cinchorro e chincha (Buba).

C) — Melhoramento tecnológico do pescado:

- *a)* — Lavagem e salga fraca, após a evisceração;
- *b)* — Fumagem e seca em «fumeiros árabes», para substituição dos processos usados actualmente.

RESUMO

A propósito de investigações para o melhoramento da pesca indígena, levadas a efeito nas águas interiores da região de Bafatá e nas águas de estuário da região de Buba, na Guiné Portuguesa, ocupam-se os autores, neste estudo, principalmente da colheita e análise de águas, da descrição dos processos nativos de pesca e separação do pescado, assim como do coleccionamento e relação das espécies ictiológicas de maior importância.

No capítulo de discussão e conclusões os autores referem as modificações e inovações dos processos de pesca e preparação do pescado, que parece ser de aconselhar para o incremento piscícola das regiões prospectadas. Assim, procurando obter um maior rendimento das pescas, indicam-se as principais condições e meios de viabilidade de novas artes piscatórias e de instalação de viveiros destinados sobretudo ao crescimento e engorda de peixes, ficando assim traçado o caminho de futura experimentação.

RÉSUMÉ

A propos des recherches pour l'amélioration de la pêche indigène, entreprises dans les eaux intérieures de la région de Bafatá et dans les eaux d'estuaire de la région de Buba, en Guinée portugaise, les auteurs s'occupent surtout dans cette étude, de la composition des eaux, en même

temps que des engins de la pêche indigène et de la préparation du poisson; ils donnent aussi une liste des espèces ichtyologiques les plus importantes au point de vue alimentaire.

Dans un chapitre consacré à la discussion et aux conclusions, les auteurs font état des modifications et des innovations concernant la pêche et la préparation du poisson, qui leur semble utile de signaler pour l'amélioration des procédés indigènes qui s'en rapportent.

Dans ce but, l'installation de viviers, destinés surtout à l'accroissement et l'engraissage du poisson, est préconisée, des postes d'essais devant être installés dans les régions prospectées.

SUMMARY

In this survey, regarding the researches for the improvement of the indigenous fisheries, in the inland waters of Bafatá region and the estuary waters of Buba — Portuguese Guinea —, the authors deal mainly with the samples and analysis of waters, the description of the native processes of fishing and preparing the fish, and list the most important ichthyologic species.

They refer to the alterations as well as the innovations in the fishery processes and the preparation of the fish, which seem to be advisable in order to obtain a piscicultural improvement in the prospected region.

In this way, they point out the principal conditions of efficacity of some piscatory arts to suggest to the natives fishermen and of some fish-ponds to promote the growth and fattening of fishes.

Fot. 1
Circunvoluções do Rio Geba

Fot. 2
Ramificações do Rio Grande ou Bolola

Fot. 3
Ponte sobre o Rio Colufi em Bafatá (nível das águas em 25-11-1953)

Fot. 4
Ponte sobre o Rio Colufi em Bafatá (nível das águas em 12-12-1953)

Fot. 5
Maré cheia do Rio Grande ou Bolola em Buba

Fot. 6
Maré vazia do Rio Grande ou Bolola em Buba

Fot. 7
Retirando a rede de emalhar no Rio Geba, próximo de Bafatá

Fot. 8
Peixe emalhado, *Tilapia buettikoferi*, no Rio Geba, próximo de Bafatá

Fot. 9
Pescando com rede de varas no Rio Geba, próximo de Bafatá

Fot. 10
Recolhendo a tarrafa no Rio Geba, próximo de Bafatá

Fot. 11
Preparando a linha de fundo no Rio Geba, próximo de Bafatá

Fot. 12
Pesca à vara no Rio Geba, próximo de Bafatá

Fot. 13
Lançando a tarrafa no Rio Grande ou Bolola, próximo de Buba

Fot. 14
Recolhendo a tarrafa no Rio Grande ou Bolola, próximo de Buba

Fot. 15
Preparação de peixe para secar na aldeia de «Sindjambônco», nas proximidades de Bafatá

Fot. 16
Fumeiro para seca de peixe na aldeia de «Sindjambônco», nas proximidades de Bafatá

Fot. 17
Peixes do Rio Geba — 1, Bentana (*Hemichromis fasciatus*); 2, Candambala (*Notopterus afer*); 3, Bentana-preta (*Tilapia buettikoferi*); 4, Peixe-manél (*Polypterus ansorgii*); 5, Tremelga (*Malopterurus electricus*); 6, Rebenta-conta (*Sarcodaces odoë*)

1

2

3

4

5

6

Fot. 18
Peixes do Rio Grande ou Bolola — 1, Jotó (*Otolithus brachygnathus*); 2, Tainha (*Mugil cephalus*); 3, Sinapa (*Pagrus ehrenbergii*); 4, Bicuda (*Sphyraena sphyraena*); 5, Garoupa (*Serranus aeneus*); 6, Bica (*Lutjanus agenes*)

POSSIBILIDADES INDUSTRIAIS DA GUINÉ

por

JOAQUIM A. AREAL

I — GENERALIDADES

1. *ASPECTOS DA ACTUALIDADE ECONÓMICA*

Os efeitos da última guerra fazem-se sentir dolorosamente sobre a economia de todos os continentes.

A Europa, que na primeira década deste século tão larga projecção política e económica exercia no mundo, viu declinar a sua influência entre as duas guerras, encontra-se hoje dividida em dois blocos políticos que parecem antagónicos, está a braços com problemas económico-sociais da maior importância para a sua recuperação moral e económica e procura no meio de tanta confusão ideológica um caminho seguro para a resolução da sua crise angustiosa.

É má a balança comercial dos principais países do velho continente.

Quanto aos pagamentos internacionais o ocidente europeu procurou laboriosamente a fórmula que atenuasse a sua gravidade, criando, assim, a União Europeia de Pagamentos, que, em resumo, é uma espécie de banco central, de carácter muito especial, em que se facilitam as trocas comerciais entre países participantes e as transacções entre as zonas monetárias diferentes e se adopta um regime de pagamentos multilaterais.

A produção industrial europeia está longe de suprir as necessidades do consumo.

Apesar de todos os esforços feitos a sua agricultura não consegue proporcionar alimentos para uma população em constante crescimento e a Europa Ocidental, privada do seu tradicional comércio com o leste europeu, que fora tão frutuoso no passado, passou a depender no capítulo alimentar das Américas do Sul e do Norte e da África.

A perturbação é tanta que, mesmo países tradicionalmente agrícolas como a França, que possui condições para aumentar a produção de géneros agrícolas, têm de recorrer, para suprir as suas deficiências neste capítulo, à África e ao continente americano!

O problema alimentar não é, contudo, exclusivo da Europa.

Noutros continentes seguem-se dietas alimentares deficientes e especialistas de nutrição chegam a concluir que mesmo países com nível de vida elevado, como os Estados Unidos da América, precisam de aumentar substancialmente as quantidades de alimentos importantes para terem uma alimentação equilibrada.

Quando as colheitas são deficientes ou surgem calamidades morre-se de fome em muitos lugares do nosso planeta!

As rações são insuficientes na maioria dos povos africanos, asiáticos e até sul-americanos e, nalguns casos, inferiores aos limites da mera subsistência (8) [1].

Os problemas relacionados com esta sub-alimentação têm merecido a atenção dos responsáveis de várias nações e até dos organismos internacionais, como a O. N. U., a F. A. O., a Organização Mundial de Saúde, etc.

Portugal importa quantidades apreciáveis de alimentos e, como outros países, preocupa-se com uma manutenção mais completa e perfeita do seu povo, para o que olha com atenção as possibilidades que as suas províncias ultramarinas lhe podem proporcionar (7).

Como potência colonizadora tem de cuidar também com carinho pela melhoria das condições de vida das populações indígenas africanas, para as quais é de primacial importância o regime alimentar que devem seguir.

O continente africano não desperta interesse sòmente ao nosso país. A importância económica que a África reveste no momento actual para a Europa enfraquecida tem sido salientada inúmeras vezes por escritores e estadistas, vendo alguns nela até a única plataforma para o retorno à antiga prosperidade europeia. (9 e 16).

---

[1] V. Biografia no final.

2. *PAÍSES AGRÍCOLAS E PAÍSES INDUSTRIAIS*

A existência de recursos materiais e de outros factores que levam à prosperidade são muito diversos de país para país e, assim, o desenvolvimento económico destes apresenta os graus mais variados.

Há países com grande número de terras e falhos de capital e população e outros que não dispõem de terras para o alargamento da sua produção agrícola, mas onde, pelo contrário, abunda a população e o capital.

Estes últimos, aproveitando tais circunstâncias e valendo-se de certos factores de natureza política, puderam desenvolver muito notàvelmente a sua indústria, que passou a ter considerável importância.

Os outros países do primeiro grupo dedicaram-se à agricultura, chegando alguns a ter nela uma verdadeira superioridade. Fornecem víveres, matérias primas e até minerais aos países do segundo grupo os quais, em troca, lhe enviam produtos manufacturados.

Devido a estas aptidões económicas diferentes, motivadas pelo diverso grau de riqueza e população, assim surgiu a classificação de *países agrícolas* e *países industriais*. (15).

Os países que se dedicam à agricultura ou à produção de matérias primas têm, como é sabido, um nível de vida mais baixo que o dos países fortemente industrializados. São, por isso, chamados países atrazados, pois para essa classificação, considera-se em primeiro lugar a capitação do rendimento, por a julgarem o melhor padrão do progresso material.

Estes países têm o natural desejo de ver aumentar o nível dos seus rendimentos e deliberadamente procuram alcançar esse objectivo por meio da intensificação da sua produção industrial.

Os países industriais, empregando principalmente armas aduaneiras e manobrando, segundo as suas conveniências, as disponibilidades dos seus capitais, têm criado, nos últimos tempos, obstáculos de diversa ordem ao desenvolvimento dos países econòmicamente menos evoluídos.

Esta luta obscura entre regiões ricas e regiões pobres, que tantos prejuízos causou a estas, parece que vai perdendo terreno devido à expansão das novas concepções da «teoria dos rendimentos e do emprego», de que Keynes foi grande arauto, as quais levaram a compreender que o aumento do nível de rendimento dos povos atrasados e, portanto, a elevação dos seus consumos, conduz a uma melhoria do intercâmbio mundial do comércio.

Aquelas tendências do passado que tanto prejudicaram o desenvolvimento dos países menos favorecidos econòmicamente parecem um pouco atenuadas no presente.

Vêm-se nações, como os Estados Unidos, onde o proteccionismo tem imperado, preocuparem-se com este aspecto do problema económico mundial — como o demonstra a ajuda prometida a estes países e conhecida pelo Ponto IV — e tais prenúncios, indicativos duma nova concepção político-económica, são animadores para o progressivo desenvolvimento das condições de vida das regiões chamadas atrasadas (8).

Sabe-se que nos países progressivos em que o rendimento nacional é alto, a capitação dos consumos é também elevada e esse facto tem influência no desenvolvimento do comércio externo aumentando o volume das importações e exportações.

*

* *

Não foi feito ainda um rigoroso reconhecimento do sub-solo da nossa Guiné. Até hoje não se encontra em exploração nenhum minério.

Tem-se falado na existência de bauxite, lá para os lados do Boé, circunscrição do Gabú, em filões que se julga serem o prolongamento dos existentes na Guiné Francesa, tendo vindo aqui em 1950 um grupo de técnicos para o seu estudo. Ignoramos as conclusões a que chegaram sobre o valor desses filões, mas até hoje nada se realizou de prático para a sua exploração.

Houve, anos atrás, certo interesse pelas explorações auríferas para o que foram concedidas algumas licenças para as respectivas pesquisas. Não há, porém, notícia de que se tivessem conseguido quaisquer resultados.

Colheram-se amostras de areias de alguns locais da costa para pesquisa do titânio, metal hoje de grande valor estratégico, mas desconhecemos qual a percentagem achada.

Sabe-se que na província abunda mais ou menos por toda a parte a laterite de ferro. Alguns autores afirmam não haver dúvidas quanto à extracção de ferro pelos indígenas. (5)

Afigura-se-nos que nunca foi feita nenhuma prospecção mineira para avaliação do verdadeiro valor económico desses afloramentos nem da existência de outros metais.

Carrington da Costa afirma, contudo, que «em virtude dos conhecimentos que possuímos, julgamos não haver grande esperança em qualquer exploração lucrativa do sub-solo a não ser de certas formações mais ou menos argilosas, mas de modo restrito, para alguns artigos de consumo local.» (5).

Não será, portanto, ousado concluir que no estado actual do conhecimento do seu sub-solo a Guiné não possui minérios e não pode, por isso, proporcionar o estabelecimento de indústrias que deles façam a sua base.

As matérias primas que ela produz são de origem agrícola-florestal e pecuária e os valores representativos da laboração industrial que algumas já sofrem cá, são bem diminutos no conjunto da economia da província.

Sendo, como se acaba de ver, uma região essencialmente agrícola a nossa Guiné apresenta todos os inconvenientes económicos dos países sub-desenvolvidos.

3. *CONCEITOS DA INDUSTRIALIZAÇÃO DO ULTRAMAR*

Entre as disposições no Pacto Colonial que tão nefasta influência tiveram sobre a evolução económica das possessões do ultramar, figurava a proibição do estabelecimento nesses territórios da maior parte das indústrias de transformação.

São assaz conhecidos os seus perniciosos resultados para que nos detenhamos na sua enumeração.

O Decreto 985, de 28 de Outubro de 1914, com a concessão de monopólios e de certas vantagens para indústrias que se estabelecessem nas colónias contribuiu para uma certa expansão fabril no ultramar.

O problema da industrialização nas nossas possessões foi debatido na 1.ª Conferência Económica Imperial, realizada em Lisboa em 1936.

A Sub-Comissão do «Comércio com a Metrópole» afirma no seu relatório que «a última redacção a que se chegou foi a de permitir que através do maquinismo das pautas se facilitasse a organização da indústria, nos termos do condicionalismo em vigor. Porém o delegado do Ministério do Comércio e Indústria discordou desta redacção, por entender que não se deve facilitar a industrialização nas colónias.

Esta Sub-Comissão, por isso, atendendo a que a função principal destas é serem fornecedoras de matérias primas e que a criação de indús-

trias nelas é sempre uma operação difícil, acabou por concordar com a doutrina enèrgicamente estabelecida pela lei em vigor». (6-Pág. 138).

O relator da «Comissão de Política Comercial», nessa Conferência, que era o delegado do Ministério do Comércio e Indústria, justifica que «é sobretudo com a produção da indústria que a metrópole poderá pagar os produtos de agricultura que as colónias lhe vendam»; «que a corrente comercial não poderia estabelecer-se se não pudéssemos vender às colónias produtos que elas não têm e de que carecem».

«Entretanto no campo da concorrência anularíamos a solidariedade económica». Apontou ainda outros incovenientes à industrialização do nosso ultramar e acabou por indicar que há indústrias que se podem instalar com vantagem nas colónias por permitirem a valorização de certos produtos locais» (6-Pág. 31).

O Decreto n.º 26.509, de 11 de Abril de 1936, prescreve as normas reguladoras do condicionamento industrial nas nossas parcelas do Ultramar.

Quatro grupos de indústrias são nele mencionados, segundo as matérias primas que laboram e os mercados que têm assegurados para os seus produtos.

Nos dois primeiros grupos as matérias primas são da própria província. No primeiro caso tem garantido o mercado interior e na segunda hipótese os seus produtos têm colocação noutras colónias e no estrangeiro.

Tanto as indústrias do terceiro como do quarto grupos empregam matérias primas estrangeiras. Contudo, as do terceiro grupo têm assegurado o mercado interno ao passo que a produção das abrangidas pelo quarto grupo excede a capacidade de consumo deste mercado.

Na proposta de lei n.º 231 apresentada o ano findo pelo Ministério do Ultramar à Assembleia Nacional dispunha-se no seu artigo 75.º o seguinte: — «Em coordenação com as indústrias da Metrópole e *tanto quanto possível como seu complemento económico*, será promovido o desenvolvimento industrial das províncias ultramarinas conforme as necessidades da sua população e o melhor aproveitamento das riquezas do respectivo território».

A Câmara Corporativa no seu parecer apreciou este artigo do modo seguinte:

> «Só uma política decorre lògicamente da concepção unitária da Nação Portuguesa: a direcção económica na medida em que se torne necessária, visará assegurar o bem comum nacional, isto é, o máximo rendimento, global da Nação e a melhor justiça social topográfica, na órbita de todo o território português.
>
> «Se, pois o Estado, ao abrigo do Art.º 31.º da Constituição, considera necessário fomentar o desenvolvimento das indústrias, ha-de fazê-lo de harmonia com os princípios básicos da unidade e da coordenação como aliás já na Lei n.º 2.005, de 14 de Março de 1945, se teve ocasião de dispôr.
>
> «Quanto ao condicionamento dos investimentos industriais (a que a Carta Orgânica se refere no art.º 226.º) a Câmara Corporativa chamou recentemente a atenção para a necessidade de que seja efectivado, tendo-se em conta a unidade económica da Nação e a coordenação entre o desenvolvimento industrial de todas as suas parcelas. É quanto a este respeito convém dispôr.
>
> «O projecto contém, a respeito do desenvolvimento e condicionamento industriais, reminiscências de concepções superadas, designadamente a de que as *indústrias ultramarinas são acessórias das indústrias metropolitanas*». (10).

Em consequência desse parecer o art.º 75.º da Proposta de Lei ficou com a redacção que tem a Base LXXII, da actual Lei Orgânica do Ultramar:

> «O desenvolvimento das indústrias e o condicionamento dos investimentos industriais serão promovidos, na Metrópole e no Ultramar, em harmonia com os princípios básicos da unidade e da coordenação».

Esboçamos a traços muito largos certos aspectos da evolução entre nós dos conceitos oficiais sobre a industrialização do ultramar português.

A amplitude que deve ser dada à industrialização no ultramar tem sido, desde há muito, objecto de largos debates em diversos países e ainda hoje se discute com calor, especialmente quando ela se refere à África, continente sobre o qual muitos estadistas europeus lançam as suas vistas, como susceptível de boa cooperação económica com o velho mundo.

Araújo Correia refere que «a coordenação das actividades industriais da Metrópole e do Ultramar constitui só por si um problema de primeira grandeza pois os domínios de além-mar podem ser no futuro

um precioso reservatório de matérias primas de diversa espécie que conviria transformar pelos excessos de mão de obra que dia a dia irão assoberbar a vida portuguesa».

«Ao traçar qualquer programa económico para o Ultramar Português há que ter em conta em primeiro lugar a coordenação estreita com a economia metropolitana e depois as deficiências da Europa, onde reside o seu maior mercado e as necessidades americanas de produtos tropicais, com o intuito de realizar dólares». (7-Pág. 242 e 247).

René Moreaux mostra-nos como em França se encara o desenvolvimento da produção colonial:

> «Em 1935 não se pensava senão em contingentes, em créditos, em tarifas preferenciais. Estava-se dominado pela ideia que a produção colonial devia permanecer uma produção complementar e a industrialização mesmo parcial, dos nossos territórios ultramarinos suscitava suspeitas e as mais vivas reservas por parte dos industriais metropolitanos.
>
> Hoje, não só pela Carta das Nações Unidas, como segundo a nossa Constituição, trata-se ao contrário, de explorar as riquezas das nossas províncias e territórios de além-mar fazendo participar ao máximo as populações indígenas neste impulso em todos os domínios, agrícola, industrial e comercial» (14-Pág. 4).
>
> «A aspiração universal dos povos até aqui dependentes, para a liberdade, todas as liberdades, políticas e económicas, mostrou aos homens de negócios internacionais que a era do velho pacto colonial foi encerrada definitivamente, com a guerra, em 1945. Para melhor o eliminar as populações que atingiram a independência estigmatizaram-no com um termo que consideram infamante — o colonialismo.
>
> Daqui em diante tanto a Europa como os Estados Unidos, sua antiga colónia emancipada, já não consideram as terras de além-mar, como ùnicamente grandes fornecedores de matérias primas que viriam, como outrora, abastecer as fábricas do velho mundo». (14).

Como se vê, quer em França quer em Portugal, as disposições legais mudaram depois da última guerra no sentido duma ampla industrialização do ultramar. Talvez porque, como disse o governador Laurenti: — «É hoje impossível não ter em conta o anticolonialismo soviético, a humilhação infligida ao Ocidente pelas armas japonesas, as manifestações de asiatismo, o nacionalismo árabe». (14).

4. *INDÚSTRIA AGRÍCOLA*

É do conhecimento geral que os economistas reconhecem como principais factores de produção — A Natureza, o trabalho e o capital.

Os dois primeiros são considerados factores naturais e o último factor derivado, por ser proveniente da acção do homem e sobre a Natureza.

Na indústria agrícola esses elementos de produção assumem papeis ou têm características diferentes da indústria transformadora.

Quanto às leis dos rendimentos há diferenças principalmente na técnica da produção, na importância que assume a Natureza e nas condições em que o trabalho se exerce.

Os economistas julgaram haver um antagonismo irredutível entre a agricultura e a indústria sobre as leis do rendimento. A agricultura estaria sujeita à lei dos rendimentos decrescentes enquanto que na indústria impera a lei dos rendimentos crescentes.

Esta teoria económica sobre os rendimentos agrícolas, bastante pessimista, acha-se hoje substituída pela teoria agronómica que compreende as leis de restituição, de saturação e a de proporcionalidade até ao limite de saturação.

A primeira mostra a necessidade de restituir à terra os elementos tirados pela colheita; a segunda indica que é limitado o emprego do capital e do trabalho em determinado terreno, segundo as suas condições naturais e a técnica adoptada; a última lei formula que a tendência geral do emprego do capital e do trabalho é para um aumento gradual até ao limite de saturação e não para uma diminuição gradual da produção unitária. (11).

Quanto à técnica de produção não será ousado afirmar que na agricultura ela é essencialmente orgânica, visto depender da acção da Natureza ao passo que na indústria se apresenta dominantemente mecânica, por procurar a transformação da matéria.

Também não é idêntica a função que a Natureza desempenha na agricultura e na indústria transformadora.

Nesta a terra e o clima só muito limitadamente terão influência sobre a sua produção.

Porém na agricultura a Natureza desempenha um papel muitíssimo mais importante que o homem e é ela que lhe proporciona as condições especiais de solo e de clima, sobre algumas das quais a acção humana é ainda muito reduzida ou ineficiente.

No processo produtivo da agricultura têm influência não só as condições físicas, químicas e biológicas do solo como os fenómenos climáticos da temperatura, luz, chuva, ventos, humidade atmosférica, etc.

Quanto ao trabalho a agricultura não permite uma divisão tão acentuada como na indústria, nem a utilização tão generalizada de máquinas, visto estas terem de ser móveis, adaptáveis aos locais onde terão de trabalhar e com determinados requisitos para se tornarem práticas no manejo ou eficientes quanto ao rendimento.

O trabalho exerce-se, no geral, no exterior, excepto em operações de tratamento de gados, armazenagem de produtos ou em pequenas indústrias caseiras, ficando, assim, sujeito às contingências atmosféricas; não pode ser distribuído regularmente devido às características das operações agrícolas que têm as suas épocas próprias; efectua-se em vários locais: — nos campos, nos celeiros, nos currais, etc.; não tem um carácter de continuidade pois a procura da mão de obra é às vezes intensa, outras vezes insignificante, segundo a maior ou menor actividade agrícola. (15).

*
* *

A agricultura na Guiné, cuja produção é o factor fundamental da sua economia, é feita na sua quase totalidade pelos indígenas e a pouca que é de conta dos civilizados segue, no geral, métodos de cultura semelhantes aos usados por aqueles.

A tracção animal e a mecanização agrícola só esporàdicamente se vêm.

Isto denota o atraso em que a província se encontra sobre esse aspecto — o da produção agrícola — que, como se sabe, lhe é económicamente basilar.

Não pretendemos apreciar as causas deste marasmo agrícola em que a Guiné tem vivido, nem mesmo focar quais as culturas a que a pequena percentagem dos agricultores civilizados da província se dedica.

Destacaremos como nota animadora a recente importação de alguns tractores agrícolas e os projectos de culturas em Bolama, pela importante firma António Silva Gouveia, Lda.

II — INDUSTRIALIZAÇÃO

5. *FACTORES ESSENCIAIS*

Para o êxito económico duma empresa industrial contribuem diversos factores que têm de ser apreciados e estudados com o maior cuidado.

Tem importância fundamental na industrialização duma região tudo que se relacione com a energia, as matérias primas, o capital necessário, a mão de obra e, bem assim, entre outros elementos a capacidade das instalações, a sua localização, os mercados internos e externos, as probabilidades de expansão da empresa e as relações entre a indústria e a agricultura.

Todo este conjunto de factores materiais e mentais tem de ser combinado criteriosamente para se chegar a resultados económicos positivos e evitar o desfazer de sonhos, a improficuidade de esforços e desgaste de investimentos.

Exemplos recentes em diversos países atestam fracassos por não se terem ponderado devidamente todos estes factores, essenciais para uma boa viabilidade das indústrias.

O problema da industrialização dum país transcende o aspecto económico e pode influir até na própria estabilidade político-social.

Abrange um conjunto de circunstâncias económico-sociais que começa numa mentalidade orientada na melhor produtividade e eficiência do fabrico e termina na existência dum ambiente favorável para o consumo de artigos industrializados. (7 e 8).

Procuraremos nos números seguintes deste capítulo focar muito ligeiramente alguns dos aspectos particulares destes factores, que podem influenciar o estabelecimento de indústrias em qualquer região ou condicionar o seu desenvolvimento.

6. *INFLUÊNCIAS ECONÓMICO-SOCIAIS*

Os problemas relacionados com a industrialização dum país, especialmente quando esse país está em formação, têm sido objecto de larga discussão.

As indústrias têm uma grande influência na vida duma comunidade.

É sabido que os países industriais possuem um rendimento nacional muito mais elevado que os países onde predomina a agricultura. São os países ricos, em oposição aos países pobres — aqueles que vivem só da agricultura.

A natureza do trabalho industrial tem maior continuidade, melhor segurança social e uma remuneração mais elevada. Estas circunstâncias levam a preferi-lo ao trabalho agrícola, dando-se por tal motivo uma deslocação da mão de obra dos campos para as fábricas.

Conforme o grau populacional duma região assim esse movimento pode trazer ou não inconvenientes à agricultura. Se não houver excesso de mão de obra agrícola esse desvio pode ocasionar o abandono de terras de fraca produção, as quais passarão a ter destino diferente como o florestal.

O emprego das indústrias traz uma maior especialização da mão de obra e reduz a emigração nos países de elevado índice demográfico.

Contribui também para uma maior concentração populacional nas zonas fabris, o que ocasiona problemas relativos à habitação, às comunicações, à saúde e à educação.

Os benefícios ocasionados pela elevação do rendimento nacional, proporcionando riquezas de que todos compartilham, tendem à solidariedade humana, à paz do espírito e a uma cooperação mais acentuada entre as classes diversamente favorecidas pela fortuna.

Em resumo a industrialização tem efeitos sobre a aplicação dos capitais, o emprego da mão de obra e quanto à qualidade e quantidade dos consumos. (7).

7. *ENERGIA*

A energia é actualmente um dos factores mais importantes do bem estar da comunidade. A sua importância não consiste apenas na produção de força motriz.

No complexo das actividades modernas ela destina-se a usos variados e tem, por isso, um papel preponderante, especialmente sob a forma eléctrica. O seu emprego vai desde a fábrica, onde se utiliza para diversas funções mecânicas e químicas, até à produção de luz, calor, frio, aplicações terapêuticas, rádio-eléctricas, etc., etc., nos mais variados locais.

O problema da energia assume, assim, na vida moderna uma importância considerável e precisa de ser posto em condições de utilização e custo susceptíveis de contribuir para o progresso económico duma região.

São diversas as fontes de energia de que o homem pode lançar mão. Entre elas avulta actualmente o uso dos combustíveis sólidos, líquidos e gasosos e a utilização de quedas de água para a produção de energia eléctrica.

Existem outros processos de produzir energia utilizando forças naturais como o ar, o mar e os raios solares.

Na era actual admite-se geralmente a possibilidade do emprego da energia atómica para fins industriais e o pouco que transparece das investigações na base do hidrogénio leva alguns economistas a depositarem esperanças na utilização prática de mais este enorme factor produtivo de energia.

Todas as dificuldades sentidas durante e após o último conflito mundial nas regiões mais diferentes e sob diversas formas, especialmente na produção e distribuição dos carvões e do petróleo e seus derivados, obrigam hoje os economistas e dirigentes de muitos países a pensarem na utilização de recursos nacionais que os ponham mais ao abrigo das contingências político-comerciais de origem externa. (8).

Têm surgido com tal objectivo diversos estudos e realizações de vulto para o aproveitamento das possibilidades hidro-eléctricas de rios mais ou menos em todas as partes do mundo.

*

* *

A Guiné, região de terras planas, onde o efeito das marés se sente a quilómetros da costa, não oferece, com a sua maior elevação de 200 metros nas faldas do Futa-Djalon, para o aproveitamento da energia hídrica as condições da sua vizinha Guiné Francesa, realmente únicas numa vasta região que se estende desde as planícies da Mauritânia até

às matas da Costa do Marfim e na qual se encontram elevações de 1.700 metros, com desníveis bruscos que chegam às vezes aos 800 metros em lugares próximos.

Porém, na nossa Guiné os únicos rápidos conhecidos são os do rio Corubal, no aproveitamento dos quais muito se tem falado como possível fonte de energia.

Recentemente técnico enviado pelo Ministério do Ultramar apresentou o seu relatório respeitante ao estudo a que sobre eles procedera, no qual chegou à conclusão de que não era económico o seu aproveitamento, dada a distância a que ficam do mais importante centro de consumo que é a capital da província.

Numa terra onde abundam madeiras das mais diversas qualidades, seria aconselhável o emprego de gasogénios, não só em certos transportes automóveis como especialmente nos motores fixos destinados às indústrias. O seu uso é actualmente muito limitado, naturalmente por os motores providos de gasogénio exigirem mais cuidados no seu funcionamento ou por não se achar que eles não têm todas as vantagens dos que trabalham com carburantes líquidos.

As pautas actuais da Guiné, velhas e deficientes, não concedem a protecção que em Angola e Moçambique actualmenete se dispensa à importação de automóveis de carga, tractores e máquinas providas de motores que trabalham a gás das florestas e a óleos vegetais e animais.

Talvez que essa disposição consignada já num projecto de novo instrumento pautal enviado para aprovação superior venha, quando entrar em vigor, a chamar a atenção para esse aspecto do aproveitamento dos recursos locais, o qual proporciona uma energia mais barata do que as dos combustíveis líquidos.

Na província tem-se empregado como combustível a casca de arroz em algumas fábricas de descasque desse cereal e a do coconote na antiga fábrica de óleo de palma em Bubaque.

8. *MATÉRIAS PRIMAS*

As matérias primas desempenham papel importantíssimo no desenvolvimento económico das sociedades modernas.

A sua necessidade tem levado até a conflitos armados provocados

pelo desejo de obter pelo domínio político o que se poderia conseguir pelos tradicionais métodos do comércio internacional.

Diverge o conceito de «matérias primas».

Constam especialmente de recursos físicos tal como a natureza no-los oferece, assim como de substâncias que já sofreram uma primeira manipulação.

Provêm elas, por isso, não só do solo ou do sub-solo — de minas, pedreiras, depósitos e jazigos — mas também dos rios, lagos e mares e ainda de espécies vegetais e animais.

As matérias primas essenciais à vida moderna encontram-se espalhadas pelas diferentes partes do nosso Globo, sendo duvidoso que haja países que se bastem completamente a si próprios.

Há uns mais privilegiados, como a Rússia e os Estados Unidos, e outros menos afortunados.

A obtenção de muitas dessas matérias primas constitui uma fonte de preocupações de vária ordem e até de natureza política.

As necessidades daí derivadas levam ao estudo aprofundado da sua aquisição em locais diversos dos tradicionais, à descoberta de novos métodos tecnológicos de extracção e preparação, assim como à utilização de sucedâneos...

*

* *

Disse-se já que na Guiné não há actualmente conhecimento de quaisquer riquezas do seu sub-solo que possam dar origem a uma exploração económica.

As matérias primas susceptíveis de industrialização só podem provir de outras origens — da exploração da terra e das suas águas.

Só uma organização cuidada das actividades com ela relacionadas é que poderá contribuir para o aumento, criação e diversidade das matérias primas de origem vegetal ou animal, necessárias não só ao desenvolvimento progressivo das nossas balanças de comércio e de pagamentos, mas também ao aumento e criação de indústrias, tanto de preparação de produtos exportáveis como das que possam considerar-se verdadeiramente transformadoras.

É princípio constitucional expresso no § único do Art.º 158.º, da Lei n.º 2.048, que deve ser facilitada a circulação dos produtos dentro de

todo o território nacional, empregando-se para tal os meios convenientes incluindo a gradual redução ou suspensão de direitos.

Com mais razão tal princípio deve ser adoptado dentro dum território aduaneiro.

Na Guiné, segundo a nossa opinião, há que aliviar a circulação interna de mercadorias de certas formalidades burocráticas e de encargos fiscais a que está sujeita actualmente, tornando-a o mais fácil possível e sujeitando-a apenas à fiscalização aduaneira achada indispensável pelo condicionalismo geográfico da província.

Esse movimento de mercadorias está agora sujeito a intervenções aduaneiras e administrativas, como se vai ver.

Se este se fizer em embarcações de navegação costeira e de trânsito fluvial fica sujeito às imposições de 3 por mil, correspondente à verba do art.º 30.º da Tabela de Emolumentos Gerais, aprovada pelo Decreto n.º 31.883 de 12-2-942. Parece-nos que essa taxa não está actualmente a aplicar-se bem, por no dizer do referido decreto se destinar aos despachos de cabotagem e não aos de navegação costeira.

O que se deveria cobrar era apenas meio por mil ad-valorem, como se indica no Art.º 14.º da Tabela II, anexa às Pautas actuais, que julgamos estar neste ponto ainda em vigor, por força do Art.º 14.º do referido Decreto n.º 31.883.

Sabe-se quão importante é o movimento de mercadorias, tanto importadas como destinadas a exportação, através dos canais e rios de que a província é, felizmente, tão bem dotada ou ao longo da sua costa. É de todos também conhecido como a via marítima ou fluvial é um dos meios mais económicos de transporte.

Por essas razões é aconselhável que se faça tudo para a aproveitar ao máximo nas melhores condições técnico-económicas.

Além das vantagens que esta orientação traria por si mesma, também se contribuiria para que as estradas não fossem sobrecarregadas com um trânsito suplementar, para o qual ainda não têm pavimentos apropriados, e que mais conviria sob muitos aspectos, fosse feito, como se disse, por embarcações.

Com o fim de obter receitas para as circunscrições a Portaria n.º 9, de 25 de Janeiro de 1943 estabeleceu taxas de portagem sobre todas as mercadorias que nelas entram, (de um por mil ad-valorem), excepto géneros alimentícios e pelos seguintes produtos que saiam: — amendoim, arroz de casca, borracha, cera, coconote, couros, mel de abelhas, madeira da província e óleo de palma.

A previsão orçamental para o corrente ano das taxas de portagem a cobrar nos concelhos e circunscrições atinge a soma de 1.045 contos.

Esses encargos fiscais têm dois grandes inconvenientes para a economia da província.

As mercadorias importadas pelos portos de Bissau e Bolama chegam aos pontos distantes e fronteiriços mais caras com tais sobrecargas e, se do outro lado da fronteira as suas similares são mais acessíveis ao consumidor, surge logo o contrabando, com os conhecidos prejuízos para o comércio lícito e para o erário público.

Por outro lado, também devido a eles os preços de compra dos produtos de exportação terão de ter um diferencial maior em relação aos que se pagam nos portos de embarque e, se nos territórios vizinhos as cotações forem superiores, aí está outra tentação para o tráfego ilícito tanto para indígenas como para comerciantes, que não é difícil de converter em realidade, dadas as dificientes condições da nossa fiscalização aduaneira.

Em qualquer caso, com tais onus as mercadorias entradas nas circunscrições ou concelhos afastados tornam mais cara a vida das suas populações e os produtos da terra terão de ser vendidos mais baratos, com desvantagem para o produtor indígena e até para o comércio que, com o mais baixo poder de compra deste, não poderá vender tanta mercadoria.

O pagamento da portagem administrativa obriga, quando o embarque é fora das sedes das administrações ou dos seus postos administrativos, a deslocação dos carregadores de produtos, o que acarreta despesas, perda de tempo para o comércio e até demoras na saída das embarcações.

Naturalmente o Estado e as autarquias locais teriam prejuízos com a diminuição da receita do movimento da navegação costeira e com a supressão das portagens administrativas.

Na Metrópole existiu uma situação semelhante quanto aos corpos administrativos, mas o Decreto n.º 15.465, de 14 de Maio de 1928, que traçou as primeiras bases da reforma orçamental da autoria do Prof. Oliveira Salazar refere-se, no seu preâmbulo a ela nos termos seguintes: — «Não podendo permitir-se o desmembramento do país em regiões separadas por verdadeiras alfândegas interiores, decreta-se a abolição do

imposto *ad-valorem* e tomam-se as providências necessárias para ser compensada a receita que por ele obtinham os Municípios».

Na Guiné tal compensação poderia ser obtida por meio duma reforma tributária, organizada nos mesmos moldes da que foi feita em Angola em 1949, e da qual esta província, diga-se de passagem, nos parece já bem necessitada.

9. *MÃO DE OBRA*

A multiplicidade cada vez maior das indústrias ocasionadas pelo enorme progresso técnico da actualidade leva a encarar o problema da sua mão de obra como um dos mais importantes.

A sua especialização crescente obriga ao alargamento da instrução técnica dos operários em escolas da região com programas próprios para as suas conveniências industriais, na ida a centros estrangeiros dos próprios operários ou na vinda de especialistas que ensinem a trabalhar com os vários maquinismos ou orientem a técnica do fabrico.

A quantidade e a qualidade da mão de obra disponível influi poderosamente nas condições económicas de cada indústria e é um factor importante a considerar, especialmente na criação de unidades fabris em países novos.

Tem-se escrito inúmeras vezes que a mão de obra especializada é cara nos territórios ultramarinos e de má qualidade a que o indígena africano pode fornecer.

Essas dificuldades, que chegam a ser consideradas por alguns como impeditivas da industrialização do ultramar, terão de ser atenuadas e vencidas como tantas outras que surgiram perante outros aspectos da colonização.

O crescente aumento de indústrias por todo o continente negro parece demonstrar que estas desvantagens perante os países onde abunda a mão de obra barata e especializada ou vão diminuindo ou são compensadas por outros benefícios ocasionados por essa industrialização regional.

Possui a Guiné nos seus 36.125 quilómetros quadrados 508 mil indígenas, segundo o último censo de 1950, o que representa uma densidade de 14,08 por quilómetro quadrado, que para a África inter-tropical é bastante apreciável.

Angola tem uma densidade de 3,3 e Moçambique a de 7,4, bem diferentes da que existe na Guiné. A vizinha África Ocidental Francesa, o Rio do Ouro, o Togo e os Camarões, tanto francês como britânico, têm densidades bastante inferiores à nossa Província.

A população da Guiné é constituída por diversos grupos étnicos — uns trinta, doze dos quais são os mais importantes representando 77 % do total — com aptidões e características sociais diferentes, cuja maioria vive apegada à terra. (4).

Nota-se já hoje, contudo, certa procura por parte do indígena de emprego como garantia de ordenado certo durante o ano, naturalmente para evitar as privações que o fim das chuvas, no geral, lhe traz com a escassez das suas reservas alimentares.

As deslocações para onde haja trabalho compensador são já hoje normais e frequentes nesta província pequena e de relativamente fáceis transportes.

A forma como se encara o problema dos contratos de assalariamento de indígenas tem dado por vezes motivo a queixas amargas daqueles que precisam de pessoal. Parece que esse serviço não se executa de maneira uniforme ou com o mesmo rigor em todas as partes da província e já tem sucedido não se tomarem em consideração queixas quanto a faltas do trabalhador sobre o cumprimento do prazo do seu contrato.

Isto faz com que o indígena abuse da sua situação e leva alguns recrutadores a não cumprirem a lei quanto à realização de contratos de trabalho, por julgarem que estes só lhe trazem despesas e deveres sem a necessária contrapartida.

Este problema carece da maior atenção pois não poderá haver progresso agrícola ou industrial sem um mínimo de garantias quanto à estabilidade da mão de obra.

10. *CAPACIDADE DA EMPRESA*

Para o bom rendimento de uma empresa além de técnicos capazes é necessário uma direcção competente.

A conveniente capacidade produtiva das instalações é também de suma importância.

Como vimos, todos os factores de produção são de considerar, mas modernamente nenhum outro elemento produtivo assume tamanha importância como a inteligência directiva.

Afirma-se que em circunstâncias iguais dela depende em grande parte o progresso de várias comunidades por influir em elevado grau na eficiência dos elementos produtores e no rendimento da empresa.

Para se estabelecer as convenientes dimensões duma empresa há que ter em conta vários factores especiais.

Se as instalações industriais são de grande capacidade as máquinas serão custosas, os edifícios e outros serviços terão de ser mais vastos e este maior emprego de capital só terá a devida compensação se houver um consumo conveniente.

Estando a laboração reduzida a parte do ano o custo da produção terá de ser elevado acima do nível que métodos mais convenientes e especializados conseguiam, para assim ser possível amortizar o valor dos maquinismos e pagar os juros do capital neles empregados.

Vimos que a produção depende do mercado e é ela que deve condicionar a obtenção da dimensão mais eficiente duma instalação fabril.

A tendência, tão frequentemente manifestada, de aumentar a capacidade produtiva duma indústria, quase sempre recorrendo a uma mais intensa mecanização, se é sedutora pelo lado técnico oferece inconvenientes pelo lado económico, caso não se considere devidamente a colocação dos artigos que se produziram em maior quantidade.

Se esta se chegar a realizar e houver aumento de eficiência industrial ou expansão de rendimentos haverá vantagens não só para a empresa como para toda a comunidade numa elevação da capacidade produtiva. (15).

11. *LOCALIZAÇÃO*

Teòricamente uma indústria deve ser instalada no local onde as condições de produção sejam mais vantajosas e se proporcione uma distribuição dos seus produtos para toda a parte em igualdade de preços.

Para isso necessário era que todos os factores de produção se pudessem deslocar livremente para esse ponto ideal, o que na prática jamais sucede. As condições naturais que tanta diversidade apresentam não têm a mobilidade nem variam conforme as conveniências económicas.

A localização é, por isso, influenciada por diversas circunstâncias, entre as quais estão os recursos naturais, os transportes, a abundância de trabalho e a proximidade dos mercados.

Para a resolução deste problema é necessário, como se deduz, estudo cuidadoso e profundo.

Através dos tempos os factores naturais devem ter desempenhado papel decisivo no aproveitamento das riquezas próximas e na distribuição dos produtos para mercados longínquos.

Assim, as condições geológicas influem no estabelecimento das indústrias extractivas — minas, pedreiras — o clima condiciona a existência de certas espécies animais e vegetais e, consequentemente, a agricultura e a pecuária de matérias primas orgânicas e as condições geográficas impõem características específicas ao acesso por terra e por mar.

Os recursos naturais requeridos pela produção podem num país ser abundantes e fàcilmente acessíveis, escassos ou pouco acessíveis, ou faltarem completamente.

Estas situações diversas contribuem para que os preços destes recursos sejam diferentes em cada caso, — baixos quando existirem em abundância e altos quando rarearem.

Os transportes, quer das matérias primas para o local do fabrico quer dos produtos até aos mercados consumidores, como ocasionam despesas que se vão reflectir nos preços dos artigos fabricados, indicam-nos também a conveniência ou não de determinada localização industrial.

Se as distâncias forem longas e grandes as quantidades físicas de tais recursos o dispêndio no seu transporte será maior e, por tanto, a instalação nesse local não é, evidentemente, aconselhável.

As condições financeiras necessárias para a montagem e funcionamento eficiente duma unidade fabril são diversíssimas de país para país e as facilidades de financiamento tornam-se às vezes decisivas para a localização. O capital só aflui quando encontra certas garantias de natureza económica e até política.

A mão de obra, pelo papel importante que desempenha na economia duma empresa, é factor de valia a considerar, pois se ela é abundante e especializada não será cara e os produtos poderão ser vendidos a preços mais acessíveis.

A proximidade dos mercados, pressupondo transportes mais curtos e, portanto, mais baratos, traz vantagens também sobre regiões que ficam mais afastadas dos locais de consumo.

Constata-se, porém, que as indústrias nem sempre estão situadas nos pontos aconselhados para uma melhor produção económica.

Outras causas acidentais determinaram a sua localização que neste caso, não é a mais favorável, quer consideremos essa indústria não só em relação a determinado conjunto económico mas também segundo as conveniências duma economia mundial. (15).

*

* *

Encontra-se a nossa província da Guiné muito próximo dos mercados consumidores da Europa e da América do Norte e essa situação é vantajosa, por ser susceptível de proporcionar um transporte mais barato dos produtos para esses mercados.

Essa circunstância não deve, porém, ser contrariada pela existência de tabelas de fretes marítimos elevados em comparação com os existentes para as outras localidades produtoras.

Sobre esse aspecto a Guiné parece não estar favorecida, pois os fretes estabelecidos pelas companhias nacionais de navegação são de modo geral altos, o que tem suscitado reparos.

Haverá necessidade de os reajustar, principalmente se vierem a diminuir, como é natural, as facilidades de colocação de que gozam actualmente os produtos da província nos mercados externos.

Cremos que esse imperativo económico está dentro da doutrina do despacho n.º 250, de 17-X-1953, do actual Ministro da Marinha, Comandante Américo Thomaz, em que se afirma: — «À Marinha Mercante Nacional, que é também uma indústria e uma indústria que se conseguiu reconduzir a um nível mais conforme com as nossas antigas tradições, cabe ajudar na medida das suas possibilidades as restantes indústrias nacionais sobretudo as que precisam, merecem e convém ajudar»... «Na realidade os armadores devem ter a preocupação de facilitar, no máximo que lhes seja possível, os transportes e de servir os seus clientes — os passageiros e os carregadores — com o firme e constante propósito de os deixar plenamente satisfeitos, em todas as circunstâncias». (2).

12. *FINANCIAMENTOS*

Os desgastes financeiros ocasionados pela última guerra fazem com que a preocupação dominante na actualidade seja a maneira de se gastarem as disponibilidades financeiras.

Há necessidade de as empregar em obras que tenham os melhores resultados económicos, em igualdade de circunstâncias de natureza política e social, para os capitais darem assim o melhor rendimento possível.

Ora a industrialização demanda o emprego de capitais avultados em edifícios e maquinismos e nos países novos é necessário importar estes últimos.

Alguém definiu «a industrialização como a deslocação do capital em direcção ao trabalho».

«De um modo geral é lícito afirmar que o volume dos investimentos depende de duas causas principais: do preço dos factores de produção e da procura efectiva dos produtos acabados, chegados ao último sector do consumo. Assim uma queda da taxa de juro estimula o investimento e o mesmo sucede quando se prevê um aumento da procura dos produtos» (15-Pág. 168).

Nos países de marcadas características agrícolas, como o nível de vida não é, no geral, elevado a poupança é diminuta e os capitais escasseiam. As taxas de juro são mais elevadas nestes países do que noutros com uma economia mais desenvolvida.

Só oferecendo melhores condições é que o capital aflui a empreendimentos que, por novos, incluem sempre o seu risco. O preço da utilização do capital é, assim, mais elevado nos países agrícolas, onde em compensação se encontra, no geral, mão de obra mais barata.

O empresário tendo em vista tais factores característicos dessas regiões adoptará o que mais conveniente lhe for para obter determinada produção: — Utilizará maquinismos que representam capital, no geral caros para ele ou substituí-los-á por novos braços que poderá obter em melhores condições de preço.

Deste modo há uma relação entre salários e taxa de juros, a qual leva a adoptar na produção métodos de mecanização mais ou menos intensivos. (15).

*

* *

Como estabelecimento bancário existe na Guiné sòmente a filial do Banco Nacional Ultramarino.

Pelo seu contrato com o Estado é-lhe vedado como banco emissor, a concessão de créditos a longo prazo.

A agricultura e a indústria da província não poderão, portanto, dispor dessas facilidades, tão necessárias ao desenvolvimento das suas produções.

Essa lacuna, que pesa grandemente na sua economia, é preciso que seja preenchida, se se deseja o verdadeiro progresso desta parcela nacional.

O Banco do Fomento, criado pelo Decreto n.º 18.571, de 8 de Julho de 1930, terá por missão satisfazer essas necessidades agrícolo-industriais e tudo aconselha a que depressa se faça a sua instalação.

Como a Guiné não dispõe actualmente de nenhumas facilidades de crédito a longo prazo, ao contrário de outras regiões mais felizes, o estabelecimento desse banco impõe-se o mais ràpidamente possível nesta província, pois só através dele se pode incrementar o desenvolvimento da indústria e da agricultura, as quais, infelizmente, tão pouco evoluídas se encontram.

13. *MERCADOS*

Os mercados para os bens de consumo pode limitar-se ao território nacional ou ultrapassar as suas fronteiras.

O volume das produções depende da extensão dos mercados.

Poucos são os países que possuem um mercado interior que garanta às suas indústrias condições de melhor produtividade.

Para a sua expansão a indústria precisa dos mercados externos.

Tem, por isso, de se organizar para enfrentar a concorrência que neles deve encontrar. Para tal será necessário que os seus custos de produção, dependentes principalmente dos preços dos seus factores e da organização administrativa e técnica da empresa, se possam igualar com os dos outros concorrentes.

No interior do seu território uma indústria pode contar com uma protecção aduaneira ou fiscal, mas no exterior para uma colocação dos

seus produtos terá de lutar com limitações de vária ordem como contingentes, restrições cambiais, direitos aduaneiros elevados, etc., que só serão removidos ou atenuados em parte por meio de acordos entre os governos respectivos (15).

O comércio internacional ressente-se desses entraves e grande luta se trava para que tal situação se modifique no sentido de ser possível aumentar cada vez mais o volume das transacções comerciais entre os diversos países.

Será desse modo que a economia mundial poderá recompor-se dos grandes abalos produzidos pelo conflito que assolou todos os continentes.

III — INDÚSTRIAS NA GUINÉ

Abordados os assuntos referentes aos problemas da industrialização, em geral, passamos a tratar dos principais aspectos de algumas das indústrias que se nos afiguram possíveis estabelecer neste pequeno rincão do ultramar português.

Além das indústrias extractivas, aqui de pequena monta, interessam-nos as manufactureiras e fabris, especialmente aquelas que se relacionam com as produções do solo guíneense, dadas as características económicas desta província, evidenciadas já no capítulo anterior, e que a levam a considerar como uma região agrícola.

É a agricultura hoje aqui um sector pouco considerado e acarinhado, mas enquanto não se descobrirem novas possibilidades do sub-solo, só dela nos poderá advir maior desenvolvimento económico, para o que terá de haver um cuidadoso e inteligente aproveitamento dos recursos locais, como na hora actual se procura fazer em todos os continentes.

Para conseguir tal objectivo não devem nunca esquecer-se as regras e os princípios que ficaram sucintamente indicados sobre industrialização.

Começaremos pelas oleaginosas por serem os produtos que maior importância assumem nas transacções comerciais com o exterior.

14. *OLEAGINOSAS*

§ 1.º — *Amendoim*

Esta araquídea constitui o maior valor de exportação da nossa Guiné. À volta dela gira a parte mais importante do comércio desta província.

No triénio de 1950-52 a média anual da sua saída corresponde a 31.742 toneladas. A Metrópole comprou em cada um destes anos respectivamente as quantidades seguintes: — 28.350, 22.297 e 36.397 toneladas.

Esta percentagem elevada é devida aos sistemas de contingentes obrigatórios, fixados segundo as necessidades da Metrópole.

Para o ano corrente foi estabelecida a quota de importação metropolitana de vinte mil toneladas, menor, portanto, que as remessas dos últimos anos.

Os preços destes contingentes, bem como de outras oleaginosas como o coconote e o óleo de palma, são, presentemente, determinados por acordo entre os Ministérios da Economia e do Ultramar.

O amendoim tem sido embarcado para o exterior sempre com a casca. Ora é sabido que esta representa em peso 25 % da semente. Assim os vapores conduziram desnecessàriamente uma carga importante que por ano se aproxima das oito mil toneladas, se tomarmos a média do triénio acima indicado, pela qual se teve de pagar quantia apreciável de frete marítimo!

A casca assim exportada poderia ser aproveitada aqui para adubo, artigo este que não abunda por cá.

Por estas razões há toda a conveniência para a economia da Província que este produto seja descascado para exportação.

Recentemente iniciaram-se as saídas de amendoim descascado, especialmente para o estrangeiro, onde a semente em casca começou a ter dificuldade na sua colocação, parece que devido às más condições de limpeza em que muita era daqui enviada.

As exportações da semente descascada foram em 1953 de 112 toneladas para a Metrópole e nos primeiros oito meses do corrente ano de 8.005 toneladas, das quais apenas 1.189 quilos para a Metrópole.

Foi a Guiné a última província do nosso ultramar a seguir essa prática, quando há territórios nacionais em que o indígena tem o costume

já velho de sòmente apresentar para venda ao comércio o produto sem casca.

Se igual sistema se adoptasse na Guiné ou, pelo menos, se o seu descasque se efectuasse em pequenas máquinas nos centros de compra mais afastados dos portos de exportação o transporte desse amendoim tornar-se-ia muito mais barato. Ao mesmo tempo a frota fluvial ficava muito menos sobrecarregada em época de intenso movimento e os transportes automóveis poderiam ser utilizados, com maior proveito, noutras actividades económicas.

O descasque de uma parte do amendoim saído foi feito em Bafatá, o que representa já um passo no sentido da economia dos transportes.

O resto e o mais importante realizou-se, contudo, na fábrica montada no Ilhéu do Rei, fronteiro a Bissau, de que é proprietária a firma António Silva Gouveia, Lda.

Óleo de Amendoim: — Consome a província bastante quantidade de óleo de amendoim.

Da Metrópole importou no triénio 1951-53 uma média de 110 toneladas.

A Guiné, que é a maior fornecedora de amendoim à Metrópole, precisa actualmente de importar óleo desta araquídea extraído lá das sementes idas daqui!

Este óleo necessàriamente vem agravado com todos os encargos dos fretes de ida e volta, direitos de saída e entrada na Guiné e na Metrópole, seguros, etc., etc., além dos lucros dos vários intermediários nestas operações comerciais e industriais.

Esta situação anómala é bem provável que se atenue e até se resolva dentro de pouco tempo.

Existe em Bissau uma fábrica de extracção de óleos vegetais da firma A. Figueira & C.ª, accionada por motor a gasóleo, e que consta de prensa, descascadora e separadora para amendoim, filtros-prensa, neutralizador da acidez, centrifugadora, desodorizador e triturador para coconote. A sua produção de óleo de amendoim tem sido a seguinte: — 105 toneladas em 1951; 44,566 em 1952 e 52,706 em 1953.

O conjunto industrial que a Sociedade Comercial Ultramarina tem em Bissau inclui um descasque de amendoim e a extracção do respectivo óleo, mas a sua montagem não está ainda concluída.

Do óleo de amendoim produzido durante o corrente ano pela única

fábrica em laboração foram exportados 272.288 quilos até fins de Agosto, todo para a Bélgica e no mercado local são vendidas mensalmente cerca de quatro toneladas, ao preço de 12 escudos o litro.

Este óleo não é ainda bem refinado, razão porque a sua aceitação não é geral.

A produção de óleo de amendoim deveria pela sua qualidade e preço suprir completamente as necessidades internas da população civilizada e indígena. Esta última consome actualmente pequena quantidade, ao contrário do que sucede nos territórios vizinhos, onde o seu preço lhe é acessível.

Quanto a mercados externos um dos primeiros a considerar pela sua proximidade e tradicionais relações de comércio seria Cabo-Verde que importou da Metrópole 101.119 quilos em 1950; 36.750 quilos em 1951; 45.336 em 1952 e 40.043 em 1953.

A própria Metrópole, que nos manda as quantidades que vimos, poderia talvez ser importadora de alguma produção guineense, como sucedeu, por exemplo, com Moçambique donde recebeu 731 toneladas em 1951 e 387 em 1952 e 878 em 1953, com os valores de 3.528, 7.124 e 8.018 contos.

Bagaço de Amendoim: — Quanto ao bagaço de amendoim foram embarcados em 1953 — 7.808 quilos para a Itália e 396.621 quilos para a Inglaterra e Bélgica nos oito meses do ano corrente.

Este sub-produto é mais um valor com que conta a exportação desta província, além de constituir um bom alimento para animais domésticos e que tem boa procura local.

A produção foi em 1952 de 78.020 quilos e em 1953 de 68.896 quilos.

§ 2.º — *Gergelim*

As sementes de gergelim, ou sésamo destinam-se principalmente ao fabrico do respectivo óleo alimentar.

As suas aplicações são, contudo, diversas nas várias regiões do globo, em algumas das quais se cultiva esta oleaginosa desde longa data. A sua farinha é empregada na confecção de bolos e utilizada em outras formas de alimentação, até mesmo nesta província.

As exportações da nossa Guiné andaram nos anos de 1950 e 1951 por volta das quatro toneladas e meia, subiram a 22.679 quilos em 1952, foram

de seis toneladas em 1953 e nos oito meses do corrente ano ultrapassaram as 23 toneladas.

Como se acaba de ver a sua importância é bem diminuta entre as outras exportações.

Sendo a sua cultura muito mais económica que, por exemplo, a do amendoim, e servindo como bom alimento nos períodos em que o arroz escasseia nos celeiros indígenas tudo aconselharia a que se intensificasse a produção do gergelim.

Ignoro as causas da falta de interesse por este produto. Será o abandono a que o têm votado as grandes casas exportadoras por estarem preocupadas principalmente com o amendoim?

As quantidades saídas este ano são das mais elevadas que se têm registado. Oxalá que esse sintoma animador prossiga no futuro.

Julgamos que mercados não lhe faltarão. A Metrópole importou 689 toneladas em 1951 e 911 e 2.661 nos anos seguintes.

Moçambique figurou nesse triénio respectivamente com 587, 528 e 2.058 toneladas e Angola com 101, 360 e 593 toneladas.

O sésamo poderia ser farinado na província para ser utilizado pelo indígena e aqui extraído o respectivo óleo, como já se pratica com o emendoim e o coconote.

Se isso se efectivasse mais um produto viria a melhorar a nossa balança comercial.

§ 3.º — *Girassol*

Esta planta oleaginosa não se cultiva na Guiné com fins económicos, ao contrário, por exemplo, de Moçambique onde tem certo valor entre as suas exportações.

Temos visto alguns exemplares com bom aspecto o que nos leva a supor terem cá um ambiente propício ao seu densenvolvimento.

O óleo produzido é bom para a alimentação e, se a sua cultura se desenvolvesse, poderia ser extraído aqui, utilizando ou adaptando, julgamos que relativamente com pouco dispêndio, algumas das instalações destinadas ao fabrico de outros óleos.

Deste modo haveria mais uma fonte de divisas.

quente na província, sendo de admirar a não generalização destes maquinismos, manifestas como são as suas vantagens.

Será porque os seus detentores querendo auferir lucros elevados para rápida amortização do capital neles investido, pagam por preço inferior ao razoável o coconote bruto adquirido ao indígena, levando estes, por não reconhecerem vantagens económicas do sistema «do branco» a conservarem os seus métodos tradicionais de «quebra» da amêndoa de palma?

O alargamento do descasque mecânico, de que existem certas iniciativas, algumas até oficiais, como as levadas a cabo nalgumas circunscrições, é uma necessidade imperiosa pois só por meio dele, quando organizado nos mais convenientes moldes económicos, é que se poderá efectivar um maior aproveitamento do coconote que ainda se perde nos melhores palmares da província.

Óleo e bagaço de coconote: — A firma A. Figueira & C.ª é a única produtora de óleo de coconote.

A sua produção foi em 1952 de 95.600 quilos e em 1953 de 771.235 quilos.

Este óleo foi enviado no ano findo para os seguintes destinos: — Bélgica 396 toneladas, Itália 123, Suécia 119 e Irlanda 52 toneladas. A estas exportações correspondem os valores de 4.099 contos.

Quanto ao bagaço de coconote a sua produção passou de 98.020 quilos em 1952 para 1.121.171 quilos no ano seguinte.

As exportações dos bagaços de coconote, que se iniciaram também o ano findo, atingiram 994.207 quilos com o valor de 956 contos, todas para a Bélgica. Durante os oito meses do corrente ano apenas saíram 21.240 quilos, também para a Bélgica.

§ 5.º — *Purgueira*

Esta oleaginosa dá-se admiràvelmente na Guiné onde os indígenas a empregam, no geral, para vedação dos seus quintais.

A planta é pouco exigente e poderia cultivar-se em terrenos secos e pobres que não servem para outras culturas.

Têm sido pequenas as quantidades acusadas na estatística de exportação, como se vê:

1947	3.169	quilos
1948	12.045	»
1949	5.485	»
1950	13.015	»
1951	2.886	»
1952	12.154	»

No ano findo não houve mesmo qualquer exportação.

Não sabemos a que causas pode ser atribuído este diminuto volume de saídas.

Se às baixas cotações deste produto em relação a outros mais rendosos na sua colheita ou cultura; se à existência de poucos mercados exteriores, quase que limitados sòmente aos de Portugal e da França, o que torna irregular a sua colocação; se, finalmente, ao desinteresse da maior parte do comércio local pela sua compra, fundado em quaisquer razões próprias.

Aumentada a produção podia extrair-se o respectivo óleo, que iria valorizar as nossas exportações.

O óleo de purgueira tem aplicação principalmente na indústria de saboaria e no fabrico de estearina.

Recentemente constatou-se que o seu comportamento nos motores Diesel e semi-Diesel, é igual ao do gasóleo. Sem qualquer tratamento prévio obtém-se com ele um bom rendimento como carburante.

Esta utilização é muito importante não só para atenuar as importações de carburantes como para suprir a sua falta, em caso de dificuldades internacionais. O óleo de purgueira poderia ser utilizado principalmente nos transportes e na maquinaria agrícola desde que estivessem providos dos motores em que dê bom rendimento — os Diesel ou semi-Diesel. (1).

§ 6.º — *Rícino*

Ainda em plena guerra promulgou o Governo da Metrópole o Decreto n.º 33.925, com o fim de intensificar a cultura do rícino no nosso Ultramar e a sua industrialização.

Nele se concedem zonas reservadas ao comércio e indústria desta oleaginosa, tendo por limites mínimos um concelho ou circunscrição.

Na Guiné ainda não foram aproveitadas estas facilidades legais.

Cremos que esta planta tem meio próprio para o seu desenvolvimento nesta província mas, apesar disso, a sua cultura não tem a mínima influência na exportação.

O óleo de rícino adquiriu no último conflito uma grande importância devido à variedade dos seus usos estratégicos entre os quais se contam os lubrificantes para a aviação, líquidos para freios automáticos, graxas para armamento, tecidos e plásticos para as forças armadas, pois serve para a preparação dum rival do «nylon», etc., etc.

Além disso, emprega-se também em várias indústrias como as de tintas e vernizes, saboaria, oleados e linóleos, óleos secativos, etc., e, na forma mais pura, para usos medicinais.

O bagaço, que corresponde a uns 60 % da semente industrializada, é um excelente adubo, que poderia prestar bons serviços à agricultura. Calcula-se que para uma boa adubação de um hectare de terreno bastam três toneladas deste bagaço, que passam por ter a propriedade de afugentar as termites.

A Metrópole abastece-se exclusivamente das nossas províncias ultramarinas, sendo Angola a principal fornecedora com 595, 1.642 e 716 toneladas em cada um dos anos do triénio 1951-53. Cabo Verde enviou-lhe 9.257, 11.112 e 30.224 quilos nesse mesmo período.

Julgamos que a Guiné poderia muito bem modificar a sua situação agrícola e industrial quanto a esta importante oleaginosa, cuja cultura reputamos de interesse para a província.

15. *DA ALIMENTAÇÃO*

§ 1.º — *Açúcar*

Tem a Guiné boas condições para a cultura em grande escala da cana do açúcar.

Segundo estudos feitos é até bastante elevado o seu teor sacarino.

A cultura desta planta faz-se actualmente em reduzidos e dispersos terrenos de pequeno número de hectares cada um, e não se destina ao fabrico de açúcar.

Ora as estatísticas dão as seguintes quantidades de açúcar entradas na Guiné: Quilos: —

1947	192.059	1950	338.440
1948	628.070	1951	323.746
1949	65.999	1952	473.835

A Metrópole consome quantidades apreciáveis de açúcar do nosso ultramar, mas importa ainda do estrangeiro uma tonelagem apreciável. Relativa a um triénio, eis a tonelagem dessas importações:

do Ultramar:

1951	70.745 quilos
1952	81.411 »
1953	76.435 »

do Estrangeiro:

1951	25.147 quilos
1952	116.371 »
1953	30.796 »

Estes números mostram que a Guiné podia e devia abastecer-se a si própria e tinha possibilidades de colocação na Metrópole do excedente da sua produção, isto dentro do espírito de cooperação económica que, segundo a lei, deve ligar todas as parcelas do território nacional.

Está autorizada a instalação nesta província duma fábrica de açúcar com a capacidade de laboração de trinta a quarenta mil toneladas.

A empresa está constituída, os respectivos estudos foram iniciados e encontram-se já escolhidos os terrenos, dos quais está a correr o respectivo processo de concessão.

É este um empreendimento de grande alcance para a província que bom seria tivesse realização em breve.

Numa terra onde anos atrás parecia não haver outros horizontes económicos além dos da «mancarra», esta iniciativa representa sintoma animador de novas orientações.

§ 2.º — *Arroz*

Por todos é sabido constituir o arroz o alimento preferido e habitual do maior número das tribos indígenas que povoam este rincão português.

As condições do solo desta província são extremamente favoráveis à cultura desta gramínea e os métodos culturais usados por alguns indígenas são dos mais indicados para os instrumentos agrícolas rudimentares que possuem.

É enorme a área das zonas alagadas ou alagáveis susceptíveis de serem aproveitadas para o cultivo do arroz, reputando-a CARRINGTON DA COSTA em 70 % da superfície total do território.

São férteis esses terrenos das aluviões fluviais.

O arroz tem consumo garantido não só internamente como nos mercados nacionais de Açores, Madeira, Cabo Verde e S. Tomé e, especialmente nos territórios estrangeiros vizinhos.

Não há números publicados sobre a produção deste cereal. Pelos elementos do recenseamento agrícola que está em curso a estimativa da produção para 1953 é de cerca de noventa mil toneladas.

A sua exportação tem sido, em toneladas: —

1950	2.099	1952	1.297
1951	1.061	1953	566

Estes números oficiais não representam a realidade, visto ser de todos conhecido quão importantes são as saídas clandestinas deste cereal pelas fronteiras terrestres e em canoas indígenas que, devido às deficiências da nossa fiscalização aduaneira, fizeram um tráfego quase à vontade não só para o norte, até à Gâmbia, como para a Guiné Francesa.

* * *

Existem actualmente em Bissau três fábricas de descasque de arroz e uma outra no Ilhéu do Rei, da firma António Silva Gouveia, Lda., inaugurada há poucos meses.

A da Sociedade Comercial Ultramarina, na Avenida da República, será substituída por uma outra, já completamente pronta, situada na zona industrial. Esta tem a capacidade horária de 3.500 quilos de arroz descascado e é accionada eléctricamente por uma central privativa, movida por máquina a vapor alimentada com a própria casca do arroz e por um motor adicional que trabalha a gasóleo.

O comércio e a industrialização do arroz tem-se revestido nesta província de características muito especiais.

Os donos dos respectivos descasques são também comerciantes que por intermédio duma rede de filiais suas ou de contratos com outros comerciantes pequenos adquirem a grande maioria da produção de arroz.

Nesta situação, como não lhes falta matéria prima, não têm mostrado grande interesse em descascar arroz pertencente a estranhos, que não sejam industriais de descasque.

Conseguem, assim, que todo o arroz descascado nas suas fábricas fique em seu poder.

A venda em Bissau é feita sòmente nos estabelecimentos que eles possuem e nesta terra de arroz as mercearias, bem sortidas com os mais diversos géneros, vindos às vezes de paragens bem distantes, não fornecem aos seus clientes nem um grão deste cereal, em tanta abundância colhido aqui!

Os proprietários dos descasques de arroz têm nas mãos, além da sua industrialização, o comércio da compra directa do produto e a distribuição não só no mercado interno como para exportação. Na venda do produto industrializado são grossistas e retalhistas!

É uma situação realmente especial que tem sido aproveitada muito hàbilmente a favor dos seus interesses.

Havia, contudo, um concorrente — o arroz descascado manualmente pelo indígena, o chamado arroz de pilão.

Começaram por lhe atribuir um preço muito mais baixo que ao descascado mecânicamente, proibindo-se a sua exportação. Adquirido muito mais barato do que até ali, era, agora, bem lucrativa uma simples passagem pelas máquinas seleccionadoras e polidoras e, depois, este antigo «arroz de pilão» poderia entrar no mercado e ir para o exterior sem fazer qualquer diferença daquele que as máquinas descascaram!

A enorme procura provocada especialmente pelas perturbações ocasionadas pela guerra no abastecimento dos territórios circunvizinhos, que até ali consumiam arroz do Extremo Oriente, relegou o preço oficial para segundo plano e o indígena começou a ter bem pago o seu trabalho de pilar o arroz. Além disso, ficava com o farelo necessário para a criação de animais. O pequeno comércio transaccionava esse arroz que tinha bom

acolhimento entre a população civilizada, grande parte da qual o preferia pelas melhores qualidades nutritivas, e, deste modo, contribuía para atenuar a irregularidade e a escassês dos fornecimentos dos descasques.

As regiões produtoras de arroz podiam ficar com as reservas necessárias ao seu consumo. Evitava-se, assim, o transporte do arroz em casca para as fábricas em Bissau e a compra aqui do produto descascado o que, mesmo em condições normais de distribuição do produto, se tornava mais prático, cómodo e económico, sabido como é que cada deslocação duma mercadoria faz elevar o seu preço.

Em princípios de Janeiro de 1953 surgiu o Diploma Legislativo n.º 1.563, que proibiu a comercialização do arroz de pilão. Os industriais de descasque viram, graças a ele, desaparecer finalmente o terrível concorrente.

As perturbações, arrelias ou prejuízos ocasionados pelos efeitos deste diploma aos indígenas como produtores e consumidores, aos pequenos comerciantes e à população civilizada foram em grande número e deram lugar a protestos.

Os objectivos das suas principais disposições — melhoria do produto laborado, por exclusão do arroz de pilão considerado inferior e o abastecimento regular do mercado, por haver mais arroz em casca para as fábricas — não foram conseguidos.

Em vez desses melhores resultados que se esperavam, nesse ano as bichas para a compra do arroz começaram mais cedo do que nunca, houve dificuldades várias no abastecimento, especialmente de certos pontos da província, pois a capacidade dos descasques era insuficiente e, além de tudo isso, a qualidade do arroz deixava muitas vezes a desejar!

Este ano, porém, limitaram-se as exportações, houve certa fiscalização, não se viram bichas, mas o diploma 1.563 continuou em vigor.

Anseia-se que o problema do arroz seja resolvido de maneira a que o consumidor veja também considerados os seus direitos. E não só o consumidor.

O produtor indígena e civilizado precisa também de ter uma boa compensação do seu enorme e digamos principal esforço, para que haja o estímulo suficiente em aumentar cada vez mais as áreas de cultura, o que traria as melhores conveniências gerais.

Sabe-se como a nossa Guiné tem condições favoráveis para ser uma grande produtora deste cereal, cujo consumo, tende a alargar-se mundialmente.

A indústria do descasque de arroz, aliás como qualquer outra, deve gozar da protecção a que tiver direito dentro dum critério e duma moral que tenham em devida consideração o produtor, o comércio distribuidor e a população consumidora e, ao mesmo tempo, ser forçada a atingir todos os objectivos económicos que ela pode desempenhar e que são do maior interesse para a província.

§ 3.º — *Cajú*

Anos atrás a cultura do cajueiro pouca importância tinha na Guiné, pois, pode dizer-se que ele só era empregado na vedação de propriedades junto a estradas, semeado em compasso estreitíssimo para formar sebes.

As determinações do Governo da província no período de 1946-1948 para que em todos os postos administrativos se semeasse anualmente um hectare destas árvores, bem como outras manifestações de interesse pelo cajú, grangearam-lhe mais um pouco de consideração.

Estudos feitos mais recentemente provaram que a província tem condições agro-climáticas muito propícias ao desenvolvimento do cajueiro, cuja castanha tem hoje bastante interesse como artigo alimentar, muito em voga principalmente nos Estados Unidos.

No ano findo vieram de Moçambique umas dez toneladas de castanha de cajú que o Governo enviou às circunscrições para serem distribuídas para sementeira, quer por indígenas quer por civilizados.

Isso representou uma nova propaganda em prol da sua cultura e um passo em frente a favor do seu desenvolvimento que, a continuar, poderá converter a castanha do cajú em novo factor de valorização das nossas exportações.

A sua actual produção nesta província foi calculada por técnico competente entre os limites de 300 a 400 toneladas anuais.

Da castanha do cajú descascada pode obter-se um bom óleo alimentar.

Uma firma importante pediu a instalação duma fábrica de descasque de cajú e, dada a sua idoneidade e interesses que tem na província, bem provável é que em futuro próximo seja um facto a exportação da castanha descascada.

Óleo de cajú: — Da casca ou pericarpo da semente do cajueiro é extraído um óleo também chamado bálsamo do cajú, líquido castanho avermelhado, baço, acre e viscoso que é uma das principais e mais econó-

...nicas fontes de fenois naturais. Com ele obtém-se resinas, vários pro-
dutos de polimerização e outros derivados químicos.

As resinas, muito resistentes aos alcalis cáusticos empregam-se no
fabrico de vernizes isoladores para a impregnação de bobinagens, de pro-
dutos insecticidas e de pós diversos para olaria, nos indutos com boa
resistência química como nos do material de laboratório, etc., etc.

Os produtos de polimerização têm aplicação como isoladores eléc-
tricos, como revestimentos que endurecem com a acção do calor e de super-
fícies sujeitas a atritos como freios, de recipientes destinados a conter
matérias alimentares ou de aparelhos empregados na indústria de fermen-
tação, em plásticos, no fabrico de tintas e adesivos, na preparação de
insecticidas e fungicidas, etc., etc.

Os esteres e os éteres do óleo de cajú são utilizados na preparação
de secativos, de ingredientes para tinturaria e perfumaria, em anti-oxi-
génios para óleos animais, vegetais e minerais, etc., etc.

De desejar seria para bem da economia da província que junto ao
descasque da castanha de cajú se extraisse o óleo da casca, que como se
viu, tantas aplicações já tem na actualidade.

Vinho de cajú: — Da polpa do fruto do cajueiro extrai-se em muitos
pontos da província, em quantidades, cremos que cada vez mais crescen-
tes, o sumo, que fermentado, serve de bebida para indígenas.

O processo do fabrico do chamado «vinho de cajú» é bastante rudi-
mentar mas, mesmo assim, o seu consumo é grande.

Esta bebida, cujo fabrico julgamos susceptível de ser melhorado,
poderia vir a substituir os chamados «produtos líquidos» de certas indús-
trias rurais espalhadas pela província, de tão largo consumo entre os
indígenas.

§ 4.º — *Frutas*

Produzem-se na Guiné boas frutas que poderiam ser colocadas nos
mercados europeus e da Metrópole, dada a proximidade e os poucos dias
de viagem que não as onerariam com fretes elevados nem com demoras
prejudiciais ao seu bom estado de conservação.

Entre elas podem mencionar-se as bananas, as citrinas, especialmente
laranjas e até o ananás.

É a Guiné servida por uma carreira quinzenal de barcos que pos-

suem frigoríficos os quais na sua viagem para cá nos trazem géneros
alimentícios de fácil deterioração como peixe, moluscos, frutas frescas, etc.,
e que na volta seguem vazios.

A capacidade desses frigoríficos regula por 11 metros cúbicos,
metade da qual podia ser aproveitada no retorno do navio para levar para
a Metrópole algumas dessas nossas frutas frescas, com vantagem não só
para a província como para os armadores.

A Metrópole consome frutas provenientes do nosso ultramar, como
bananas frescas de Cabo Verde, Angola e Moçambique e citrinas de Cabo
Verde e Angola.

Tem ido também para lá banana seca de S. Tomé e Angola.

A exportação de banana tem, como se sabe, grande importância na
vizinha Guiné Francesa onde a vão buscar barcos especialmente adapta-
dos a esse fim.

Entre nós há terrenos bons para a sua cultura e julgamos que o seu
incremento seria de desejar não só para o consumo e exportação em
verde, como seca e farinada.

Os nossos vizinhos têm projectado na sua Guiné uma fábrica de
farinha de banana.

Há também nessa colónia francesa a funcionar uma fábrica de extrac-
ção de sumos de frutos, para a capacidade diária de 45 toneladas de frutas.

Essas indústrias poderiam também ter viabilidade na província se
fosse dado o devido incremento à pomicultura.

§ 5.º — *Mandioca*

É a mandioca um precioso alimento, base da nutrição de muitos
povos africanos, especialmente ao sul desta província.

As suas raízes são ricas em hidratos de carbono e as folhas con-
têm proteínas e substâncias vitamínicas que as tornam de grande utili-
dade para forragens e até em algumas regiões, como em Java, para con-
sumo humano, sob a forma de verduras.

Na Guiné as entidades oficiais têm procurado desenvolver a sua
cultura, como sucedeu durante o período de 1946-48.

Porém, talvez devido à falta de continuidade destes esforços entre
os indígenas, que são os que a ela especialmente se dedicam, não se obti-
veram os resultados que se desejavam, pelo menos sob o aspecto ali-
mentar.

Esta planta dá-se bem em terrenos secos, não é exigente quanto à boa qualidade dos mesmos e pode deixar-se na terra mais que um ano e colher-se em qualquer quadra. Para tanto bastará apenas que o local da sua cultura esteja defendido do ataque dos animais domésticos.

É sabido que há certas épocas em que, por se terem acabado as provisões dos alimentos fundamentais, a grande maioria das tribos guineenses, aliás como muitas outras do continente africano, é sub-alimentada.

A mandioca poderia desempenhar então um papel de primeira ordem como substituto do arroz, do milho miudo, etc., guardada como poderia ficar no terreno como reserva para estas alturas críticas.

Além dessa benéfica função interna a mandioca poderia também ocupar um lugar destacado na nossa exportação, especialmente sob a forma de crueira, tapioca, farinha e até féculas.

Angola foi no quadriénio 1950-53 a única fornecedora de crueira à Metrópole para onde enviou nesse período respectivamente 14.855, 5.298, 4.618 e 5.086 toneladas, com os valores médios de 1.480$00, 1.523$00, 1.966$00 e 2.047$00 por tonelada.

Cifram-se em 124.678, 19.235 e 115.489 quilos as importações totais de tapioca pela Metrópole nos anos de 1951-53. Do nosso ultramar nesse período sòmente Angola contribuiu com 5.380 e 1.616 quilos nos anos de 1951 e 1952. O resto veio do Brasil, na sua maior parte, e até da Malásia britânica e Indonésia, esta com 107 toneladas em 1953.

Quanto à farinha de mandioca a Metrópole importou uma média de 106 toneladas nesse triénio, sendo de Angola 84 toneladas em 1951 e de Moçambique 50 e 109 toneladas nos anos seguintes.

A Metrópole recebe anualmente amidos e féculas em quantidades superiores a um milhar de toneladas, tendo-lhe Angola enviado no último triénio respectivamente 24, 21 e 780 toneladas.

A Guiné só não exportou nenhum destes produtos como ainda importou, pequenas quantidades é certo, de derivados da mandioca, como a farinha que é vendida nas mercearias em saquinhos que indicam a sua origem brasileira!

A industrialização da mandioca na Guiné justifica-se pelo que se acaba de expor.

Seria possível termos aqui óptima farinha de produção local bem como tapioca, não só para consumo interno como para exportação.

A Guiné poderia também fabricar da mandioca féculas e outros produtos, a exemplo do que Angola já faz.

§ 6.º — *Milho*

Este cereal figurou nas estatísticas de exportação do decénio 1944-53 sòmente no ano de 1947, com umas trinta e duas toneladas e meia, das quais seguiram quase 26 para a África Ocidental Britânica, naturalmente a Gâmbia, e o resto para Cabo Verde.

Contudo, a Guiné poderia lançar mão desse produto não só para uma melhor alimentação dos povos nativos como para a exportação.

Houve em 1946 uma tentativa de introdução do pão de milho entre os soldados indígenas, mas essa louvável iniciativa não deu resultados apreciáveis, ignorando-se as razões.

A população nativa poderia fazer largo uso do milho se lhe proporcionassem a broa em condições de preço acessível.

Ela consome já quantidades apreciáveis de pão de trigo, naturalmente nos centros civilizados onde ele se fabrica.

O uso generalizado da broa contribuiria para que se utilizasse um produto local e também se fosse diminuindo a importação de farinha de trigo, que vem hoje na sua quase totalidade da América.

Isso representaria economia de dólares.

A fábrica A. Figueira & C.ª possui um moinho para milho e há uma padaria em Bissau que está disposta a fazer broa. Pois a sua principal dificuldade é arranjar milho para farinar.

Os agricultores tanto indígenas como civilizados não se dedicam a este cereal de modo a manter o fabrico de pão!

Como é curiosa em muitos dos seus aspectos esta economia da Guiné!

Foi há tempos importado um moinho para milho para montagem no interior, ignorando-se se está já a funcionar.

A disseminação, em pequena escala, desta indústria pelas principais localidades ou junto de propriedades produtoras de milho seria da maior conveniência. A alimentação dos indígenas, principalmente dos trabalhadores agrícolas, seria assim muito melhorada.

A farinha, além da parte destinada à alimentação humana, contém sub-produtos que servem para a engorda de animais e que teriam enorme procura, como sucede com o farelo do arroz.

Dela se podem extrair amidos para os quais não deveria ser difícil

arranjar mercados, até mesmo na Metrópole, que, como se viu, é grande importadora de amidos e féculas.

E não se fala já no óleo que do milho também se produz e que tem o seu maior emprego no fabrico de sabões moles.

§ 7.º — *Refrigerantes*

Todas situadas em Bissau são três as actuais fábricas de refrigerantes da província.

Os seus produtos de maior venda são as laranjadas e as limonadas, cuja produção nos dois últimos anos foi a seguinte: laranjadas 61.172 e 70.672 garrafas e limonadas 100.920 e 86.064 garrafas, respectivamente.

Nelas também se fabricam, mas em muito menores quantidades, sodas, refrescos de ananás, groselha, morango e fruti-cola, assim como xaropes diversos.

Cremos que a produção desta indústria chega completamente para as necessidades da província e que ela não aspira nem tem grandes possibilidades de exportação para as suas bebidas.

16. *CERÂMICA*

Fundada há mais de trinta anos existe nos arredores de Bissau uma fábrica de telha e tijolos.

Dispõe de um forno pequeno e de dois fornos grandes com a capacidade de aproximadamente 15 mil tijolos. As matérias primas que se encontram na vizinhança da fábrica, no máximo a 200 metros, são transportadas em linha Decauville, dupla, com 577 metros de extensão, 7 placas giratórias e 8 agulhas de mudanças.

A sua produção, feita por meios mecânicos e que compreende telhas, telhões e toda a qualidade de tijolos, não figura nas estatísticas oficiais e tem sofrido, por causa que ignoramos, altas e baixas e até interrupções.

O maior ritmo construtivo desenvolvido depois da última guerra parece que deveria ter conduzido esta indústria a um franco desenvolvimento.

Contudo, as importações de telhas de fabrico metropolitano foram nos anos de 1950-52, respectivamente as seguintes: — 1.112.914, 860.515 e 808.226 quilos.

As quantidades de tijolos vindos da metrópole foram em 1951 de 6.200 quilos e em 1952 de 41.065 quilos, como se vê, bem inferiores às das telhas.

Isto não significa, porém, que o fabrico local de tijolos tivesse suprido as necessidades aqui sentidas pela construção. Devido à sua escassez os construtores substituem-no por blocos de cimento, matéria prima que tem de ser importada, por a Guiné não possuir essa indústria nem ter condições para o seu estabelecimento.

Se a produção local de tijolos fosse feita em condições tais que levassem a preferi-los aos vindos da Metrópole o seu uso poderia alargar-se, o que só vantagens traria para a economia geral.

*

* *

Variado e interessante é o fabrico indígena de objectos diversos de barro para seu uso, como potes, panelas, bilhas, etc.

Julgamos que valeria a pena tentar o fabrico de vários artigos de louça de barro, vidrados, que se poderiam destinar não só ao uso de indígenas mas também de civilizados, como sucede com as do tipo Barcelos e de tantos outros de largo consumo na Metrópole.

A importação de louça de barro e de grés ordinário tem sido a seguinte:

1947 ...	2.203 quilos	19.168$		1950 ...	6.242 quilos	73.439$
1948 ...	2.615 »	31.328$		1951 ...	2.473 »	41.121$
1949 ...	2.135 »	38.357$		1952 ...	12.079 »	47.395$

17. *EXTRACTIVAS*

Como se desconhecem quaisquer jazigos no sub-solo, a Guiné não tem actualmente possibilidades de criar indústrias extractivas com eles relacionados.

Não existem também nenhumas salinas, embora houvesse condições de as construir. Prefere-se, contudo, importar o sal de Cabo Verde!

A caça tem também muito pequena importância, embora exista uma fauna abundante e variada que se presta para tal.

§ único — *Pescarias*

Abundam boas variedades de peixe nas águas da Guiné.

O seu abastecimento é, contudo, muito deficiente e irregular especialmente na sua Capital. Povoações civilizadas do interior da província têm dele grande falta por não existir o seu transporte organizado desde qualquer ponto da costa. As populações indígenas dessas regiões não o usa pelas mesmas razões, ressentindo-se enormemente com isso na sua alimentação.

Não existe actualmente em actividade nenhuma empresa apetrechada segundo os requisitos modernos. Os mercados locais são abastecidos pelos pescadores indígenas.

Como se sabe o peixe pode ser consumido fresco, seco, salgado em salmoura e em conserva e obter-se com ele o óleo e a farinha destinada à alimentação dos animais.

É do conhecimento geral que nos subúrbios de Bissau a firma J. da Silva Paralta está a organizar a pesca de arrasto, tendo já um barco próprio, de madeira, forrado a cobre totalmente construído nos seus estaleiros de Bandim, que desloca 40 toneladas de arqueação, tem o comprimento de 16 metros, porão frigorífico com capacidade para 8 toneladas de peixe, instalações para três pessoas civilizadas e 8 camas para indígenas, é provido de um motor de 96 HP com arranque eléctrico e manual e de dois mastros com velas, estando completamente apetrechado para a pesca de arrasto.

A mesma firma tem já montadas instalações frigoríficas com a capacidade de produção diária de 2 toneladas de gelo, destinado ùnicamente a abastecer o barco.

As câmaras, construídas em recinto apropriado para o fim, estão divididas assim: uma de 34 m³ para a conservação de peixe a 0°/—2° C, outra de 10 m³ para a conservação de gelo a —2°/—4° C e uma antecâmara de 15 m³ sem obrigação de temperatura.

O seu proprietário tenciona inicialmente abastecer o mercado de Bissau e dedicar-se depois à farinação do peixe numa segunda fase.

Uma firma comercial já requereu recentemente a instalação duma fábrica de farinha de peixe nos Bijagós.

18. *GRÁFICAS*

Além da Imprensa Nacional existe sòmente na província uma tipografia — a da Missão Católica de Bissau.

O actual desenvolvimento da Guiné exige um melhor apetrechamento de ambas, pois é já tempo de se imprimirem cá, não só muitas das publicações oficiais, como o «Boletim Cultural», anuários de estatística, etc., mas também que o actual órgão de informação «ARAUTO», se apresente impresso.

Quer o Estado quer os particulares mandam fazer fora da província impressos para o seu uso em quantidades apreciáveis, quando esse trabalho poderia ser aqui realizado com evidentes vantagens para a nossa economia.

As estatísticas não nos indicam quais as publicações da província que são mandadas imprimir lá fora mas elas podem revelar-nos a importância que assume a entrada de impressos avulsos, a maior parte dos quais poderia ser aqui feita.

As quantidades e os valores médios anuais dessa importação durante o hexénio 1947-52 são os seguintes: — 4.143 quilos e 121.327$.

Há sòmente vantagens em desenvolver esta indústria bem como a da encadernação, que lhe é afim.

19. *DE MADEIRAS*

A actividade florestal só há pouco mais de uma década começou a evidenciar-se nas estatísticas de exportação da província.

Durante o período 1947-53 a média anual da madeira em bruto exportada foi a seguinte: 4.069 toneladas com o valor de 3.120 contos.

A maior exportação teve lugar em 1952 com 9.269 toneladas e a menor em 1950 com 810 toneladas.

Quanto à madeira serrada no último quinquénio houve uma média de saídas para o exterior de 740 toneladas com o valor de 740 contos. Nestas exportações o ano de 1953 detém o máximo com 1.171 toneladas, cabendo às 373 toneladas de 1950 o mínimo anual exportado.

O grosso das exportações da madeira seguiu para a Metrópole. Para Cabo Verde embarcaram da serrada 146 toneladas em 1950, 86 em 1951, 153 em 1952 e quase quinhentas em 1953.

Foram enviadas para o estrangeiro as quantidades seguintes:

Em bruto: — Em 1947: — Toneladas 1892 para a Dinamarca, 1564 para a Inglaterra e 36 para a África Ocidental Britânica; em 1948: — 1.000 para a Inglaterra, 198 para a África Ocidental Francesa e 27 para a África Ocidental Britânica e em 1950, 202 para a Alemanha;

Madeira serrada: — Em 1951: — 40 toneladas para o Reino Unido e para a África Ocidental Britânica 141 toneladas em 1950, 357 em 1951, 143 em 1952 e 40 em 1953.

Além do que os números indicam como fornecimentos ao exterior a província quase que se abastece completamente com as suas madeiras.

A importação das exóticas é hoje muito diminuta como mostram as seguintes médias trienais: 71.624 quilos de 1947-49 e 143.395 do período 1950-52.

Existem actualmente as seguintes indústrias relacionadas com madeiras:

Serrações: — Seis na Circunscrição de Farim, duas na de Bafatá e duas na de Mansoa.

Carpintarias mecânicas há uma em Bigene (Farim), anexa à serração, outra no Cumeré e duas em Bissau. As duas primeiras dedicam-se especialmente a caixilharias, portas e janelas para construções e as da capital executam também trabalhos de marcenaria.

Desconhecemos quaisquer estatísticas da produção destas indústrias.

Embora estas indústrias se tenham desenvolvido bastante nestes últimos quinze anos, ainda não conseguiram satisfazer todos os objectivos que estão ao seu alcance.

Aponta-se-lhes o inconveniente de fornecimento de madeira não completamente seca, com a qual ficam bastante prejudicadas certas obras como as de marcenaria e de portas e janelas, dadas as dilatações e contracções a que ficam sujeitas segundo as variações higrométricas da atmosfera de grande amplitude neste clima. O estabelecimento de estufas convenientes atenuaria esse defeito.

Também não conseguiram ainda um melhor aproveitamento dos restos dos troncos serrados, hoje abandonados, por exemplo, com a produção de tacos para pavimentos. Evitar-se-ia por essa forma a saída de muitas centenas de contos para os mosaicos importados que eles substituiriam, ao mesmo tempo seria possível iniciar-se uma nova modalidade de exportação de madeira, que julgamos teria colocação na Metrópole.

Se houvesse conveniente tratamento químico estamos certos que outras qualidades de madeira poderiam ser exportadas, como em Moçambique se conseguiu com as travessas do caminho de ferro.

A indústria de contraplacados, poderia ser também introduzida na Guiné, embora em futuro um pouco mais afastado.

20. *DE METAIS*

Foi recentemente instalada em Bissau uma fábrica de fundição de metais, pertencente à firma Império, Limitada.

Entrou em laboração em 1 de Fevereiro do ano corrente.

Até 31 de Agosto fundiram-se 13.101 kgs de ferro; 1.069 kgs de bronze e latão e 125 kgs de alumínio, em obra limpa.

Esta fábrica dispõe de fornos para fundição de toda a espécie de metais, tendo-se dado execução a todos os trabalhos que têm sido solicitados, como peças para as indústrias locais, acessórios para maquinismos e motores, ferramentas, etc., etc.

Tem produzido, em regime experimental, fogareiros e panelas do tipo açoreano, em ferro, para o comércio local.

Esta indústria veio suprir a grande lacuna que se sentia na província, evitando o recurso a mercados exteriores para a confecção duma simples peça, o que além de demoras prejudiciais poderia ocasionar até a paralização de certas actividades, com os seus consequentes prejuízos.

*

* *

Diversas serralharias mecânicas estão espalhadas pela província que se dedicam à reparação de veículos automóveis e dos mais diversos motores e maquinismos utilizados em emprendimentos industriais.

21. *TÊXTEIS*

§ 1.º — ***Algodão***

No relatório do engenheiro agrónomo J. da Fonseca George, publicado no «Boletim Cultural da Guiné», n.º 23, de Julho de 1951, estudam-se todos os aspectos da cultura algodoeira da Guiné.

O seu autor, ao concluir, afirma que a província tem condições climo-edáficas favoráveis em certas zonas para a cultura do algodão de fibra média;

Que os preços de compra ao indígena têm aqui de atingir limites que obrigam a elevar os que na Metrópole estão fixados para a venda do algodão em rama colonial e equipará-los aos das cotações internacionais;

Que seria de tôda a vantagem a experimentação de variedades egípcias de fibra comprida, devido à sua alta cotação, por haver certas circunstâncias locais que não onerariam a sua cultura e, também, por não se verificarem ataques intensos de «Jassid», praga que em Angola e Moçambique tem impossibilitado o desenvolvimento destas qualidades de algodoeiro.

Do resultado de tais estudos experimentais fazia depender as possibilidades económicas da cultura do algodão e, pelo menos de início, das indústrias do seu descaroçamento, prensagem e fabrico de óleo das sementes.

É sabido como são importantes as exportações que tanto Angola como Moçambique fazem para a Metrópole. Bom seria que na Guiné, onde o algodoeiro se cultiva desde longa data entre os indígenas, aparecesse empresa que tratasse da expansão da sua cultura, para que mais um golpe fosse dado na rotina a que nesta província estão limitadas as actividades agrícolas.

§ 2.º — ***Juta e similares***

Segundo J. Espírito Santo («Boletim Cultural da Guiné», n.º 30, pág. 391) existem espontâneas na Guiné e desenvolvem-se em quase todas as situações e solos, mas de modo especial nos quintais e em terrenos desbravados recentemente, as jutas, plantas da família das tiliáceas, do

género *Corchorus*, especialmente as espécies *C. oliturus* L., *C. triocularis* L., *C. acutangulus* Lam.

A primeira, uma das mais importantes quanto à produção industrial das fibras, chega a atingir dois metros e meio.

Encontram-se do mesmo modo espontâneas ainda as malváceas *Hibiscus cannabinus* L., também conhecida por «juta de Java» e na Guiné pelo termo crioulo de «narcino», que produz fibras consideradas iguais ou superiores às verdadeiras jutas — as *Corchorus* — e mais a *Urena Lobata*, que é igualmente uma fibra sua similar.

É sabido que as jutas têm a sua maior aplicação no fabrico de sacaria e de grossarias.

Ora a Guiné como todos os países produtores das chamadas matérias primas coloniais, necessita para a sua embalagem de grandes quantidades de sacos.

No último quinquénio foi em média importada sacaria nas seguintes quantidades: Definitivamente, 81 toneladas com o valor de 1.080 contos e temporàriamente, 208 toneladas com o valor de 2.332 contos.

Os grandes produtores de juta têm sido alguns países asiáticos, entre os quais se destacam o Paquistão e a União Indiana.

A Metrópole, que tem exportado quantidades apreciáveis de sacaria para as nossas províncias ultramarinas, recebeu no triénio 1950-52 uma média anual de 9.900 toneladas de fibras de juta, o que representa uma saída de divisas superior a uma centena de milhar de contos. O seu principal fornecedor tem sido o Paquistão.

A importação em 1953 de juta desceu para 3.653 toneladas toda deste país do continente industânico.

A *urena lobata* tem sido também importada na Metrópole do nosso ultramar, nas seguintes quantidades e valores: —

1950	10.848 quilos	no	valor	de	15.800$	de Angola
1951	6.242	»	»	»	10.100$	de S. Tomé
1952	10.200	»	»	»	37.000$	de Angola
1953	10.535	»	»	»	34.000$	» »

Em várias regiões tropicais ou sub-tropicais se tem procurado desenvolver as culturas de fibras próprias para sacaria e a sua industrialização, para não se cair de novo nas dificuldades sentidas durante e após a última guerra quanto a este produto.

Assim, o Brasil procura utilizar as fibras produzidas no seu território para equilibrar a sua balança comercial. A juta tem já grande desenvolvimento na Amazónia, onde há longos anos se cultiva.

A *hibiscus*, essa malvácea a que no país irmão dão o nome de cânhamo do Brasil e também o de malva ou papoila de S. Francisco, é explorada largamente no Estado de S. Paulo e autores brasileiros consideram-na também uma fibra superior à juta.

A *urena lobata*, que tem crescimento espontâneo, é uma fibra de largo consumo.

O Congo Belga cedo empreendeu pesquisas no mato e em laboratórios que levaram ao descobrimento de uma série de fibras comparáveis à juta e às vezes até superiores.

A Tissaco, em Leopoldville, foi uma das primeiras fábricas do mundo a usar teares circulares duma patente francesa, que produzem sacos sem costura, os quais decuplicam a produção clássica.

Com o mesmo sistema de teares funcionam instalações no Transvaal e na Rodésia do Sul.

Na África Equatorial Francesa a produção de juta passou de 25 toneladas em 1947 para 20.000 em 1951. Há lá uma fábrica de sacos e na Nigéria funcionam outras. (9).

Moçambique possui próximo da cidade da Beira uma fábrica de jutas que laborava com matéria prima importada do Paquistão. A empresa tem-se dedicado também à cultura da fibra, sendo animadores os resultados obtidos.

Angola tem em construção duas unidades fabris, uma em Benguela destinada a aproveitar os desperdícios do sisal e a outra, situada em Luanda, que vai empregar a *urena lobata*, que também lá cresce espontâneamente.

Essas fábricas, a segunda das quais obedecerá a três fases de instalação com capacidade de laboração cada vez maiores, quando completas excederão as necessidades de consumo de todos os nossos territórios do ocidente africano.

Mesmo que essas aspirações angolanas venham a ser realidade há toda a conveniência que a Guiné que, como se viu, dispõe de matéria prima espontânea, não tendo mais do que alargar e racionalizar a sua cultura, procure bastar-se a si própria quanto à sacaria necessária à embalagem dos seus produtos de exportação e seja ainda fornecedora à

Metrópole de fibras como a juta, a urena lobata e o hibiscus, que esta importa hoje nas quantidades que se indicaram.

Uma instalação fabril na Guiné, de capacidade adequada às necessidades desta província, e porque não às do vizinho arquipélago de Cabo Verde, com as suas secções de fiação, tecelagem e acabamentos, preencheria uma lacuna que já hoje muito se faz sentir.

22. *DIVERSAS*

§ 1.º — *Álcool*

Anda por volta das dez toneladas anuais a importação de álcool na província, quantidade insignificante para justificar a introdução da indústria destiladora de álcool.

O problema dos carburantes foi preocupação geral nos países do ultramar durante o último conflito mundial, por causa das dificuldades ocasionadas pelo abastecimento do petróleo e seus derivados.

Olhou-se o álcool como produto que poderia reduzir essas importações, visto ser possível incorporá-lo na gasolina até proporções que podem ir de 20 a 25 %.

Em Angola e Moçambique existem duas destilarias que utilizam os melaços residuais do fabrico do açúcar e funcionam junto da indústria açucareira.

Se esta se chegar a instalar na província haverá então oportunidade de estudar as conveniências do fabrico local desse carburante, não só para a sua mistura com a gasolina importada — umas mil toneladas anuais com o valor de dois mil contos, grosso modo — o que poderia trazer uma economia de 500 contos de divisas, mas também para exportação, inclusivé para a Metrópole, que vai buscar ao estrangeiro as avultadas quantidades de que precisa.

Existem cá outros produtos agrícolas de que se poderia extrair álcool, como a batata doce, a mandioca, o sorgo, o milho, o cajú, o mel, etc., mas os primeiros são cultivados em pequenas quantidades ainda insuficientes para uma desejada melhoria alimentar das populações indígenas, problema que julgamos deve ter manifesta prioridade sobre o da obtenção de carburantes.

O último — o mel — vai já sendo aproveitado pelas chamadas «Indústrias rurais não especificadas»...

§ 2.º — *Borracha*

Não tem mantido grande regularidade a exportação da borracha na nossa Guiné.

Os embarques para o exterior foram, no último quinquénio, em toneladas:

26 em 1949; 80 em 1950; 513 em 1951; 115 em 1952 e 17 em 1953.

Produzida por «landolfias», trepadeiras espalhadas pelas matas da província, a sua extracção tem sido influenciada principalmente pelo nível das cotações mundiais deste produto, que foi elevado, como se sabe, durante o último conflito.

Logo que os mercados se encontraram melhor abastecidos, quer por importação de borracha natural doutras regiões produtoras quer pelo fabrico da borracha sintética, os preços caíram e o indígena deixou de se interessar pela colheita da borracha.

Tem-se afirmado que a qualidade da nossa borracha é boa, mas que se apresenta às vezes, com muitas matérias estranhas, como paus, terra, pedras, etc.

Não existem aqui, como no Oriente, nenhumas culturas ordenadas das árvores mais apropriadas para a sua extracção.

A nossa Metrópole tem necessidade deste produto que ainda não é lá, segundo julgo, preparado sintèticamente. Em 1953 ela importou as seguintes quantidades de borracha: —

Em bruto, 28.531 quilos com o valor de 533.314$; preparada 3.576.256 quilos com o valor de 51.382 contos.

Do ultramar português sòmente figura a Guiné com 21.561 quilos.

Escolhidas cuidadosamente as formas botânicas que pelas qualidades do latex sejam as mais convenientes para a província e delineado o plano para o seu desenvolvimento racional, estamos em crer que a borracha viria a ter muito maior importância no quadro dos produtos que contribuem para a nossa exportação.

Havendo suficiente matéria prima para começar, poder-se-ia introduzir cá a indústria da laminagem da borracha, pois, montada em boas condições económicas, não lhe faltaria mercado na Metrópole, a qual se

abastece quase que exclusivamente de possessões estrangeiras, algumas bem distantes, como o Ceilão, a Malásia Britânica e a Indonésia.

Todo o conjunto económico nacional lucraria assim e nem mesmo faria concorrência a qualquer outra parcela do nosso ultramar, pois Angola e Moçambique destinam a sua borracha principalmente às unidades fabris que laboram vários produtos, como calçado de lona, solas e tacões para calçado, sacos para gelo e água quente, tapetes, etc.

§ 3.º — *Curtumes*

Sòmente entre indígenas, especialmente das tribos mandinga e fula, é que existe a indústria de curtumes.

Na preparação das peles utilizam, no geral, substâncias vegetais só deles conhecidas. Estas curtimentas têm depois emprego na confecção de sandálias, chinelos, almofadas, bolsas, etc., mas, apesar da sua razoável apresentação, não têm as qualidades necessárias para o fabrico de calçado usado pela população civilizada.

Importaram-se com destino apenas a consertos de calçado as seguintes peles curtidas:

1947	1.317 quilos	1950	321 quilos
1948	543 »	1951	779 »
1949	757 »	1952	1.956 »

As médias de exportação de coiros e peles foram as seguintes nos triénios 1948-50 e 1951-53: —

De bovídeos cerca de 416 e 436 toneladas; de outros animais, 2.575 e 10.050 quilos.

Com a abundante matéria prima que se exporta e que compreende não só peles de animais domésticos mas também de antílopes, sáurios, ofídeos, etc., e com as várias cascas tanantes como a do mangal, por exemplo, existentes na província, julgo não ser ousado afirmar que haveria viabilidade económica na instalação da indústria de curtumes na Guiné, embora, de início, com modesta capacidade de laboração.

§ 4.º — *Estaleiros navais*

Existem dois estaleiros navais um em Bandim, perto de Bissau e outro no Cumeré, na embocadura do Impernal.

Destinam-se especialmente a reparar os vários tipos de embarcações usadas na navegação costeira e no tráfego local, quer de madeira quer de ferro. Possuem planos inclinados que podem receber barcos de 40 metros de comprimento.

Neles já se têm construído algumas embarcações para o serviço costeiro da província sendo a maior com cerca de setenta toneladas, de madeira local e com motor que pode empreender viagens de cabotagem às colónias estrangeiras vizinhas e a Cabo Verde. O de Bandim está apetrechado para fazer reparações e construções de barcos até 100 toneladas.

Devido à enorme rede de canais e rios que levam aos mais importantes pontos comerciais da província o tráfego que por eles se faz é muito grande e constitui percentagem muito elevada na movimentação geral dos produtos.

Há, por isso, grande número de embarcações destinadas a esse tráfego e os estaleiros destinados às suas reparações deviam estar apetrechados e organizados para satisfazer prontamente tais consertos, até mesmo em relação às de maior tonelagem, como o rebocador «Bissau», que desloca 350 toneladas e tem de ir constantemente a Dacar para operações de limpeza ao fundo e outras reparações.

Parece-nos que é tempo já da província se ir bastando a si própria em casos comezinhos relacionados com assuntos vitais, como por exemplo, estes dos transportes marítimos.

Pena é que as Oficinas Navais que o Estado está a construir no Pigiguiti não fiquem desta vez dotadas com as instalações necessárias a satisfazer esses objectivos.

§ 5.º — *Gelo*

Esta indústria foi representada durante muitos anos apenas por uma fábrica de gelo na Capital da província.

A sua produção foi nos últimos três anos respectivamente de 168, 189 e 155 toneladas. Todo o fabrico se destinou ao consumo exclusivo da cidade, especialmente dos botequins, pois há anos que não se realiza qualquer fornecimento à navegação.

Mais uma fábrica de gelo, pertencente à firma «Império, Lda.» está em laboração em Bissau desde Junho último e produziu até ao final de Agosto 23.865 quilos de gelo, fabricado com água filtrada.

Esta fábrica dispõe de uma máquina que funciona a gás «FREON», é accionada, alternadamente, por motor eléctrico ou a gasóleo e tem uma capacidade de produção de 350 quilos em 7/8 horas de trabalho contínuo.

Esta nova unidade veio proporcionar o embaretecimento do gelo para um escudo o quilo, tornando, assim, mais acessível a todos este produto indispensável à vida duma cidade tropical.

§ 6.º — *Papel*

Importa a nossa Metrópole quantidades apreciáveis de pasta para papel que obriga o país a mandar para o exterior muitos milhões de escudos.

O consumo crescente do papel no mundo, ocasionando uma subida de preço, levou alguns países europeus, com interesses em África, a procurar neste continente meios de atenuar essa carestia.

Foram feitas experiências com matérias primas susceptíveis de serem utilizadas para tal fim.

Lançou-se mão das espécies arbóreas mais diversas existentes nas florestas africanas, desde o baobá até ao papirus, do capim, do bambú, do bagaço da cana sacarina, etc., etc.

Assim existem já fábricas de pasta de papel na Algéria, em Port Lyautey, perto de Abidjan, na Rodésia e na África do Sul e estão projectadas ou em construção outras em Douala, Ponta Negra e em Angola e Moçambique. (9).

A Guiné dispõe de matérias primas próprias para o fabrico de pasta de papel e bem interessante seria que capitalistas estudassem essa modalidade de valorização dos recursos locais, que bem poderia vir a ser mais um factor de riqueza para a província.

§ 7.º — *Saboaria*

Existe em Bissau uma fábrica de sabão pertencente à firma A. C. Gouveia apetrechada do modo seguinte:

Um locomóvel a vapor da força de 25 C. V.; um moinho em ferro

com galgas em granito para trituração de oleaginosas duras, uma prensa contínua para a extracção de óleos vegetais, um triturador para farinar matérias duras, uma caldeira para branqueamento de óleos, duas caldeiras para fabrico de sabões, uma de tonelada e meia e outra de 6 toneladas e um jogo de seis moldes reforçados, em madeira, para o resfriamento do sabão.

As matérias primas que nela actualmente se utilizam são os óleos, de palma, adquirido ao indígena, e o do coconote produzido na fábrica, importando-se a soda cáustica, os silicatos e as tabuinhas de pinho para as caixas, do mesmo tipo das empregadas na Metrópole.

A produção que actualmente pode ir de 400/500 caixas de trinta quilos por mês, atingiu 126 toneladas em 1951, 144 em 1952 e 135 o ano passado.

O sabão produzido por esta fábrica é entregue ao comércio local em melhores condições de preço do que o metropolitano. As importações contudo, regularam no triénio que terminou em 1952 por cerca de 96 toneladas anuais.

§ 8.º — *Tabaco em folha*

Experiências feitas pelos Serviços Agrícolas demonstram que o tabaco produz bem nesta província.

Ora a importação de tabaco em folha tem sido a seguinte:

1947	175.537 Kg	com	o	valor	de	4.640	contos
1948	123.630 »	»	»	»	»	3.292	»
1949	273.797 »	»	»	»	»	7.130	»
1950	172.949 »	»	»	»	»	5.338	»
1951	200.051 »	»	»	»	»	6.370	»
1952	265.945 »	»	»	»	»	9.967	»

Eram os Estados Unidos da América os fornecedores tradicionais da província mas, ùltimamente, encontraram na Niassalândia um competidor de respeito que, se as coisas continuarem como hoje, acabará por bater aquele velho exportador.

As dificuldades em obter dólares fizeram pender a balança para a zona do esterlino.

Os números acima indicam quão importante é a saída de divisas, grande parte das quais em dólares.

Se a Guiné pode no seu território produzir tabaco tudo aconselha a que se baste a si própria neste artigo, tão apreciado pela grande maioria dos indígenas.

Era sòmente necessário obter a conveniente cura das folhas a qual poderia ser realizada por empresa que se dedicasse apenas a isso, adquirindo-as directamente aos agricultores.

Abastecido o mercado local poderia pensar-se depois na exportação.

A média anual das importações feitas pela Metrópole no triénio 1951-53 foi de 4.828 toneladas de tabaco em folha. O principal fornecedor foi os E. U. da América, mas também recebeu tabaco da Indonésia, África Britânica, Brasil, Argélia, Grécia, Itália, Rodésia, União Indiana, etc.

O nosso ultramar figurou com as seguintes quantidades:

Angola:		Moçambique:		Índia:	
1951 ...	405.278 Kg	1951 ...	6.080 Kg		
1952 ...	364.511 »	1952 ...	38.055 »	1953 ...	3.567 Kg
1953 ...	340.663 »	1953 ...	9.897 »		

Apesar de haver três fábricas de tabaco em Angola e seis em Moçambique, que utilizam matéria prima local, essas províncias ainda fizeram tais importações.

23. *CONCLUSÕES*

1.ª — A Guiné Portuguesa, sendo uma região de economia agrícola, tem actualmente um baixo nível de rendimento da sua população e precisa de o elevar para poder progredir materialmente e, assim, tornar-se um elemento cada vez mais valioso na comunidade económica nacional.

2.ª — A sua agricultura deve ser desenvolvida em dois sentidos paralelos:

a) — Melhorando progressivamente a técnica da lavoura, os utensílios agrícolas e os auxílios de toda a espécie ao indígena, para que aumente a sua produção agrícola, inicie novas culturas

adaptáveis ao meio e, consequentemente, eleve o seu nível de vida;

b) — Utilizando, dentro dos limites permitidos pelas condições agro-climáticas, a mecanização agrícola em empresas organizadas por civilizados, para aproveitamento racional dos vastos terrenos disponíveis para a agricultura.

3.ª — A circulação dos produtos dentro da Província deve ser o mais livre possível, para o que tem de ser desonerada das portagens administrativas e dos encargos que pesam actualmente sobre o movimento da navegação costeira e do trânsito fluvial, afim de que os produtos consigam chegar mais baratos aos locais de industrialização ou de embarque para o exterior.

4.ª — A industrialização, como factor poderoso de elevação do nível de rendimento, deve ser encarada com prudência mas com o forte desejo de vencer as dificuldades que sempre encontram em países novos e de pequeno mercado interno.

Precisa de prosseguir-se especialmente na laboração das matérias primas locais ou susceptíveis de cá se produzirem, para o que é essencial uma cooperação o mais estreita possível entre a agricultura e a indústria, principalmene quanto à distribuição da mão de obra e à fixação de preços convenientes aos produtos laboráveis, de modo que estas duas formas de actividade económica não se prejudiquem mùtuamente e antes progridam paralelamente.

5.ª — Como por lei «o desenvolvimento industrial de todo o território nacional e o condicionamento dos investimentos industriais são promovidos de harmonia com os princípios básicos de unidade e de coordenação», o que leva a pôr de parte os argumentos ligados à antiga tendência de que as economias das parcelas do Ultramar tinham de ser complementares da da Metrópole, deve facilitar-se, dentro dos meios legais e duma sã economia, a criação na Província das indústrias que se pretendam montar e atrair por todos os meios os capitais necessários a esse fim.

6.ª — Sendo a energia um elemento importantíssimo na industrialização deve prestar-se-lhe a maior atenção, lançando-se mão de todos os recursos de que a Província disponha, para a obter o mais barata possível, afim de que represente cota parte diminuta no custo final da produção.

7.ª — É necessário preparar com o maior interesse uma mão de obra indígena apta a suprir as necessidades duma maior industrialização, dando-lhe maiores conhecimentos técnicos em escolas de artes e ofícios e agro-pecuárias, actualmente inexistentes na Província, e disciplinando-a por meio do rigoroso cumprimento de contratos de trabalho, em que se lhe conceda salários e regalias convenientes e exija um justo rendimento no trabalho e completo respeito pelo prazo do contrato.

8.ª — Como as facilidades de crédito a longo prazo são indispensáveis às actividades agrícolas e industriais e o único banco instalado na Província, dado o seu condicionalismo contratual de emissor, não as pode conceder, torna-se necessário o estabelecimento de organismo bancário que proporcione aquelas modalidades de crédito, sem as quais se tornará difícil e até impossível o desenvolvimento tanto da agricultura como da indústria, na escala que convém aos superiores interesses da nossa Guiné.

9.ª — Para que o transporte de mercadorias e as operações de carga e descarga se possam efectuar da maneira mais rápida e económica deve:

a) — Melhorar-se as comunicações dentro da Província com a construção das pontes projectadas, adaptação dos pavimentos das principais rodovias ao tráfego pesado e intenso que por elas já se faz em certas épocas e supressão de jangadas não motorizadas;

b) — Construir-se pequenos cais de embarques ou pontes-cais onde o movimento costeiro ou fluvial os aconselhe;

c) — Apetrechar-se convenientemente os portos de exportação.

10.ª — Deve ser concedida protecção conveniente às indústrias que disso sejam dignas, especialmente sob os dois aspectos seguintes:

a) — Fiscal: — Com isenção de contribuições directas a que estão sujeitas, durante os primeiros anos da sua instalação;

b) — Pautal: — Na importação, com isenção de imposições para os maquinismos, matérias primas essenciais e certos artefactos e materiais necessários às instalações ou à laboração.

Na exportação, com redução conveniente nos encargos que oneram os produtos laborados pelas indústrias da Província, para assim mais fàcilmente poderem conquistar os mercados exteriores.

Bissau, Outubro de 1954.

Joaquim Areal

BIBLIOGRAFIA

(1) — ADAM (Jean) — «Les Plantes à Matière Grasse».
(2) — BOLETIM DA JUNTA NACIONAL DA MARINHA MERCANTE, n.º XXV — Janeiro de 1954.
(3) — CABRITA (Henrique) — «Aspectos Humanos e Sociais da Industrialização na África Portuguesa» — Boletim Geral do Ultramar, n.º 340 — pág. 55.
(4) — CARREIRA (António) — «Apreciação do Censo da População não Civilizada de 1950 — Boletim Cultural da Guiné, n.º 21.
(5) — CARRINGTON DA COSTA (J.) — «Fisiografia e Geologia da Província da Guiné».
(6) — CONFERÊNCIA (1.ª) ECONÓMICA DO IMPÉRIO COLONIAL PORTUGUÊS»; Pareceres, Projectos de Decreto e Votos — 1.º Volume — 1936.
(7) — CORREIA (Araújo) — «Estudos de Economia Aplicada».
(8) — CORREIA (Araújo) — «Elementos de Planificação Económica».
(9) — JONCHAY (Ivan du) — «L'Industrialisation de l'Afrique».
(10) — «NOVA LEGISLAÇÃO ULTRAMARINA» — 1.º Volume — Agência Geral do Ultramar — 1953.
(11) — MENANO (Alberto) — «Economia Política» — Lições do Doutor Oliveira Salazar.
(12) — MONTEIRO (Manuel Gonçalves) — «Alguns Aspectos da Defesa Económica da Produção Ultramarina» — Relatório para o 1.º Congresso Nacional de Ciências Agrárias — Separata — 1943.
(13) — MONTEIRO (Manuel Gonçalves) — «A Industrialização nas Províncias Ultramarinas Portuguesas de África», Boletim Geral do Ultramar — n.º 340-pág. 21.
(14) — MOREUX (René) — «Principes Nouveaux d'Economie Coloniale».
(15) — SEABRA (Fernado M. Alberto) — «A Industrialização dos Países Agrícolas».
(16) — ZISCHKA (Anton) — «Afrique, Complement de l'Europe».

ÍNDICE

Acerca da contribuição dos "povos" guineenses para a produção agrícola da Guiné

I — ÁREA CULTIVADA

por

AMÍLCAR LOPES CABRAL
Engenheiro-Agrónomo

1

Uma das características da Guiné, é a grande variedade de «povos» que a habitam. Aqui se encontraram e vivem (e se vão fundindo apesar do hermetismo que os caracteriza) diversos «povos» afro-negros, cujas origens são ainda hoje um problema no campo histórico-etnológico. Diversidade flagrante: da cor da pele à forma da habitação e do povoamento; do idioma à religião ou crenças; da indumentária ao regime alimentar; do instrumento agrícola às leis do casamento; da divisão do trabalho à repartição da riqueza — da infraestrutura económica à superestrutura social.

Dominando essa diversidade, em que não são de todo ausentes, tanto no campo material como no cultural, algumas interinfluências, o império duma situação político-social idêntica e uma base de vida idêntica — a agricultura.

Os «povos» da Guiné são agricultores. Dessa realidade vive a Guiné: do trabalho daqueles que, secular e socialmente anónimos, com base na tradição e no conhecimento empírico do meio, e servindo-se de instrumentos rudimentares, cultivam a terra e são, por isso mesmo, o elemento essencial da economia guineense. A agricultura, a tantas vezes apoucada agricultura do indígena, não é apenas a base da economia guineense: é a própria economia da Guiné. Sem ela, nem alimentação, nem comércio, nem indústria.

Daí a importância da actividade do agricultor indígena. Daí a necessidade de conhecer em todos os aspectos, essa mesma actividade, quando se pretenda ampará-la, melhorá-la, transformá-la para que ela (o conjunto humano que a realiza) possa vir a situar-se, no campo social, ao nível da sua importância no campo económico.

O recenseamento agrícola, ora em conclusão, permitirá conhecer vários aspectos quantitativos e qualitativos da agricultura guineense.

A contribuição real de cada «povo» para a produção agrícola na Guiné, é um dos aspectos que interessa estudar e conhecer. Tal interesse é evidente. Porque, sendo certo que os «povos» da Guiné são agricultores e, teòricamente, a força económica de cada «povo» é tanto maior quanto maior for a sua representação, essa força (ou valor) só fica bem definida pelo conhecimento daquilo que cada «povo» realiza na prática. Evidentemente, esse conhecimento acarreta mais uma diferenciação entre os povos da Guiné, precisamente no campo que, aliado à situação político-social, os identifica: no campo da agricultura.

O presente trabalho é a primeira etapa do estudo da contribuição dos povos da Guiné para a produção agrícola. Estudo e comparação das áreas cultivadas, análise e interpretação da actividade da exploração agrícola familiar, estudo comparativo (quantitativo e qualitativo) da produção e do rendimento da agricultura de cada «povo» — são, pelo menos, os trabalhos indispensáveis ao conhecimento da contribuição referida.

No presente trabalho estuda-se a área total cultivada, e a sua distribuição pelos diversos «povos» da Guiné.

2

Quando, numa exploração agrícola ou numa região, se pratica a consociação de culturas, a área cultivada real é obtida pela seguinte igualdade:

$$\text{Área cultivada} = A_c - a_c$$

em que A_c é o somatório das áreas ocupadas pelas culturas e a_c representa o somatório das áreas consociadas.

A medição da área real cultivada, nestas circunstâncias, comporta dois problemas: a determinação das áreas ocupadas pelas culturas e a das áreas em que se praticou a consociação cultural. A importância desses problemas foi devidamente realçada pelas indicações da F. A. O., para o Censo Mundial de Agricultura (1950) (1).

Para a obtenção dos números aqui apresentados, utilizou-se o método das sondagens em povoações-tipo, também de acordo com as determinações da F. A. O., e o qual já foi descrito neste Boletim (2).

Habitam a Guiné mais de 30 «povos», dos quais apenas 18 são aqui considerados. Na realidade, são estes os que se podem classificar de *«povos» principais* nas regiões em que se encontram presentes, quer dizer, são aqueles cuja actividade agrícola tem importância na agro-economia das regiões em que habitam. Constatar-se-á, aliás, que a importância económica da maioria destes «povos» diminui grandemente ou se revela pràticamente nula, quando considerada em relação ao conjunto económico guineense. Tal facto resulta, pelo menos em parte, da diminuta representação desses «povos» no conjunto populacional da Guiné.

3

No quadro I, a seguir, apresentam-se, para os povos considerados, as respectivas populações (3) e o número de Conselhos ou Circunscrições, e Postos Administrativos, em que têm actividade agrícola.

---

(1) Diversas publicações da F. A. O. relativas ao Censo Mundial de Agricultura (1950 a 1953).

(2) Bol. Cultural da Guiné, n.º 33. Artigo do autor.

(3) Censo da População (1 — População Indígena) — 1950.

QUADRO I

Povos	População	Concelhos e Circunscrições	Postos
Baiote	4.373	1	2
Balanta	146.305	9	26
Balanta-mané	7.941	1	2
Banhum	267	1	1
Beafada	11.581	3	9
Bijagó	10.332	3	4
Cassanga	420	1	1
Felupe	8.167	1	1
Fula	108.402	8	22
Mancanha	16.300	6	12
Mandinga	63.750	8	21
Manjaco	71.712	7	18
Mansoanca	6.050	1	1
Nalú	3.009	1	2
Pajadinca	1.001	1	1
Papel	36.341	3	8
Saracolé	2.049	2	3
Sosso	1.685	1	1

Verifica-se que, considerada uma escala populacional, a ordem (decrescente) dos «povos» considerados é a seguinte:

Balanta	Balanta-mané
Fula	Mansoanca
Manjaco	Baiote
Mandinga	Nalú
Papel	Saracolé
Mancanha	Sosso
Beafada	Pajadinca
Bijagó	Cassanga
Felupe	Banhum

sendo os quatro primeiros (balanta, fula, manjaco, mandinga) os que se encontram mais distribuídos pela Guiné.

No quadro II, a seguir, apresentam-se, por «povos» e em hectares, as áreas, ocupada pelas culturas, consociada, e cultivada.

QUADRO II

Povos	Área ocupada pelas culturas	Área consociada	Área cultivada real	
			Ha	Percentagem
Totais	**482.177**	**71.376**	**410.801**	**100,00**
Baiote	1.903	–	1.903	0,46
Balanta	132.842	9.334	123.508	30,07
Balanta-mané	3.716	587	3.129	0,76
Banhum	116	12	104	0,03
Beafada	7.508	849	6.659	1,62
Bijagó	1.842	33	1.809	0,44
Cassanga	624	171	453	0,11
Felupe	6.319	18	6.301	1,53
Fula	149.345	31.811	117.534	28,61
Mancanha	16.750	2.951	13.799	3,36
Mandinga	83.081	18.642	64.439	15,69
Manjaco	57.566	5.732	51.834	12,62
Mansoanca	4.220	693	3.527	0,86
Nalú	1.840	46	1.794	0,44
Pajadinca	981	167	814	0,20
Papel	12.127	226	11.901	2,89
Saracolé	633	104	529	0,13
Sosso	764	–	764	0,18

4

Em conclusão:

a) — Sendo de *3.363.700* ha, a superfície da Guiné (sem a parte líquida), apenas são cultivados 12,21 % dessa área.

b) — Duma maneira geral, às maiores (menores) áreas ocupadas pelas culturas, correspondem as maiores (menores) áreas reais cultivadas. Exceptuam-se os casos dos «povos» fula e bijagó, cujas posições sofrem uma mudança recíproca com as dos «povos» balanta e nalú, respectivamente.

c) — Anàlogamente à escala populacional, pode estabelecer-se a seguinte ordem decrescente dos diversos «povos» em relação à sua contribuição para a área total cultivada:

1 — Balanta	10 — Balanta-mané
2 — Fula	11 — Baiote
3 — Mandinga	12 — Nalú
4 — Manjaco	13 — Bijagó
5 — Mancanha	14 — Pajadinca
6 — Papel	15 — Sosso
7 — Beafada	16 — Saracolé
8 — Felupe	17 — Cassanga
9 — Mansoanca	18 — Banhum

d) — Verifica-se que:

— Os «povos», balanta, fula, beafada, balanta-mané, sosso, cassanga e banhum, mantêm, nesta escala, a posição relativa que ocupam na escala populacional.

— Os «povos», mandinga, mancanha, felupe, mansoanca, baiote, nalú e pajadinca, ocupam na escala das áreas cultivadas posições relativas superiores às que lhes pertencem, na escala populacional.

— Os «povos», manjaco, papel, bijagó e saracolé têm, na escala das áreas cultivadas posições relativas inferiores às que lhes correspondem na escala populacional.

— Portanto, não basta considerar o factor população, para inferir as diferenças na contribuição para a área total cultivada. Um «povo» com uma dada população pode cultivar uma área maior (menor) do que a cultivada por outro que tenha uma população maior (ou menor). Tal facto sugere a importância do estudo das características da exploração agrícola familiar (técnica agrícola, área cultivada, produtividade) para o completo conhecimento do valor económico de cada «povo».

e) — Os quatro primeiros «povos» (balanta, fula, mandinga e manjaco) contribuem com 86,99 % (cerca de 9/10) da área total cultivada. Por esse facto, e porque estes quatro «povos» formam o fundo da população guineense, com actividade agrícola em quase todas as Circunscrições e Concelhos (vide quadro I), o seu trabalho é a mola real da produção agrícola e são, por isso mesmo, os principais criadores de riqueza na Guiné.

f) — Os «povos», mancanha, papel, beafada e felupe, contribuem com 9,40 % da área total cultivada, enquanto que os 10 «povos» restantes dão um contributo de 3,61 %. Estes «povos» têm uma pequena representação no campo populacional (menos de 1 % da população total, cada um), com excepção dos «povos» bijagó e balanta-mané.

g) — Com base nestas conclusões, os «povos» agricultores da Guiné podem ser assim classificados, relativamente à sua contribuição para a área total cultivada:

Povos de contribuição principal — balanta, fula, mandinga e manjaco.

Povos de contribuição secundária — mancanha, papel, beafada e felupe.

Povos de contribuição subsidiária — os restantes.

Esta classificação não implica qualquer superioridade ou inferioridade de algum ou alguns dos povos considerados em relação aos outros. Refere-se única e simplesmente à sua contribuição para a área total cultivada, um dos elementos essenciais da produção agrícola, da economia guineense.

Precisamente porque esta diferenciação se situa no campo económico sobre o pano de fundo duma situação político-social idêntica e um nível de vida a todos os títulos baixíssimo, ela transcende a diversidade étnica e cultural, e terá, necessàriamente uma projecção preponderante na evolução económica e, portanto, geral, da Guiné.

O estudo de outros elementos da produção agrícola, já referidos, bem como a comparação das contribuições destes povos para a obtenção de outros produtos (coconote, óleo de palma, cera, mel, couros) completará esta diferenciação entre os conjuntos humanos que criam, pelo cultivo da terra, a riqueza da Guiné.

Bissau, 1954

Junta de Investigações do Ultramar (Lisboa)
Centro de Zoologia — Prof. Fernando Frade

Centro de Estudos da Guiné Portuguesa (Bissau)
Presidente — Intend. de Distr. Augusto J. Santos Lima

ANOTAÇÕES PARASITOLÓGICAS

I

SOBRE A SUBFAMÍLIA *ARCHIGONIODINAE* EICHLER (ORDEM *MALLOPHAGA* NITZSCH 1818, FAMÍLIA *GONIODIDAE* MJÖBERG 1910)

por

JOÃO TENDEIRO
Doutor em Ciências Médico-Veterinárias

Conci, em 1946, descreveu na família *Goniodidae* Mjöberg 1910 o género *Archigoniodes*, proposto por Eichler, no ano anterior (¹), considerando como boa a subfamília *Archigoniodinae* Eichler 1945, criada para ele. Segundo Conci, o género *Archigoniodes* — que tem como generótipo o *Goniodes wilsoni* Clay 1938 — distingue-se bem das restantes formas da família *Goniodidae*, em particular pela quetotaxia característica, compreendendo: 1.º) espinhos numerosos em toda a face dorsal da cabeça; 2.º) muitas cerdas compridas no bordo cefálico anterior, nas têmporas e nos bordos laterais do pterotórax; e 4.º) dois pentes de cerdas no 4.º e 5.º tergitos abdominais. Por

(¹) Em ciclostilo.

outro lado, o 3.º segmento antenal do ♂ apresenta um prolongamento lateral (¹) (²).

«La posizione del genere *Archigoniodes* — escreveu o mesmo autor em 1951 — è nettamente isolata del complesso della famiglia *Goniodidae* e rende pienamente giustificata, a mio avviso, la creazione della sottofamiglia *Archigoniodinae*, comprendente quest'unico genere.

I piú notevoli caratteri distintivi del genere e della sottofamiglia stamo nella chetotassi. Tutti i *Goniodidae* noti hanno le tempie con due macrochete (eccezionalmente una o tre), nem mentre *Archigoniodes* ne ha un'intera serie (8-10). Inoltre in *Archigoniodes* ambedue i sessi hanno numerose macrochete all'orlo laterale del protorace e del mesometatorace, mentre di regola nei *Goniodidae* l'orlo laterale del protorace porta una sola setola e poche quello del meso-metatorace.

I maschi hanno per di più una serie di setola, aberranti per la loro eccezionalle lunghezza, all'orlo anteriore del capo, gran numero di brevissime spinule irregolarmente sparse sulla superficie dorsale del capo e fitti ciuffi di setole sui tergiti 3.º, 4.º o 5.º.

Tutti questi caratteri separano in modo nettissimo *Archigoniodes* da ogni altro genere di *Goniodidae*: non vi sono affatto specie intermedie di congiunzione, come vorrebbe CLAY, 1940, parchè la somiglianza con *Stenocrotaphus* è oltremodo vaga.»

Além do *A. wilsoni*, CONCI inclui no género *Archigoniodes* as espécies *A. hopkinsi* (TH. CLAY 1940), *A. fimbriatus* (NEUMANN 1913), *A. numidae* (MJÖBERG 1910) e *A. perlatus* (TH. CLAY 1940). As últimas quatro,

(¹) «Il genere fu stabilito dall'Eichler che me fissò il Generotipo nel 1945, però, a quanto mi consta, non fu ulteriormente descrito, onde ne dò i caratteri distintivi: genere completamente separato in tutta la famiglia dei *Goniodidae*, soprattutto per la chetotassi, che è assolutamente caracteristica. Presenta infatti numerose e lunghe setole all'orlo anteriore del capo, alle tempie ed ai lati del meso-metatorace; inoltre due ciuffi di stole sul 4.º e 5.º tergite abdominale. Il 3.º segmento antenalle del ♂ ha un prolungamento laterale. Ciò giustifica pienamente la sua attribuzione ad una sottofamiglia distinta: *Archigoniodinae* (Eichler 1945, Acta Mallophagologica. 7).»

(²) Na descrição original de TH. CLAY, a cabeça do ♂ do «*Goniodes wilsoni*», parasita do *Afropavo congensis* CHAPIN, caracteriza-se pelos seguintes elementos: «Head with large overhanging trabeculae and with numerous dorsal airs; antenna with first segment not greatly enlarged and third produced into a somewhat transparent forwardly directed projection running parallel to the fourth segment».

no entanto, seriam homogéneas entre si e diferentes da primeira, ao ponto de justificar a criação de dois subgéneros, correspondentes aos grupos F e G de THERESA CLAY (1940), respectivamente *Archigoniodes* s. str., com a espécie *A. wilsoni*; e *Clayarchigoniodes* n. subgen., com as outras quatro espécies, distinguindo-se pela presença de placas intertergitais e pela forma das placas esternais (¹).

A designação original de EICHLER constitui, segundo HOPKINS e TH. CLAY (1952), um *nomen nudum*, por não ter sido tècnicamente publicado, devendo por isso olhar-se CONCI como o verdadeiro autor do género —, que aliás os investigadores ingleses não consideram separável do género *Goniodes* NITZSCH 1818 (²). Nas suas adições e correcções à lista anterior (1953), os autores incluem do mesmo modo o subgénero *Clayarchigoniodes* nos *Goniodes* (³).

A criação do género *Archigoniodes* levanta assim um problema taxonómico interessante, cujas conclusões serão forçosamente diferentes consoante admitirmos ou não como boa a publicação de EICHLER.

Entre as resoluções da Reunião de Paris, a Comissão Internacional de Nomenclatura Zoológica decidiu que os nomes publicados antes de 31 de Dezembro de 1950 só serão válidos quando tenham sido incluídos num documento impresso ou publicado por qualquer outro método mecânico de reprodução susceptível de garantir que cada exemplar seja idêntico aos outros exemplares, e desde que o documento em que o nome estiver incluído tenha sido feito com o propósito de ser registado e consultado pelas pessoas interessadas e não em consideração apenas a certas pessoas, com fins particulares ou sòmente por um tempo limitado. Para os artigos publicados depois de 31 de Dezembro de 1950 — o que não respeita por-

(¹) «Tali ultime quattro specie, omogenee tra li loro, si differenziano bene dall' *A. Wilsoni*, per cui ritengo opportuno distinguere due sottogeneri: *Archigoniodes* s. str., con l'unica specie *A. Wilsoni* e *Clayarchigoniodes* n. subgen, comprendente le rimanenti specie. Fisso come tipo di *Clayarchigoniodes* n. subg. l' *A. Hopkinsi* Clay. I due sottogeneri corrispondono ai gruppi F e G della Clay 1940. *Clayarchigoniodes* n. subg. si differenzia da *Archigoniodes* s. str. per esempio per la presenza di zone chitinizzate tra i tergiti e per la forma delle scleritizzazioni sternali.»

(²) «Archigoniodes was a manuscript name (not having been technically published) and a *nomen nudum*. Conci's difinition of the genus is undoubtedly original and he is, therefore, the author of *Archigoniodes*.

We do not consider this group of species separable from *Goniodes*.»

(³) «Not separable from *Goniodes*.»

tanto ao trabalho em causa — exige-se ainda que o documento contendo o novo nome tenha sido reproduzido em papel e com tinta de qualidade e durabilidade suficientes para garantir uma perspectiva razoável de duração; e que, quando distribuído pelo seu autor — ou em seu nome — a certo número de pessoas escolhidas, se reservem pelo menos alguns exemplares, para serem remetidos gratuitamente às instituições ou pessoas que os solicitarem.

Não tivemos ocasião de ler aquele trabalho de EICHLER, sabendo apenas que foi publicado em cópia ciclostilada e que tem sido citado por diversos investigadores, parecendo portanto estar dentro das condições exigidas pela Comissão Internacional quanto à validade da respectiva publicação.

Por outro lado, segundo o artigo 21.º das Regras Internacionais de Nomenclatura Zoológica, «é considerado autor de um nome científico o que publicar em primeiro lugar aquele nome, acompanhado de uma indicação, uma definição ou uma descrição, *a não ser que seja evidente, pelo conteúdo da publicação, que uma outra pessoa é a responsável pelo dito nome, sua indicação, definição ou descrição*» (¹).

Mesmo que não tivessem sido cumpridas por EICHLER as determinações do artigo 21.º relativas às publicações originais, ele continuaria a ser o autor dos nomes *Archigoniodes* e *Archigoniodinae*, de acordo com a última parte do referido artigo, visto CONCI indicar textualmente, no seu trabalho de 1946, que esses nomes são da autoria daquele investigador, isto é, que se referia ao género *Archigoniodes* EICHLER e à subfamília *Archigoniodinae* EICHLER. Subentende-se do trabalho de CONCI que as indicações dadas pelo autor alemão foram suficientes para permitirem a inclusão de determinadas espécies naqueles agrupamentos, com cumprimento bastante das disposições finais do citado artigo 21.º.

Em conclusão, tanto as Regras da Nomenclatura Zoológica como os preceitos mais elementares de deontologia sistemática nos levam a con-

(¹) Segundo a versão portuguesa de C. PINTO (1945), que não coresponde inteiramente à forma inglesa do artigo, que é do seguinte teor:

«The author of a scientific name is that person who first publishes the name in connection with an indication, a definition, or a description, unless it is clear from the contents of the publication that some other person is responsible for said name *and* its indication, definition, or description.»

Os sublinhados são nossos.

siderar EICHLER como o verdadeiro autor daqueles nomes. No caso de se poder tomar como boa a publicação das «Acta Mallophagologica» 7 e 11, teremos respectivamente *Archigoniodes* EICHLER 1945 e *Archigoniodinae* EICHLER 1945; se a mesma for julgada insuficiente, estes nomes deverão passar a ser referidos — como faremos de futuro — seguidos da indicação de EICHLER *in* CONCI, *Boll. Soc. Ent. Ital.*, *76* (9-10) : 77, 1946 (¹).

Sem termos tomado conhecimento dos trabalhos precedentes de EICHLER e de CONCI, em 1954 propusemos a criação do género *Kéleria*, correspondente à nova subfamília *Bunocerinae* e compreendendo as espécies *K. fimbriata* (NEUMANN 1913) — como generótipo —, *K. hopkinsi* (TH. CLAY 1940) e *K. perlata* (TH. CLAY 1940).

«O *G. fimbriatus* de NEUMANN — escrevemos então — integra-se assim nas características gerais do género *Stenocrotaphus*, com excepção do dimorfismo sexual das antenas. No entanto, mesmo que quiséssemos ampliar o género de modo a permitir a inclusão de espécies com um grau de heteroceria tão acentuado como o *G. fimbriatus*, esse alargamento iria colidir com a própria definição da subfamília *Homocerinae*. De facto,

(¹) Como exemplo da maneira, que nos parece mais correcta, de resolver situações semelhantes, recordamos o caso recente da criação de uma nova espécie de ixodídeo, *Rhipicephalus hurti*.

Ao estudar uma colecção, remetida do Protectorado de Ruanda-Urundi (África Central), pelo Dr. H. R. F. Colback, Chefe dos Serviços Veterinários do Congo Belga, o nosso colega e grande ixodologista português DR. TRAVASSOS DIAS encontrou, entre 5.521 espécimes escolhidos em bovinos, 2 ♂♂ e 1 ♀ de um ripicéfalo pertencente ao grupo *capensis* de ZUMPT, que descreveu pormenorizadamente e identificou com o *Rhipicephalus hurti* WILSON, — espécie cuja descrição ainda não fora publicada, mas de que o autor lhe remetera uma cópia do respectivo trabalho bem como 2 ♂♂ e 3 ♀♀ paratípicos.

Como escreve TRAVASSOS DIAS (1954), «não encontrámos... quaisquer diferenças entre os nossos espécimes e os indivíduos paratípicos oferecidos por WILSON, motivo porque os ligaremos àquela espécie, criada por este autor. O trabalho de WILSON pode, na verdade, considerar-se modelar, nele tendo sido encaradas todas as variações de que a espécie é susceptível, de tal modo que, pela sua leitura, nenhuma dúvida é lícito admitir, ao considerar-se a diagnose da espécie em causa.»

Perante a maneira como foi efectuada esta publicação, ninguém contestará decerto que o autor da espécie de referência é WILSON — se bem a primeira descrição tenha sido publicada por outro investigador —, cabendo assim àquela a designação específica de *Rhipicephalus hurti* WILSON *in* TRAVASSOS DIAS 1954.

enquanto naquela espécie o 3.º artículo do ♂ é «espesso e maciço, projectando-se para dentro sob a forma de um apêndice triangular comprido e muito forte, de margem interna hialina», na subfamília *Homocerinae*, como vimos atrás, apenas são de admitir formas com um ligeiro dimorfismo, que se limita a poder o 3.º artículo das antenas do ♂ ser assimétrico e cortado obliquamente na extremidade.

A posição sistemática do *G. fimbriatus*, em última análise, é a seguinte: 1.º) encontra-se excluído da subfamília *Homocerinae* pelo acentuado dimorfismo sexual das antenas, ao mesmo tempo que os restantes caracteres morfológicos são condizentes com os do género *Stenocrotaphus*; 2.º) não pode ser incluído na subfamília *Goniodinae* por ter o 2.º artículo das antenas do ♂ bastante mais comprido que o 3.º, enquanto naquela subfamília o 2.º artículo do ♂ nunca é tão comprido como o 3.º, que toma além disso a forma de bota (1); 3.º) não entra na subfamília *Astrocotinae* por a ♀ ter o corpo de forma goniodoide, ao passo que as ♀ ♀ da referida subfamília se distinguem pela forma alongada do corpo; 4.º) e por último, tem na heteroceria um caracter morfológico que o não permite incluir nas subfamílias *Homocerinae*, *Goniocotinae*, *Osculotinae* e *Chelopistinae*, sem contar evidentemente com as restantes características que lhe são peculiares. Foi possivelmente por este motivo que VON KÉLER, em 1939, considerou a espécie como um «Goniodes incertae sedis».

As razões anteriores levaram-nos à criação da nova subfamília *Bunocerinae* (de βουνός, proeminência), com os caracteres gerais aproximados da subfamília *Homocerinae* mas distinguindo-se dela pelo dimorfismo sexual das antenas. A nova subfamília comporta apenas o género *Kéleria* com a *Kéleria fimbriata* por genotipo e contendo ainda as espécies *hopkinsi* e *perlata*, — ou sejam os *Goniodes* incluídos por TH. CLAY no seu grupo G. A última espécie, redescrita por VON KÉLER, em 1952, como *Stenocrotaphus perlatus*, deve a nosso ver passar para o género *Kéleria*, não só por o dimorfismo das antenas ser nítido — se bem que em menor grau que em *K. fimbriata* e *K. hopkinsi* —, como ainda por se tratar de um malófago de tal modo aproximado da primeira daquelas espécies que TH. CLAY considerou as respectivas ♀ ♀ indistinguíveis uma da outra.»

(1) «Das 2. Glied beim ♂ nie langer als das dritte stiefelartige».

Em carta de 17/1/955, o Dr. VON KÉLER chamou-nos a tenção para a necessidade em mudar o nome da nova subfamília de *Bunoderinae* para *Kélerinae*, de acordo com a regra da nomenclatura que determina que os nomes das subfamílias devem subordinar-se aos dos géneros principais. «Ihre Unterfamilie Bunocerinae wird wohl umbennant werden müss, weil sie ja nur die Gattung Kéleria enthält. Nach der Nomenklaturregeln müss der Familien - und Unterfamilienname au dem Stamm der typischen Gattung abgeleitet warden.»

Fig. 1
Clayarchigoniodes hopkinsi, ♂
(Segundo TH. CLAY, 1940)

Fig. 2
Archigoniodes wilsoni, ♂
Cabeça e tórax
(Segundo TH. CLAY, 1938, como *Goniodes wilsoni*)

Como se vê fàcilmente pela comparação das respectivas definições, o subgénero *Clayarchigoniodes* CONCI 1951 corresponde em absoluto e sob todos os aspectos considerados ao género *Kéleria* TENDEIRO 1954, se bem na primeira tenha sido escolhida como espécie tipo o *Goniodes hopkinsi* e no segundo o *G. fimbriatus*.

TH. CLAY, em 1940, na sua monografia sobre *Goniodes* dos Galiformes, criou para o *Gonoides wilsoni* o grupo F, englobando as espécies *hopkinsi*, *fimbriatus* e *perlatus* no grupo G, — bastante aparentado com aquele mas distinguindo-se por dois importantes caracteres: ausência no primeiro de placas intertergitais e forma das placas esternais (¹).

(¹) «*(Species Group F.)* Containing a single distinctive species whose affinities apparently lie with group F. It resembles this latter groups in the general character of the clavi, male genital opening, female vulva, and the distinctive chaetotaxy. It differs from this group, however, in important characters such as the absence of intergital chitin, and in the form of the sternal thickening.»

As relações recíprocas entre os dois agrupamentos anteriores e entre os grupos G e H — este último contendo o *Goniodes gigas* (TASCHENBERG 1879) e o *Goniodes agelastes* TH. CLAY 1940 (= *Goniocotes abdominalis* var. *latifasciata* PIAGET 1885, *nec* PIAGET 1883) — levaram TH. CLAY a negar valor genérico ao grupo G. (¹).

As razões que nos tinham levado a distinguir a nossa subfamília *Bunoderinae* (= *Archigoniodinae* EICHLER) das subfamílias *Homocerinae*, *Goniodinae*, *Astrocotinae*, *Goniocotinae* e *Chelopistinae* — tal como estas foram definidas, em 1939, por VON KÉLER —, permitem-nos encará-la como um agrupamento coeso, em relação não só aos elementos reproduzidos atrás (²) como aos que foram destacados por CONCI, designadamente a disposição particular da quetotaxia cefálica.

Temos, assim, uma subfamília bem definida, com espécies que se separam nìtidamente em dois grupos, distinguíveis um do outro tanto pela forma completamente diferente da cabeça como pelo aspecto diverso das placas dos esternitos e ainda pela presença ou ausência de placas intertergitais — três caracteres diferenciais que se nos afiguram mais que suficiente para caracterizarem géneros diferentes e não apenas subgéneros.

Em relação à forma da cabeça, a comparação das figs. 1, 2 e 3, reproduzidas respectivamente de TH. CLAY e de CONCI, mostra com clareza que não existe qualquer identidade entre os contornos cefálicos do «*Goniodes hopkinsi*» — semelhante ao do «*Goniodes fimbriatus*» e ao do «*Goniodes perlatus*» — e o do «*Goniodes wilsoni*». Por outro lado a presença de placas intertergitais e a forma diferente das placas esternais, parecem-nos elementos adicionais bastante para confirmarem o nosso ponto de vista.

Pelos motivos expostos, propomos a elevação dos subgéneros considerados por CONCI a géneros, respectivamente *Archigoniodes* EICHLER 1945 (ou EICHLER *in* CONCI 1946) e *Clayarchigoniodes* CONCI 1951 nov. comb..

(¹) «A distinctive and homogenous group of species in which the males have numerous elongated marginal hairs on the temples and pterothorax, and clumps of spine-like hairs on tergites III, IV or V; intertergital plates present between segments I-VI in the female and between segments V-VI or II-VI in the male, and with sternal thickening in the form of two irregular plates each side of the abdomen. However, the characters of *wilsoni* on one hand, and of *gigas* on the other, prevent this group being considered of generic value.»

(²) Ver página 784.

Fig. 3
Archigoniodes wilsoni, ♀
(Segundo CONCI, 1951)

este último com as espécies *Clayarchigoniodes hopkinsi* (TH. CLAY 1940) (generótipo), *Clayarchigoniodes fimbriatus* (NEUMANN 1913) e *Clayarchigoniodes perlatus* (TH. CLAY 1940).

Segundo o artigo 6.º das Regras da Nomenclatura Zoológica, as denominações dos géneros e dos subgéneros estão sujeitas aos mesmos

preceitos e têm o mesmo valor, tornando-se os nomes subgenéricos em nomes genéricos se o subgénero é elevado à categoria de género e vice-versa (1). Deste modo o termo *Clayarchigoniodes* tem prioridade sobre o termo *Kéleria*, que entra assim na sinonímia daquele.

Microfotografias de Raúl Lopes

REFERÊNCIAS

CLAY, TH. — New species of Mallophaga from *Afropavo congensis* Chapin. — *Amer. Mus. Novitates, 1008:* 1-11, 1938.

—— Genera and species of Mallophaga occurring on gallinaceous hosts. Part II. *Goniodes*. — *Proc. Zool. Soc. Lond.*, (B) *110:* 1-120, 1940.

CONCI, C. — Due nuovi generi di *Goniodidae* dei *Galliformes* e nota sul genere *Archigoniodes* Eichler (Mallophaga) — *Boll. Soc. Ent. Ital.*, 76 (9-10): 76-78, 1946.

—— Il genere *Archigoniodes* Conci ed il suo generitipo (Mallophaga). — *Acta Pontif. Acad. Sc.*, *14* (16): 175-180, 1951.

HOPKINS, G. H. E., CLAY, TH. — A check list of the genera & species of Mallophaga, Londres, 1952.

—— Additions and corrections to the check list of Mallophaga. — *Ann. and Mag. Nat. Hist.*, (12) *6:* 434-448, 1953.

MAYR, E., LINSLEY, E. G., USINGER, R. L. — Methods and principles of systematic zoology. Nova Iorque, 1953.

PINTO, C. — Zoo-parasitos de interesse médico e veterinário. Rio de Janeiro, 1945.

TENDEIRO, J. — Malófagos de Guiné Portuguesa. Estudos sobre diversos malófagos dos Galiformes guineenses. — *Bol. Cult. da Guiné Port.*, *9* (33): 3-162, 1954.

TRAVASSOS SANTOS DIAS, J. A. — Contribuição para o conhecimento da fauna ixodológica do Protectorado de Ruanda-Urundi (África-Central). — *Mem. e Est. Mus. Zool. Univ. Coimbra*, n.º 224 :1-18, 1954.

(1) «Subgeneric names «are subject to the same rules and recomendations» as generic names «and from a nomenclatural standpoint... are co-ordinate, that is,... of the same value» (Art. 6). A subgeneric name becomes a generic name if the subgenus is raised to full generic standing, and vice versa» (MAYR, LINSLEY e USINGER, 1953).

Microfot. 1
Clayarchigoniodes fimbriatus, ♂

Microfot. 2
Clayarchigoniodes fimbriatus, ♀

Microfot. 3
Clayarchigoniodes hopkinsi, ♂

Microfot. 4
Clayarchigoniodes hopkinsi, ♀

JUNTA DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR (LISBOA)
CENTRO DE ZOOLOGIA — PROF. FERNANDO FRADE

CENTRO DE ESTUDOS DA GUINÉ PORTUGUESA (BISSAU)
PRESIDENTE — INTEND. DE DISTR. AUGUSTO J. SANTOS LIMA

ANOTAÇÕES PARASITOLÓGICAS

II

NOVO GENERÓTIPO PARA O GÉNERO *DIASIELLA* TENDEIRO 1954 (ORDEM *MALLOPHAGA* NITZSCH 1818, FAMÍLIA *MENOPONIDAE* MJÖBERG 1910)

por

JOÃO TENDEIRO
Doutor em Ciências Médico-Veterinárias

NUM trabalho sobre malófagos dos Galiformes de Moçambique, remetido em 3 de Junho de 1954 à Junta de Investigações do Ultramar, para publicação na revista *Garcia de Orta*, propúnhamos a criação do novo género *Diasiella*, tendo como generótipo a espécie *Dasiella cruzi*, descrita no mesmo local a partir de 1 ♂ e 1 ♀ obtidos na *Guttera edouardi edouardi* (HARTLAUB). O novo género aproxima-se bastante do género *Clayia* HOPKINS 1941, sendo a respectiva diagnose diferencial, como então escrevemos, «dada particularmente, além de outros pormenores, pelo seio ocular menos profundo, forma diferente da cabeça e presença de pinceis apenas do 4.º ao 6.º esternitos e não do 3.º ao 7.º. A menor largura da cabeça em relação à *Claya mjöbergi*, por exemplo, exprime-se bem pelo índice cefálico de 1,16 para o ♂ e 1,18 para a ♀, em vez dos índices

de 1,38 a 1,50 encontrados por nós para o ♂ daquela espécie — 1,60 segundo CUMMINGS —, e de 1,76 referido por este autor para a ♀.»

No citado artigo considerávamos também como pertencente ao género *Diasiella* a espécie que antes descrevêramos na *Guttera edouardi pallasi* (= *Guttera edouardi verreauxi* ELLIOTT) (¹), com a designação provisória de *Somaphantus wernecki*.

Conforme escrevemos, «a comparação ulterior do *Somaphantus wernecki* com o parasita agora estudado na *Guttera edouardi edouardi* vez-nos ressaltar a extrema semelhança entre as duas espécies. Com excepção da forma diferente da cabeça, expressa em particular no seio ocular mais pronunciado, e do maior alongamento do abdome, a morfologia da nova espécie sobrepõe-se quase à daquela, como se verifica com facilidade pela leitura das descrições e pela observação da respectiva iconografia.

Quer dizer, se atendêssemos à sistematização proposta e conservássemos a espécie *wernecki* no género *Somaphantus*, teríamos que colocar o novo parasita — estreitamente aparentado com ela mas com um seio ocular apreciável — num género novo, uma vez que as suas características peculiares não permitiam incluí-lo naquele nem em nenhum dos géneros conhecidos. E, para o fazermos, seríamos obrigados a alargar o âmbito de definição original do género *Somaphantus*, de modo a admitir ao mesmo tempo nele formas compridas e estreitas e formas ovais mais ou menos largas.

A estreita aproximação entre as duas espécies exprime-se por um certo número de caracteres morfológicos comuns, mais que suficientes para permitir a sua reunião no novo género *Diasiella*. Em relação à diferença de forma do seio ocular, a dificuldade ficou arredada ao considerarmos, na definição do género, o «seio ocular pouco profundo, mais ou menos vincado, formando um ângulo obtuso e como que estabelecendo a transição entre a ligeira reentrância do género *Somaphantus* PAINE 1914 e o fundo entalhe do género *Clayia* HOPKINS 1941».

Por motivos estranhos à nossa vontade, houve grande demora na saída daquele artigo, que continua ainda aguardando publicação. Mantêm-se, por este facto, as causas que nos levaram a transcrever, no nosso segundo trabalho sobre malófagos da Guiné Portuguesa (1954), a descrição original do género *Diasiella* —, com a respectiva indicação da *Diasiella cruzi* como generótipo e a inclusão do *Somaphantus wernecki* TENDEIRO 1954 (¹) no género.

(¹) BANNERMAN (vol. 8, p. 148, 1951) identificou a *Guttera edouardi pallasi* (STONE) com a *Guttera edouardi verreauxi* (ELLIOTT), com prioridade para esta última.

Em conclusão, como o trabalho sobre malófagos de Moçambique — que inclui a descrição original do género *Diasiella* e da *Diasiella cruzi* — continua ainda por publicar, a transcrição da definição do género passa deste modo a actuar como descrição original e como tal deve ser tomada. Sendo assim, parece-nos que a indicação da espécie *Diasiella cruzi* como generótipo não pode ser mantida, uma vez que a descrição daquela não foi publicada e apenas consta de um manuscrito, não sendo portanto de reconhecer, de acordo com as regras internacionais de nomenclatura zoológica. Por este motivo, o género *Diasiella* tem que se considerar por enquanto como contendo uma única espécie.

Segundo MAYR, LINSLEY e USINGER (1953), «a genus proposed with a single original species takes that species as its type. (Monotypical genera.). According to Opinion 47 the foregoing statement is applicable irrespective of whether or not the author concerned regarded the genus as monotypical.»

Sendo, de facto, o género *Diasiella* monotípico à data da sua publicação original, a designação do generótipo recai automàticamente na *Diasiella wernecki* (TENDEIRO 1954), descrita antes sob o nome provisório de *Somaphantus wernecki* TENDEIRO, *Bol. Cult. da Guiné Port.*, 9 (33): 25, 1954.

Microfotografias de Raúl Lopes

REFERÊNCIAS

BANNERMAN, D. A. — The birds of Tropical West Africa. VIII. Londres, 1951.

MAYR, E., LINSLEY, E. G., USINGER, R. L. — Methods and principles of systematic zoology. Nova Iorque, 1953.

TENDEIRO, J. — Malófagos da Guiné Portuguesa. Estudos sobre diversos malófagos dos Galiformes guineenses. — *Bol. Cult. da Guiné Port.*, 9 (33): 3-162, 1954.

— Malófagos da Guiné Portuguesa. Novos estudos sobre malófagos dos Galiformes. *Bol. Cult. da Guiné Port.*, 9 (34): 283-362, 1954.

— Malófagos de Moçambique. Algumas espécies recolhidas em Galiformes. — Revista *Garcia de Orta*, em publicação.

(¹) E não 1953, como por lapso vem referido.

Microfot. 1
Diasiella wernecki, ♂

Microfot. 2
Diasiella wernecki, ♂
Pormenor do abdome

JUNTA DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR (LISBOA)
CENTRO DE ZOOLOGIA — PROF. FERNANDO FRADE

CENTRO DE ESTUDOS DA GUINÉ PORTUGUESA (BISSAU)
PRESIDENTE — INTEND. DE DISTR. AUGUSTO J. SANTOS LIMA

ANOTAÇÕES PARASITOLÓGICAS

III

DUAS NOVAS ESPÉCIES DE MALÓFAGOS PARASITAS DOS FALCONIFORMES: *CRASPEDORRHYNCHUS HOPKINSI* N. SP., DO PENEIREIRO-CINZENTO, *ELANUS CAERULEUS CAERULEUS* (DESFONTAINES), E *CRASPEDORRHYNCHUS GYPOHIERACIS* N. SP., DA ÁGUIA PESQUEIRA, *GYPOHIERAX ANGOLENSIS* (GMELIN), OBSERVAÇÕES SOBRE O *CRASPEDORRHYNCHUS SPATHULATUS* (GIEBEL 1874)

por

JOÃO TENDEIRO
Doutor em Ciências Médico-Veterinárias

NESTE artigo são estudadas três espécies de malófagos pertencentes ao género *Craspedorrhynchus* VON KÉLER 1938 (subordem *Ischnocera* KELLOGG 1896, família *Philopteridae* HARRISON 1915), das quais duas novas para a ciência.

O *Craspedorrhynchus hopkinsi* n. sp. é descrito a partir de 1 ♀ obtida numa pele de peneireiro-cinzento, *Elanus caeruleus caeruleus* (DESFONTAINES), da colecção da Missão Zoológica de Moçambique, chefiada pelo Prof. Fernando Frade. Neste mesmo hospedeiro tínhamos encontrado

já a espécie *Degeeriella elani* TENDEIRO 1955, em material de proveniência metropolitana.

A descrição do *Craspedorrhynchus gypohieracis* n. sp. apoia-se num ♂ apanhado numa pele de guincho ou águia-pesqueira, *Gypohierax angolensis* (GMELIN), da colecção da antiga Missão Zoológica da Guiné, e faz parte de material, em estudo, para um trabalho sobre malófagos dos falconiformes desta província ultramarina.

Por último, o *Craspedorrhynchus spathulatus* (GIEBEL 1874) torna a ser descrito, com base num ♂ recolhido numa pele de milhano ou milhafre, *Milvus migrans parasitus* (DAUDIN), também da Missão Zoológica da Guiné. O interesse desta redescrição provém do facto de se ter perdido, durante a última guerra mundial, o tipo de GIEBEL, pertencente à colecção de Halle.

GÉNERO *CRASPEDORRHYNCHUS* VON KÉLER

Craspedorrhynchus VON KÉLER, *Arb. morph. taxon. Ent.*, 5 (3) ; 239, Ago. 1938.

Falcoecus TH. CLAY e MEINERTZHAGEN, *The Entomologist, 71* (907) : 275, Dez. 1938.

CRASPEDORRHYNCHUS HOPKINSI N. SP.

REGISTOS

Hospedeiro: Elanus caeruleus caeruleus (DESFONTAINES), o peneireiro-cinzento.

Material e origem: Missão Zoológica de Moçambique, 1 ♀ obtida na pele do peneireiro-cinzento da referência 473, de 23/7/948, de Manhiça, Moçambique.

Depósito: Colecção parasitológica do Centro de Zoologia da Junta de Investigações do Ultramar, registo 152 (1 ♀).

MORFOLOGIA

Espécie de tamanho médio, atarracada, conforme a figura 1, tendo 2,19 mm de comprimento por 1,05 mm de largura no holotipo, com um índice corporal de 2,09. Tonalidade geral acastanhada, igualmente mais escura na cabeça e ao nível das placas-pleurais.

MACHO

Desconhecido.

FÊMEA

Cabeça subtriangular, um pouco mais larga do que comprida e estrangulada na parte anterior, atrás das expansões hialinas do clípeo, medindo 0,84 mm×0,86 mm; índice cefálico igual a 1,02. Clípeo truncado anteriormente, com expansões hialinas laterais pronunciadas, estendendo-se atrás até o nível da sutura clipeal. De um e de outro lado, 4 cerdas dorsais para a frente da sutura, das quais 2 anteriores, 1 média (corres-

QUADRO I

***Craspedorrhynchus hopkinsi*, ♀**
Medidas em mm; índices corporal e cefálico
C — comprimento; L — largura

Craspedorrhynchus hopkinsi	♀ C	♀ L
Cabeça	0,84	0,86
Protórax	0,19	0,56
Pterotórax	0,29	0,76
Abdome	0,87	1,05
Comprimento total	2,19	
Índice corporal	2,09	
Índice cefálico	1,02	

Fig. 1
Craspedorrhynchus hopkinsi n. sp., ♀
(Original)

pondendo a 1 cerda ventral) e 1 pré-sutural, bem como 2 cerdas pré-trabeculares. Marca clipeal alongada, com a forma reproduzida nas figs. 1 e 5-1, mais larga a meio do comprimento e estreitando-se para trás, até além do nível das mandíbulas. Trabéculas móveis, aproximadamente tão compridas como o 1.° artículo das antenas. Antenas normais, com o 1.° artículo espesso e o 2.° mais comprido que os restantes. Olhos um pouco salientes, munidos de 1 cerda ocular. Têmporas arredondadas, com 4 cerdas e 1 curta espínula posterior. Bordo occipital ligeiramente convexo; bandas occipitais estreitas e divergindo para a frente.

Protórax mais curto que o pterotórax, com duas placas dorsais separadas por um sulco incolor e com uma única cerda post-lateral. *Pterotórax* convexo posteriormente, tendo na superfície dorsal uma pequeníssima placa média anterior, possìvelmente correspondente ao mesotórax, seguida de duas grandes placas separadas por um sulco incolor e recortadas atrás pelas pústulas de inserção das cerdas posteriores, em número de 2 a 3 de cada lado (1); 3 cerdas sobre os bordos laterais, as 2 posteriores numa pústula comum.

Abdome oval largo, com as placas tergo-pleurais triangulares e ponteagudas, com um grau de quitinização semelhante ao da cabeça e das placas do tórax. Bandas laterais muito estreitas, as anteriores um pouco mais escuras que as placas tergo-pleurais e as posteriores de tom semelhante ao destas. Cerdas dos tergitos numerosas e compridas, dispostas numa fiada média por segmento e não ultrapassando lateralmente as pontas internas das placas tergo-pleurais. Espiráculos relativamente pequenos. Cerdas post-estigmáticas mais compridas que as tergais. *Vulva* ligeiramente côncava na parte mediana, com 5 pêlos de cada lado.

DISCUSSÃO

O malófago em estudo pertence a um grupo caracterizado pela presença de expansões laterais hialinas bem desenvolvidas, de que fazem parte o *Craspedorrhynchus platystomus* NITZSCH *in* BURMEISTER 1838, o *Cr. haematopus* (SCOPOLI 1763), o *Cr. spathulatus* (GIEBEL 1874), o *Cr. nisi* (DENNY 1842), e o *Cr. insolitus* VON KÉLER 1938. Trata-se,

---

(1) No holotipo, 3 cerdas à esquerda e 4 à direita.

Fig. 2
Craspedorrhynchus platystomus
(Segundo SÉGUY, 1944)

a nosso ver, de uma espécie nova, que dedicamos ao ilustre parasitologista inglês Dr. G. H. E. Hopkins, autor de valiosos trabalhos sobre malófagos e outros ectoparasitas.

Se bem que estas espécies sejam bastante aproximadas entre si, a respectiva diagnose diferencial pode ser feita, entre outros elementos morfológicos, pelas dimensões e proporções da cabeça.

Como vimos, no *C. hopkinsi* n. sp. a cabeça é ligeiramente mais larga que comprida, com um índice cefálico de 1,02 no exemplar estudado, correspondendo a sua largura anterior, tirada ao nível da marca clipeal, a 0,38 da largura ao nível das têmporas.

O *Cr. platystomus* (fig. 2, microfot. 2) distingue-se bem pela cabeça mais estreita que comprida, com um índice cefálico igual a 0,93 num ♂ proveniente de um *Buteo buteo buteo* (L.), da colecção que estudámos a partir das colheitas do sr. Fernando Pedrosa Mendes (1955), subindo a largura anterior a 0,45 da largura temporal.

De acordo com VON KÉLER (1938), no *Cr. insolitus* (fig. 3), descrito

Fig. 3
Craspedorrhynchus insolitus, ♀
(Segundo VON KÉLER, 1938)

pelo autor na *Aquila wahlbergi* SUNDEVALL, e no *Cr. gonorhynchus* (NITZSCH 1861) (=*Cr. nisi*), do *Accipiter nisus* (L.), a cabeça é distintamente mais estreita que comprida, com índices cefálicos de 0,94-0,95 no primeiro e de 0,97 no segundo; a largura ao nível da marca clipeal corresponde a 0,45 no *Cr. insolitus* e a 0,40 no *Cr. nisi* (1).

Segundo as chaves de SÉGUY (1944) para os *Philopterus* dos Falconiformes, o *Philopterus asturinus* (MJÖBERG 1910) (=*Cr. haematopus*), parasita do *Accipiter gentilis* (L.) e suas variedades, tem a cabeça mais

(1) «*Cr. insolitus* n. sp. steht dem *Cr. gonorhynchus* am nächsten, ist aber etwas grösser (2,4-2,6, gegen 2,0-2,2 für *Gonorhynchus*-♂) und der kopf ist an den Schläfen deutlich schmäler als lang, nämlich 0,94-0,95 gegen 0,97 bei *Gonorhynchus*. Die Schmanze ist (an der Signaturnaht genessen) breiter als bei *Gonorhynchus*, sie beträgt nämlich 0,45 (bei *Gonorhynchus* 0,40) der Schläfeubreite.»

Fig. 4
Craspedorrhynchus haematopus
Cabeça do ♂
(Segundo Mjöberg, 1910 — em reprodução de Séguy, 1944, como *Philopterus asturinus*)

comprida do que larga, distinguindo-se ainda pelo clípeo arredondado anteriormente. Tomando como base a fig. 4, reproduzida de Mjöberg pelo autor, o índice cefálico desce a cerca de 0,88, com uma largura clipeal medindo 0,45 da largura nas têmporas.

Como nos foi dado ver num exemplar ♂, recolhido num *Milvus migrans parasitus* (Daudin) da Guiné Portuguesa, no *Cr. spathulatus* (fig. 9; microfot. 4) o índice cefálico (1,01) é semelhante ao da espécie que estamos descrevendo, mas a cabeça não se estreita tanto à frente, subindo a 0,43 da largura máxima. Outros elementos diferenciais definitivos do *Cr. spathulatus* são dados pela coloração muito mais escura e maior grau de quitinização das placas tergo-pleurais e pelas bandas laterais bastante mais largas.

1 2 3 4

Tend.

Fig. 5
Comparação entre as marcas clipeais de *Craspedorrhynchus*: 1 — *hopkinsi*; 2 — *spathulatus*; 3 — *gypohieracis*; 4 — *platystomus* (Original)

Como se pode ver na fig. 5, a marca clipeal constitui um elemento auxiliar valioso para a diagnose diferencial das espécies de *Craspedorrhynchus*, pelo menos em relação às existentes nas colecções do Centro de Zoologia. Assim, ao lado da forma bastante diferente de espécie para espécie, no *Craspedorrhynchus spathulatus* e no *Craspedorrhynchus hopkinsi* a marca clipeal passa nìtidamente para trás o nível das mandíbulas, enquanto nas espécies *platystomus* e *gypohieracis* não ultrapassa aquelas.

CRASPEDORRHYNCHUS GYPOHIERACIS N. SP.

REGISTOS

Hospedeiro: Gypohierax angolensis (Gmelin), o guincho ou águia-pesqueira.

Material e origem: Missão Zoológica da Guiné, 1 ♂ apanhado na pele da águia-pesqueira da referência 48, de 30/1/945, proveniente de Bissalanca, ilha de Bissau, Guiné Portuguesa.

Depósito: Colecção parasitológica do Centro de Zoologia da Junta de Investigações do Ultramar, registo 153 (1 ♂).

MORFOLOGIA

Espécie do tamanho médio, muito atarracada (fig. 6), medindo no holotipo 2,03 mm de comprimento por 1,12 mm de largura, correspondentes a um índice corporal de 1,81. Tonalidade geral acastanhada, com as placas tergo-pleurais mais escuras que a cabeça.

Macho

Cabeça subtriangular, mais larga que comprida, retraída à frente, tendo no nosso exemplar 0,78 mm de comprimento por 0,83 mm de largura, com um índice cefálico de 1,06. Clípeo ligeiramente emarginado, com as expansões hialinas obsoletas e os bordos laterais subparalelos.

Fig. 6
Craspedorrhynchus gypohieracis n. sp., ♂
(Original)

QUADRO II

Craspedorrynchus gypohieracis, ♂
Medidas em mm; índices corporais e cefálicos
C — comprimento; L — largura

Craspedorrhynchus gypohieracis	♂ C	♂ L
Cabeça	0,78	0,83
Protórax	0,17	0,50
Pterotórax	0,28	0,67
Abdome	0,80	1,12
Comprimento total	2,03	
Índice corporal	1,81	
Índice cefálico	1,06	

Cerdas com disposição semelhante à da espécie anterior. Marca clipeal curta, com a forma representada nas figs. 5-3 e 6, arredondada atrás e não ultrapassando o nível das mandíbulas. Trabéculas ligeiramente mais compridas que o 1.º artículo das antenas. Antenas normais. Olhos pouco salientes. Têmporas arredondadas, com quetotaxia semelhante à do *Craspedorrhynchus hopkinsi*. Bordo occipital um pouco convexo; bandas occipitais largas, largamente fundidas à frente com as bandas antenais.

Protórax mais curto que o pterotórax, com disposição idêntica ao *Craspedorrhynchus hopkinsi*. *Pterotórax* convexo posteriormente, com duas grandes placas separadas por um sulco hialino mediano e bordos posteriores tendo no nosso exemplar 7 cerdas à esquerda e 6 à direita; 3 cerdas laterais, as 2 posteriores contíguas.

Abdome discoidal, com as placas tergo-pleurais triangulares, mais curtas que na espécie anterior e de vértices interno rombos, mais quitinizadas que a cabeça. Bandas laterais largas, mais claras que as placas tergais e com expansões anteriores ultrapassando o bordo posterior de cada segmento. Cerdas dos tergitos fortes e curtas, com a mesma espessura da base à extremidade, dispostas em cada tergito numa fiada média, não alcançando lateralmente o vértice das placas tergo-pleurais. Espi-

ráculos bastante grandes. Cerdas post-estigmáticas compridas. *Aparelho copulador* (fig. 7) diferindo um pouco da disposição característica do género, conforme foi definido, em 1938, por TH. CLAY e MEINERTZHAGEN (como *Falcoecus*).

FÊMEA

Desconhecida.

DISCUSSÃO

O *Craspedorrhynchus gypohieracis* n. sp. caracteriza-se pela cabeça mais larga que comprida e retraída à frente, com o clípeo ligeiramente emarginado e as expansões laterais obsoletas, quase inexistentes.

Fig. 7
Craspedorrhynchus gypohieracis n. sp.
Aparelho copulador do ♂
(Original)

Em disposição morfológica aproxima bastante a espécie em estudo do *Craspedorrhynchus pachypus* (GIEBEL 1874) *sensu* SÉGUY (*Insectes ectoparasites*, p. 208, 1944), parasita do *Haliastur indus* (BODDAERT), distinguindo-se dele, no entanto — segundo a iconografia daquele

Fig. 8
«*Philopterus pachypus* GIEBEL», ♂
Aspecto dorsal e pormenor do aparelho copulador
(Segundo SÉGUY, 1944)

autor (fig. 8) —, pela forma diferente da marca clipeal, bordos laterais do clípeo subparalelos, placas tergo-pleurais mais largas e atarracadas e disposição diversa da quetotaxia abdominal.

HOPKINS, em 1949, põe em dúvida a determinação do «*Philopterus pachypus*» feita por SÉGUY — que julga possível tratar-se antes do *Craspedorrhynchus spathulatus* (GIEBEL 1874) —, sendo da opinião de que o verdadeiro *pachypus* poderia ser talvez a forma representada por

PIAGET (1880) como «*Philopterus macrocephalus*» e reproduzida por aquele autor com o mesmo nome [1].

A comparação do desenho de SÉGUY com o do nosso exemplar de *Craspedorrhynchus spathulatus* (fig. 9) dá uma certa verosimilhança a esta aproximação, em particular no respeitante à forma do abdome e à disposição das placas tergo-pleurais. Entretanto, naquele desenho a cabeça aparece menos atarracada, com o comprimento pouco superior à largura — correspondendo a um índice cefálico de 0,96 —, e o protórax é mais anguloso posteriormente; ao mesmo tempo, não conseguimos descortinar a menor semelhança entre a estrutura do aparelho copulador do «*Philopterus pachypus*», segundo SÉGUY, e do *Craspedorrhynchus spathulatus* (figs. 10 e 12).

Por outro lado, independentemente dos restantes elementos morfológicos que tornam o *Craspedorrhynchus spathulatus* insusceptível de se confundir com o *Craspedorrhynchus gyohieracis* n. sp., a disposição tão diferente dos respectivos aparelhos copuladores representa, só por si, um elemento decisivo de diagnose diferencial entre as duas espécies.

CRASPEDORRHYNCHUS SPATHULATUS (GIEBEL)

Docophorus spathulatus GIEBEL, *Insecta Epiz.*, p. 73, 1874.

Docophorus penicillatus PIAGET, *Pédiculines*, p. 22, 1880.

Philopterus spathulatus HARRISON, *Parasitology*, *9:* 104, 1916.

Philopterus spathulatus BEDFORD, *Ann. Rep. Direct. Vet. and Anim. Ind., Un. of S. Afr.*, *18* (1): 355, 1932.

Philopterus tropicus SEN, *Indian J. Vet. Sc.*, *12:* 171, 1942.

Philopterus spathulatus SÉGUY, *Insectes ectoparasites*, p. 210, 1944

(1) «The figure of «*Philopterus macrocephalus* (NITZSCH)» published by SÉGUY (1944, p. 207, fig. 302) is copied from Piaget's and also represents the species that I believe to be *pachypus*. The last species involved in this complex of misd terminations is «*Philopterus pachypus* (Giebel)» of Séguy (1944, p. 208, figs. 304, 305). This is from *Milvus migrans*, and (so for as can be told from the unsatisfactory figures) is not *pachypus* if my determination of Piaget's specimen is correct. There is a probability that Séguy's specimens are *Graspedorrhynchus spathulatus* (Giebel), which is also from *Milvus migrans*.»

Craspedorrhynchus spathulatus HOPKINS, *Ann. and Mag. Nat. Hist.*, (12) *2*: 44, 1949.

Craspedorrhynchus spathulatus HOPKINS e TH. CLAY, *Check list*, p. 92, 1952.

REGISTOS

Hospedeiro: Milvus migrans parasitus (DAUDIN), o milhano ou milhafre.

Material origem: Missão Zoológica da Guiné, 1 ♂ obtido na pele do milhafre da ref.ª 311, de 1/3/946, proveniente de Cacine, Guiné Portuguesa.

Depósito: Colecção parasitológica do Centro de Zoologia da Junta de Investigações do Ultramar, registo 154 (1 ♂).

MORFOLOGIA

Espécie de tamanho médio, oval larga (fig. 9), medindo no ♂ estudado 1,98 mm de comprimento por 0,96 mm de largura, correspondentes a um índice corporal de 2,06. Coloração geral castanha, bastante mais escura na cabeça do que nas porções não quitinizadas do abdome e muito carregada ao nível das placas tergo-pleurais.

MACHO

Cabeça subtriangular, mais larga que comprida, medindo no nosso exemplar 0,97 mm de comprimento por 0,81 mm de largura (índice cefálico=1,025) retraída ao nível da marca clipeal, e com expansões menos pronunciadas que no *Craspedorrhynchus hopkinsi* s. sp.. Clípeo com emarginação acentuada. Quetotaxia da porção pré-sutural como nas espécies anteriores. Marca clipeal mais larga na junção do 1.º com o 2.º quarto, com as formas representadas nas figs. 5-2 e 9, estreitando-se para trás e ultrapassando o nível das mandíbulas. Trabéculas nitidamente mais compridas do que o 1.º artículo das antenas. Olhos pouco salientes. Têmporas com 4 cerdas, 1 das quais logo atrás do olho e as outras 3 circundando o ângulo temporal arredondado, e 1 espínula posterior. Bordo

Fig. 9
Craspedorrhynchus spathulatus, ♂
(Original)

occipital ligeiramente convexo; bandas occipitais largas, largamente fundidas à frente com as bandas antenais.

Protórax mais curto que o pterotórax, com disposição semelhante à do *Craspedorrhynchus hopkinsi*. *Pterotórax* também como nesta última espécie, tendo também na parte anterior uma pequena zona quitinizada, representando possivelmente a placa do mesonoto, com as duas grandes placas posteriores convergindo atrás e tendo no bordo posterior 4 cerdas meta-centrais de cada lado, insertas em pústulas incompletas, e 1 cerda meta-lateral, numa pústula completa; lateralmente, 1 cerda anterior e 2 posteriores, estas também numa pústula comum.

Abdome oval largo, com as placas tergo-pleurais triangulares e ponteagudas como no *Craspedorrhynchus hopkinsi*, mas, ao contrário deste, tendo um elevado grau de quitinização. Bandas laterais largas. Cerdas tergais numa fiada única por tergito, dispondo-se no 1.° segmento a todo

Fig. 10
Craspedorrhynchus spathulatus
Aparelho copulador do ♂
(Original)

o comprimento e sendo nos restantes em pequeno número e interrompidas no campo médio, que é glabro. Espiráculos relativamente grandes. Cerdas post-estigmáticas saindo de pústulas incompletas, recortadas no bordo posterior das placas tergais. *Aparelho copulador* (fig. 10) com a disposição característica do género.

QUADRO III

Craspedorrhynchus spathulatus, ♂
Medidas em mm; índices corporais e cefálicos
C — comprimento; L — largura

Craspedorrhynchus spathulatus	♂	
	C	L
Cabeça	0,79	0,81
Protórax	0,13	0,48
Pterotórax	0,21	0,67
Abdome	0,85	0,96
Comprimento total	1,98	
Índice corporal	2,06	
Índice cefálico	1,025	

FÊMEA

Não existe nas nossas colecções nenhuma ♀ de *Craspedorrhynchus spathulatus*.

Séguy (1944) indica os seguintes caracteres para este sexo: «Abdomen: face sternale avec deux taches transverses qui n'atteignent pas le bord et qui sont interrompues sur les segments I-II. Vulve avec deux touffes de soies. — Long. 2,2 mm.»

DISCUSSÃO

Segundo Hopkins (1949), ter-se-ia perdido durante a última guerra mundial o tipo de *Craspedorrhynchus spathulatus* que se encontrava na colecção de Halle. Este facto levou o mesmo autor a publicar, como meio

Fig. 11
Craspedorrhynchus spathulatus, ♂
Placa subgenital
(Original)

Fig. 12
Craspedorrhynchus spathulatus
Aparelho copulador e placa subgenital do ♂
(Segundo von Keler *in* Hopkins, 1949)

auxiliar de identificação da espécie, um desenho (fig. 12) representando o aparelho copulador e da placa subgenital do ♂, que lhe fora em tempos comunicado pelo Dr. Stefan von Kéler ([1]).

A comparação do referido desenho com as figs. 10 e 11, feitas por nós à câmara clara, não parece deixar dúvidas sobre a identidade do nosso exemplar com a espécie descrita por GIEBEL.

Por este motivo, se bem o ♂ estudado não provenha exactamente do hospedeiro tipo, *Milvus migrans migrans* (BODDAERT), mas sim de uma espécie afim, *Milvus migrans parasitus* (DAUDIN), pensamos que o mesmo deve ser considerado como neotipo do *Craspedorrhynchus spathulatus* (GIEBEL 1874).

Espécie nova para a fauna da Guiné Portuguesa.

Microfotografias de Raúl Lopes

REFERÊNCIAS

CLAY, TH., MEINERTZHAGEN, R. — New genera and species of Mallophaga. — *The Entomologist, 71* (907): 275-279. 1938.

HOPKINS, G. H. E. — Stray notes on Mallophaga. IX. — *Ann. and Mag. Nat. Hist.* (12) *2:* 29-54, 1949

HOPKINS, G. H. E., CLAY, TH. — A check list of the genera & species of Mallophaga. Londres, 1952.

SÉGUY, E. — Faune de France. 43. Insectes ectoparasites (Mallophages, Anoploures, Siphonaptères). Paris, 1944.

TENDEIRO, J. — Estudos sobre uma colecção de malófagos de aves. — *Bol. Cult. da Guiné Port., 9* (35) : 497-625. 1954 (1955).

VON KÉLER, S. — Über einige Mallophagen aus Paraguay und Kamerun. — *Arb. morph. taxon. Ent., 5* (3) : 228-241. 1938.

([1]) «The destruction of the greater part of the Halle collection has made every scrap of evidence as to the identity of the species contained in it of special importance. Just before the war Dr. Kéler sent me a drawing of the male genitalia and subgenital place of *Craspedorrynchus spathulatus* (Giebel), which I reproduce here (fig. 3 fig. 12 do presente trabalho) with his kind permission. He is anxious that it should be stated that the drawing was not originally prepared for publication and is somewhat rougher than would have been the case if he had intended to publish it.»

Microfot. 2
Craspedorrynchus platystomus, ♂
(Segundo TENDEIRO, 1955)

Microfot. 1
Craspedorrynchus hopkinsi n. sp., ♀
(Original)

Microfot. 3
Craspedorrynchus gyphohieracis n sp., ♂
(Original)

Microfot. 4
Craspedorrynchus spathulatus, ♂
(Original)

JUNTA DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR (LISBOA)
CENTRO DE ZOOLOGIA — PROF. FERNANDO FRADE

CENTRO DE ESTUDOS DA GUINÉ PORTUGUESA (BISSAU)
PRESIDENTE — INTEND. DE DISTR. AUGUSTO J. SANTOS LIMA

ANOTAÇÕES PARASITOLÓGICAS

IV

ADITAMENTOS AOS NOSSOS ARTIGOS SOBRE MALÓFAGOS. DESCRIÇÃO DO NOVO GÉNERO *NUMIDILIPEURUS* (SUBORDEM *ISCHNOCERA* KELLOGG 1896; FAMÍLIA *LIPEURIDAE* MJÖBERG 1910)

por

JOÃO TENDEIRO
Doutor em Ciências Médico-Veterinárias

A distribuição dos malófagos nas dicotomizações supra-específicas não tem merecido o consenso unânime dos investigadores, variando até muitas vezes na própria concepção fundamental do valor a atribuir a determinados agrupamentos. Como exemplo, algumas espécies que os grandes investigadores ingleses THERESA CLAY e G. H. E. HOPKINS incluem no género *Goniodes* NITZSCH 1818, têm sido distribuídas por outros sistematas, como VON KÉLER, EICHLER, CONCI e nós próprios, em géneros e mesmo em subfamílias diferentes.

Depois dos trabalhos de conjunto de HARRISON (1916), BEDFORD (1932, 1936), etc., a publicação, em 1952, das listas de géneros e

espécies de malófagos, de HOPKINS e TH. CLAY — que não nos tinha sido dado consultar quando escrevemos os nossos trabalhos sobre malófagos dos mamíferos (1953) e das aves galiformes (1954) da Guiné Portuguesa — veio sistematizar os conhecimentos actuais sobre o assunto. Se uma ou outra vez somos obrigados a discordar da ordenação feita pelos autores, não é menos verdade que as referidas listas vieram pôr em dia muitos conhecimentos dispersos e, ao mesmo tempo, relacionar entre si formas até agora embaraçadas numa teia quase inextrincável de suposições e dúvidas, e cuja aproximação se concretiza finalmente numa base razoável de certeza.

As listas de HOPKINS e TH. CLAY têm, por outro lado, o grande merecimento de aclarar de forma quase definitiva um elevado número de problemas relativos à prioridade das denominações específicas, muito embora, num ou noutro ponto, a maneira restrita e mesmo demasiado pessoalista de interpretar as regras internacionais da nomenclatura zoológica obrigue a conclusões que não podemos aceitar inteiramente. Veja-se, a propósito, o que escrevemos, no primeiro artigo desta série, sobre o autor a quem atribuir a subfamília *Archigoniodinae* e o género *Archigoniodes*.

A necessidade de actualizar alguns nomes de acordo com os conhecimentos mais recentes de sistemática dos malófagos levou-nos a escrever alguns aditamentos aos nossos artigos anteriores sobre malófagos, cuja publicação obedece tanto ao acatamento das regras de nomenclatura zoológica, em particular sob o ponto de vista das prioridades, como aos princípios mais elementares — se bem nem sempre legislados — de deontologia científica e respeito pelo trabalho alheio.

SUBORDEM *AMBLYCERA* KELLOGG 1896

SUPERFAMÍLIA GYROPOIDEA VON KÉLER 1938

FAMÍLIA *TRIMENOPONIDAE* HARRISON 1915

GÉNERO *TRIMENOPON* CUMMINGS

Trimenopon CUMMINGS *Bull. Ent. Res.*, *4:* 39, 1913.

TRIMENOPON HISPIDUM (NITZSCH *in* BURMEISTER)

Gyropus hispidus NITZSCH *in* BURMEISTER, *Handb. Ent.*, *2:* 443, 1838.
Menopon jenningsi KELLOG e PAINE, *Ent. News*, *21:* 461, 1910.
Menopon jenningsi PAINE, *Ent. News*, *23:* 442, 1912.
Trimenopon echinoderma CUMMINGS, *Bull. Ent. Res.*, *4:* 40, 1913.
Trimenopon jenningsi STOBBE, *Deuts. Ent. Zeits.*, p. 177, 1914.
Trimenopon jenningsi KELLOGG e FERRIS, *Anopl. and Malloph. of North Amer. Mammals*, p. 66, 1915.
Trimenopon jenningsi HARRISON, *Parasitology*, *9:* 31, 1916.
Trimenopon jenningsi FERRIS, *Parasitology*, *14:* 77, 1922.
Trimenopon jenningsi SÉGUY, *Insectes parasites*, p. 66, 1924.
Menopon extraneum GALLIARD, *C. R. Soc. Biol. Paris*, *116:* 1318, 1934, *nec* PIAGET, 1880.
Trimenopon jenningsi WERNECK, *Mem. Inst. Oswaldo Cruz*, *31:* 475, 1936.
Trimenopon jenningsi MALTBAEK, *Ent. Medd.*, *20:* 21, 1937.
Trimenopon jenningsi COLAS-BELCOURT e NICOLLE, *Bull. Soc. Path. Exot.*, *31:* 635, 1938.
Trimenopon jenningsi NEVEU-LEMAIRE, *Entomologie*, p. 610, 1938.
Trimenopon jenningsi EICHLER, *Zeit hyg. Zool.*, *5:* 149, 1939.
Trimenopon jenningsi COSTA LIMA, *Insetos do Brasil*, *1:* 372, 1939.
Trimenopon rozeboomi EMERSON, *Ann. Ent. Soc. Amer.*, *33:* 339, 1940.

Fig. 1
Trimenopon hispidum (NITZSCH *in* BURMEISTER 1838), ♂
(Segundo WERNECK, 1936, como *Trimenopon jenningsi*)

Trimenopon jenningsi EICHLER, *Zeit. Infekt.*, *58:* 312, 1942.

Trimenopon jenningsi NEVEU-LEMAIRE, *Parasit. vét.*, p. 63, 1942.

Trimenopon jenningsi SÉGUY, *Insectes ectoparasites*, p. 48, 1944.

Trimenopon hispidum EICHLER, *Die Vögel der Heimat*, *16* (9): 8, 1946.

Trimenopon jenningsi WERNECK, *Malófagos de mamíferos*, *1:* 30, 1948.

Fig. 2
Trimenopon hispidum (NITZSCH *in* BURMEISTER 1838), ♀
(Segundo WERNECK, 1936, como *Trimenopon jenningsi*)

Menopon extraneum TENDEIRO, *Tifo murino*, ps. 48 e 55, 1950, *nec* PIAGET, 1880.

Menopon extraneum TENDEIRO, *Actual. vet. Guiné Port.*, p. 134, 1951, *nec* PIAGET, 1880.

Trimenopon hispidum HOPKINS e TH. CLAY, *Check list*, p. 356, 1952.

Trimenopon jenningsi NEVEU-LEMAIRE, *Parasit. vét.*, p. 65, 1952.

Menopon extraneum TENDEIRO, *Bol. Cult. da Guiné Port.*, *8* (30): 335, 1953, *nec* PIAGET, 1880.

Trimenopon jenningsi TENDEIRO, *Bol. Cult. da Guiné Port.*, *8* (31): 515, 1953.

Trimenopon jenningsi TENDEIRO, *Bol. Cult. da Guiné Port.*, *9* (33): 4, 1954.

Ao estudarmos algumas espécies de malófagos encontradas em mamíferos (1953), descrevemos na cobaia, *Cavia porcellus* (L.) (=*Cavia cobaya*), o *Trimenopon jenningsi* (KELLOGG e PAINE 1910), contendo na sua sinonímia, entre outros, o *Trimenopon hispidum*.

Em carta recente, no entanto, comunica-nos o Dr. Stefan von Kéler ter encontrado, ainda antes da guerra, o tipo do *Gyropus hispidus* de NITZSCH, que passa assim a ter a prioridade; tendo então comunicado o facto ao Dr. Moldfdietrich Eichler, este adoptou imediatamente como bom o nome de *Trimenopon hispidum*. «Trimenopon hispidum — escreve-nos VON KÉLER — ist der richtige Name für jenningsi. Ich habe vor dem Kriege die Typen von Nitzsch-s hispidum untersucht und das Ergebnis einmal gelegentlich Eichler mitgeteilt, der das natürlich, ohne es näher zu erklären, in die Welt setzte.»

Deste modo, dada a identificação do *Trimenopon jenningsi* com o *Gyropus hispidus* e a prioridade deste, o parasita descrito pela maioria dos autores com aquele nome deve ser antes designado por *Trimenopon hispidum* (NITZSCH *in* BURMEISTER 1838).

SUPERFAMÍLIA *MENOPONOIDEA* VON KÉLER 1938

FAMÍLIA *MENOPONIDAE* MJÖBERG 1910

GÉNERO *AMYRSIDEA* EWING

Amyrsidea EWING, *J. Wash. Acad. Sc.*, *17* (4): 90, 1927.

Argiromenopon EICHLER, *Arch Zool.*, *39 A* (2). 5, 1947 (segundo HOPKINS e TH. CLAY, *Check list*, p. 27, 1952).

AMYRSIDEA POWELLI (BEDFORD)

Menopon powelli BEDFORD, *Rep. Direct. Vet. Res., Un. of S. Africa*, *7-8*: 714, 1920.

Menopon powelli BEDFORD, *Ann. Rep. Direct. Vet. Serv. Un. of S. Africa*, *15*: 508, 1929.

Menopon powelli BEDFORD, *Ann. Rep. Direct. Vet. Serv. and Anim. Ind., Un. of. S. Africa*, *18* (1): 375, 1932.

Amyrsidea powelli HOPKINS e TH. CLAY, *Check list*, p. 29, 1952.

Menopon powelli TENDEIRO, *Bol. Cult. da Guiné Port.*, *9* (34): 290, 1954.

EWING, em 1927, criou o género *Amyrsidea*, tendo como generótipo o *Menopon ventrale* NITZSCH 1866 e distinguindo-se dos menoponídeos aproximados, segundo a dicotomização apresentada pelo autor, pela região temporal da cabeça um pouco mais larga que a anterior e que o protórax, placa prosternal ausente, coxas anteriores expandindo-se em escleritos dorsais, último artículo das antenas não capitado, expansões do esqueleto da cabeça sobre a face dorsal da fossa antenal divididas por uma fenda transversa e bordo posterior do último segmento abdominal da ♀ com um renque de espinhos fortes [1].

Da definição do género, que transcrevemos em rodapé [2], destacamos também, entre outros elementos diferenciantes, os olhos ausentes,

---

[1] «Temporal region reduced, but little broader than forehead or prothorax; prosternum wanting; procoxae expanded into body sclerites; last antennal segment not capitate 9

9 — Expansion of head skeleton covering top of antennal fossa divided by a transverse suture; female with a row of stout spines on the posterior margin of last abdominal segment .... *Amyrsidea*, new genus.»

[2] «Forehead reduced and evenly rounded in front. Antennal five-segmented (third segment showing suture near base), with last segment cylindrical. Antennal fossa covered above by a transversely sutured expansion of the head. Eyes wanting. Pharyngeal sclerite well developed. Prothorax large, without sternum, the sternal region being largely covered by the plate-like coxae of the first pair of legs. Pterothorax broader than long and with straight posterior margin. Female with a whorl of

Fig. 3
Amyrsidea powelli, ♀
(Segundo BEDFORD, 1920, como *Menopon powelli)*

---

conspicuous subequal spines on the posterior margin of last abdominal segment. Typically each abdominal segment is provided on each side ventrally with a brush of setae, smaller than those wich clothe the body. Femora of third pair of legs each with a ventral patch of setae. First tibiae without spurs at distal ends; second and third tibiae provided with tibial spurs. First tarsal segment of leg I large and overlapping the second segment; first tarsal segment of legs II and III much smaller and not overlapping second segment. Subequal tarsal claws well developed on all the legs. Genital armature of male compact but complicated. Basal plate, plate-like, but very deeply incised posteriorly for the reception of the complicated endomeres and bearing thorn-like projections from the insides margins of lobes bounding incised space. Parameres free, movable appendages. *Genotype* and its *host species. Menopon ventrale* Nitzsch, from *Argusianus argus.*»

o esclerito faríngeo bem desenvolvido, a presença de pincéis de um e outro lado dos esternitos abdominais e nos fémures do III par de patas, e o aparelho copulador do ♂ compacto e complexo, tendo a placa basal fortemente aberta atrás, para recepção dos endómeros complicados, e com projecções espinhosas das margens internas limitando o espaço aberto.

Na sua lista dos géneros e espécies de malófagos, HOPKINS e TH. CLAY (1952) colocaram no género *Amyrsidea* tanto o *Menopon powelli* como o *Menopon francolinus* descritos, em 1920, por BEDFORD.

Conforme a descrição original da espécie e a redescrição que fizemos recentemente, a morfologia do *Menopon powelli* leva, de facto, a incluí-lo no género *Amyrsidea*.

Existe, contudo, uma certa discrepância em relação aos olhos, que descrevemos como proeminentes e com uma constrição na porção média do bordo livre, enquanto EWING, na definição do género em causa, considera os olhos como ausentes e, ao mesmo tempo, refere a presença de uma fenda transversa dividindo em duas a expansão existente sobre a fossa antenal.

Ao contrário do que se poderia deduzir da leitura da definição de EWING, não existe nos nossos exemplares uma expansão semelhante e indiferenciada à frente e atrás da fenda ocular (ou, melhor, pré-ocular). De facto, a amplitude da pigmentação ocular e a coloração esbranquiçada característica da lente mostram de forma bem clara que não há para trás daquela fenda um pala indiferenciada mas sim um olho bem destacado, cuja proeminência sobre a fossa antenal como que estabelece a continuidade posterior da expansão supra-antenal.

Deve, portanto, considerar-se no género *Amyrsidea*, em vez de olhos ausentes, os olhos com a lente mais ou menos desenvolvida, mas de qualquer modo presentes.

AMYRSIDEA FRANCOLINI (BEDFORD)

Menopon francolinus BEDFORD, *Rep. Direct. Vet. Res., Un. of S. Africa, 7-8:* 712, 1920.

Menopon francolinus BEDFORD, *Ann. Rep. Direct. Vet. Serv. and Anim. Ind., Un of S. Africa, 18* (1): 373, 1932.

Fig. 4
Amyrsidea francolini (BEDFORD 1920), ♀
(Segundo BEDFORD, 1920, como *Menopon fancolinus*)

Menopon francolinus VON KÉLER, Doc. *Moçambique, 72:* 22, 1952.
Amyrsidea francolinus HOPKINS e TH. CLAY, *Check list*, p. 28, 1952.
Menopon francolinus TENDEIRO, *Bol. Cult. da Guiné Port., 9* (34): 297, 1954.

Como atrás escrevemos, o *Menopon francolinus* BEDFORD 1920 foi transferido por HOPKINS e CLAY (1952) para o género *Amyrsidea*, com a designação específica de *Amyrsidea francolinus*.

De acordo com os princípios definidos pela reunião de Paris da Comissão Internacional de Nomenclatura Zoológica (1948), «if a noun is selected as a specific trivial name, it may either be appositional (qualifying) nominative (as *Felis leo, Capra ibex*, or *Astrapia helios*) or in the possessive genitive (*Musca fagi*, of the or belonging to the beech). Dedicatory («*smithi*») or geographical names («*italiae*») are often nouns in the genitive. If several things are involved, the genitive plural is used (*X-us rosarum, X-us insularum*)» (MAYR, LINSLEY e USINGER, 1953).

No presente caso, o segundo substantivo não está a definir ou qualificar o primeiro — o que daria *Amyrsidea francolina* e não *francolinus*, — mas sim a indicar que se trata de uma espécie pertencente a um *Francolinus*. Por este motivo, a denominação correcta da espécie deverá ser *Amyrsidea francolini* (BEDFORD 1920).

AMYRSIDEA DESOUSAI (VON KÉLER)

Menacanthus desousai VON KÉLER, Doc. *Moçambique, 72:* 29, 1952.
Menopon desousai TENDEIRO, *Bol. Cult. da Guiné Port., 9* (33): 24, 1954.

Em 1952, VON KÉLER descreveu, com a designação específica de *Menacanthus desousai*, um menoponídeo encontrado na *Numida mitrata limpopoensis* ROBATS, de Moçambique, caracterizando-o, entre outros elementos, pela ausência de ganchos quitinosos na face ventral da cabeça. Como escrevemos em 1954, «ao lado da ausência dos ganchos quitinosos, os restantes caracteres morfológicos descritos por VON KÉLER levam-nos, com a devida vénia, a admitir como provável a inclusão do *Menacanthus desousai* no género *Menopon* s. str.»

Uma nova observação dos elementos morfológicos recolhidos por VON KÉLER, em particular no que respeita a estrutura complicada do aparelho copulador do ♂ (fig. 5), leva-nos agora a admitir antes como boa a subordinação da espécie de referência no género *Amyrsidea*, com a denominação de *Amyrsidea desousai* (VON KÉLER 1952).

Fig. 5
Amyrsidea desousai, ♂
Aparelho copulador
(Segundo VON KÉLER, 1952, como *Menacanthus desousai*)

AMYRSIDEA LOPESI (TENDEIRO)

Menopon lopesi TENDEIRO, *Bol. Cult. da Guiné Port.*, *9* (33): 19, 1954.

Menopon lopesi TENDEIRO, *Bol. Cult. da Guiné Port.* *9* (34): 289, 1954.

Do mesmo modo que para as formas anteriores, a morfologia da espécie, que descrevemos na *Guttera edouardi pallasi* (STONE) (=*Guttera edouardi verreauxi* (ELLIOT), da Guiné Portuguesa, como *Menopon lopesi*, parece justificar bem a sua passagem para o género *Amyrsidea*, com a designação específica de *Amyrsidea lopesi* (TENDEIRO 1954).

Como para a *Amyrsidea desousai*, também neste caso a estrutura deveras complicada e bastante característica do aparelho copulador do ♂ (microfot. 6) representa um dos elementos que mais nos levaram a admitir a referida transferência. Também continuam de pé para esta espécie, entretanto, as mesmas objecções, que atrás levantámos, sobre a morfologia da região ocular da *Amyrsidea powelli* e da *Amyrsidea francolini*.

GÉNERO *NUMIDICOLA* EWING

Numidicola EWING, *J. Wash. Acad. Sc.*, *17* (4): 90, 1927.

NUMIDICOLA ANTENNATUS (KELLOGG e PAINE)

Menopon antennatum KELLOGG e PAINE, *Bull. Ent. Res.*, *2:* 150, 1911.

Menopon antennatum HARRISON, *Parasitology*, *9:* 33, 1916.

Numidicola longicornis EWING, *J. Wash. Acad. Sc.*, *17* (4): 90, 1927.

Numidicola antennata BEDFORD, *Ann. Rep. Direct. Vet. Serv.*, *Un. of S. Africa*, *15:* 508, 1929.

Numidicola antennata BEDFORD, *Ann. Rep. Direct. Vet. Serv. and Anim. Ind.*, *Un. of S. Africa*, *18* (II): 371, 1932.

Numidicola antennata BEDFORD, *Onderstepoort J.*, *7* (1): 97, 1936.

Menopon antennatum NEVEU-LEMAIRE, *Entomologie*, p. 616, 1938.

Numidicola antennatus VON KÉLER, Doc. *Moçambique*, *72:* 19, 1952.

Numidicola antennatus HOPKINS e TH. CLAY, *Check list*, p. 250, 1952.

Numidicola antennata TENDEIRO, *Bol. Cult. da Guiné Port.*, *9* (33): 32, 1954.

Numidicola antennata TENDEIRO, *Bol. Cult. da Guiné Port.*, *9* (34): 299, 1954.

Fig. 6
Numidicola antennatus (KELLOGG e PAINE 1911)
Extremidade posterior da ♀
(Segundo VON KÉLER, 1952)

Nos trabalhos referidos na lista anterior, registámos por lapso a presente espécie como *Numidicola antennata*.

Na verdade, o género gramatical da palavra *Numidicola* é condicionado pelo sufixo masculinizante *cola* (do verbo latino *colere*, no sentido de «viver em»), sendo por esse motivo *Numidicola antennatus* (KELLOGG e PAINE 1911) a denominação correcta da espécie.

GÉNERO *PIAGETIELLA* NEUMANN

Tetrophthalmus GROSSE, *Z. wiss. Zool.*, *42:* 534, 1885, *nec* HOPE, 1845.

Piagetia PICAGLIA, *Atti Soc. Nat. Mat. Modena*, (3), *2:* 104, 1884, *nec* RITSEMA 1874.

Piagetiella NEUMANN, *Bull. Soc. Zool. Fr.*, *20:* 60, 1906 (*nomen novum* para *Piagetia* PICAGLIA).

PIAGETIELLA AFRICANA (BEDFORD)

Tetrophthalmus africanus BEDFORD, *Parasitology*, *23:* 236, 1931.

Tetrophthalmus africanus BEDFORD, *Ann. Rep. Direct. Vet. Serv. and Anim. Indust., Un. of. S. Africa*, *18* (1): 387, 1932.

Piagetella africana SÉGUY *in* VILLIERS, *Bull. Serv. Élev. et Indust. Anim. A. O. F.*, *1* (4): 55, 1948.

Fig. 7

Piagetiella africana (BEDFORD 1931)

1 — ♀ : faces dorsal e ventral.
2 — ♀ : placa gular.
3 — 2.ª *forma juvenil:* faces ventral e dorsal da cabeça e do protórax.
4 — ♀ : placas do mesosterno e do metasterno.
5 — ♂ : placas do mesosterno e do metasterno.
6 — ♂ : fémur posterior direito, com o processo retrógrado característico na extremidade apical.
7 — ♂ : metade esquerda do 4.º tergito, mostrando a estreita união das placas tergais com as placas pleurais e a disposição das pústulas e das cerdas.
8 — ♂ : placas dos esternitos apicais.
9 — ♀ : placas dos esternitos apicais.

(Segundo TENDEIRO, 1953, como *Tetrophthalmus africanus*)

Piagetiella africana HOPKINS e TH. CLAY, *Check list*, p. 291, 1952.
Tetrophthalmus africanus TENDEIRO, *Bol. Cult. da Guiné Port.*, *8* (30): 335, 1953.

No primeiro artigo da nossa série sobre malófagos da Guiné Portuguesa (1953), fizemos a redescrição do *Tetrophthalmus africanus* BEDFORD, 1931, então assinalado pela primeira vez naquela Província.

Como escrevemos no resumo do referido trabalho, «em conjunto com os caracteres morfométricos e morfológicos condizentes com a descrição original da espécie, descrevem-se as formas juvenis e registam-se, como elementos comuns a todos os nossos exemplares e, segundo parece, não referidos anteriormente: 1.º) a estreita ligação das placas tergais com as placas pleurais dos ♂♂; 2.º) a disposição peculiar dos esternitos tanto dos ♂♂ como das ♀♀: placa esternal em regra inteira no 2.º segmento abdominal, interrompida lateralmente no 3.º de modo a formar uma larga lista central e duas pequenas manchas laterais, cada uma munida de dois pentes colocados um atrás do outro, e parcialmente interrompida do 4.º, onde também existe um pequeno pente, ao 6.º; placa do 1.º esternito bastante reduzida nas ♀♀ e ausentes nos ♂♂».

Posteriormente, a leitura de um trabalho de NEUMANN, publicado em 1906, deu-nos a conhecer que o termo *Tetrophthalmus* GROSSE 1885 se encontrava pré-ocupado, o mesmo sucedendo à designação de *Piagetia*, proposta por PICAGLIA, — o que levou o autor a criar para o género a nova denominação de *Piagetiella*.

Pelos motivos expostos, a espécie *Tetrophthalmus africanus* passou a ter a designação de *Piagetiella africana* (BEDFORD 1931).

A consulta do trabalho de COPE «The morphology of a species of the genus *Tetrophthalmus*» (1914) — que, conforme escrevemos, não nos fora possível fazer —, num microfilme remetido obsequiosamente pelo Dr. Stefan von Kéler, de Berlim, em nada veio alterar as nossas considerações anteriores sobre os caracteres morfológicos da *Piagetiella africana*.

SUBORDEM *ISCHNOCERA* KELLOGG 1896

SUPERFAMÍLIA *NIRMOIDEA* VON KÉLER 1938

FAMÍLIA *GONIODIDAE* MJÖBERG 1910

SUBFAMÍLIA *ARCHIGONIODINAE* EICHLER *in* CONCI 1946

GÉNERO *CLAYARCHIGONIODES* (CONCI) TENDEIRO

Goniodes NITZSCH, *Germar's Mag. Ent.*, *3*: 293, 1818, *pro parte*.
Archigoniodes EICHLER, *Acta Mallophagologica*, *7* e *11*, 1945, *pro parte*.
Archigoniodes EICHLER *in* CONCI, *Boll. Soc. Ent. Ital.*, *76* (9-10): 77, 1946, *pro parte*.
Archigoniodes (Clayarchigoniodes) CONCI, *Acta Pontif. Acad. Sc.*, *14* (16): 178, 1951.
Kéleria TENDEIRO, *Bol. Cult. da Guiné Port.*, *8* (33): 94, 1954.
Clayarchigoniodes TENDEIRO, *Bol. Cult. da Guiné Port.*, *8* (36): 788, 1954 (1955).

CLAYARCHIGONIODES FIMBRIATUS (NEUMANN)

Goniodes fimbriatus NEUMANN, *Arch. Parasit.*, *15* (2): 629, 1913.
Goniodes fimbriatus HARRISON, *Parasitology*, *9* (1): 76, 1916.
Goniodes fimbriatus VON KÉLER, *Nova Acta Leopold.*, *8* (51): 236, 1939.
Goniodes fimbriatus TH. CLAY, *Proc. Zool. Soc. Lond.*, *110*: 29, 1940.
Archigoniodes fimbriatus CONCI, *Boll. Soc. Ent. Ital.*, *76* (9-10): 77, 1946.
Archigoniodes (Clayarchigoniodes) fimbriatus CONCI, *Acta Pontif. Acad. Sc.*, *14* (16): 178, 1951.

Fig. 8

Clava, antena e região ocular do ♂ (face ventral) de: 1 — *Clayarchigoniodes fimbriatus* (NEUMANN 1913); 2 — *Archigoniodes hopkinsi* (TH. CLAY 1940)
(Segundo TENDEIRO, 1954, como *Késleria fimbriata* e *Kéleria hopkinsi*)

Goniodes fimbriatus HOPKINS e TH. CLAY, *Check list*, p. 153, 1952.

Kéleria fimbriata TENDEIRO, *Bol. Cult. da Guiné Port.*, *9* (33): 94, 1954.

Kéleria fimbriata TENDEIRO, *Bol. Cult. da Guiné Port.*, *9* (34): 312, 1954.

Clayarchigoniodes fimbriatus TENDEIRO, *Bol. Cul. da Guiné Port.*, *9* (36): 788, 1954 (1955).

Como vimos na primeira nota desta série, o género *Kéleria*, criado por nós em 1954, corresponde inteiramente ao subgénero *Clayarchigoniodes* CONCI 1951, elevado na mesma nota à categoria de género.

Segundo escrevemos, «o termo *Clayarchigoniodes* tem prioridade sobre o termo *Kéleria*, que entra assim na sinonímia daquele». Por consequência, o *Goniodes fimbriatus* de NEUMANN — que considéráramos como generótipo do género *Kéleria* e denomináramos *Kéleria fimbriata* — passou a ter a denominação de *Clayarchigoniodes fimbriatus* (NEUMANN 1913).

CLAYARCHIGONIODES HOPKINSI (TH. CLAY)

Goniodes hopkinsi TH. CLAY, *Proc. Zool. Soc. Lond.*, *110*: 26, 1940.

Archigoniodes hopkinsi CONCI, *Bol. Soc. Ent. Ital.*, *76* (9-10): 77, 1946.

Archigoniodes (Clayarchigoniodes) hopkinsi CONCI, *Acta Pontif. Acad. Sc.*, *14* (16): 178, 1951.

Goniodes hopkinsi HOPKINS e TH. CLAY, *Check list*, p. 154, 1952.

Kéleria hopkinsi TENDEIRO, *Bol. Cult. da Guiné Port.*, *9* (33): 94, 1954.

Kéleria hopkinsi TENDEIRO, *Bol. Cult. da Guiné Port.*, *9* (34): 313, 1954.

Clayarchigoniodes hopkinsi TENDEIRO, *Bol. Cult. da Guiné Port.*, *9* (36): 788, 1954 (1955).

As mesmas razões, que condicionaram a mudança do parasita anterior, levaram a substituir o nome *Kéleria hopkinsi* para *Clayarchigoniodes hopkinsi* (TH. CLAY 1940).

Ao mesmo tempo, com a elevação a género do subgénero *Clayarchigoniodes*, o *Clayarchigoniodes hopkinsi*, escolhido por CONCI para tipo daquele, passou automàticamente a generótipo do género correspondente.

FAMÍLIA *LIPEURIDAE* MJÖBERG 1910

GÉNERO *CUCLOTOGASTER* CARRIKER

Cuclotogaster CARRIKER, *Proc. Acad. Nat. Sc. Philad.*, *88*: 61, 1936 (1937).

Gallipeurus TH. CLAY, *Proc. Zool. Soc. Lond.*, *108*: 135, 1938.

CUCLOTOGASTER OCCIDENTALIS (TENDEIRO)

Gallipeurus gedgii occidentalis TENDEIRO, *Bol. Cult. da Guiné Port.*, *9* (33): 134, 1954.

Galipeurus occidentalis TENDEIRO, *Bol. Cult. da Guiné Port.*, *9* (34): 342, 1954.

Trata-se de uma forma bastante típica de *Cuclotogaster*, tal como este género foi definido por CARRIKER, em 1937.

A prioridade do termo *Cuclotogaster* sobre *Gallipeurus* condiciona a modificação do nome do nosso *Gallipeurus occidentalis* para *Cuclotogaster occidentalis* (TENDEIRO 1954).

Fig. 9
Cuclotogaster occidentalis (TENDEIRO 1954)
Aparelho copulador do ♂
(Segundo TENDEIRO, como *Gallipeurus occidentalis*)

CUCLOTOGASTER OBSCURIOR HOPKINS

Lipeurus obscurus GIEBEL, *Insecta Epiz.*, p. 220, 1874, *nec* RUDOW 1869.

Lipeurus heterographus HARRISON, *Parasitology*, *9* (1): 84, 1916, *pro parte*.

Fig. 10
Placas metasternais das ♀♀ de:
1 — *Cuclotogaster obscurior;* 2 — *Cuclotogaster heterographus*
(Segundo TENDEIRO, 1955)

Lipeurus heterographus NEVEU-LEMAIRE, *Entomologie*, p. 585, 1938, *pro parte*.

Gallipeurus heterographus obscurus TH. CLAY, *Proc. Zool. Soc. Lond.*, *108:* 139, 1938.

Lipeurus (Gallipeurus) heterographus var. *obscurus* SÉGUY, *Insectes ectoparasites*, p. 186, 1944.

Cuclotogaster heterographus obscurior HOPKINS, *Ann. Mag. Nat. Hist.*, (12) *3:* 230, 1950.

Cuclotogaster obscurior HOPKINS e TH. CLAY, *Check list*, p. 95, 1952.

Cuclotogaster obscurior HOPKINS e TH. CLAY, *Check list*, p. 95, 1952. 562, 1954 (1955).

OBSERVAÇÕES

Quando escrevemos a recente redescrição do *Cuclotogaster obscurior*, não conhecíamos o artigo de HOPKINS, em que este autor deu um novo nome ao «*Lipeurus obscurus* GIEBEL 1874» ou *Gallipeurus heterographus obscurus* TH. CLAY 1938), — e que recebemos aliás antes da saída da mesma descrição.

Pòr este motivo, a maneira como o parasita se encontra registado na *Check list de* HOPKINS e TH. CLAY (1952) — em que infelizmente se

não faz a destrinça entre designações específicas e subespecíficas —, levou-nos a escrever:

«HOPKINS, em 1950, deu-lhe de novo o valor de espécie boa, com a designação de *Cuclotogaster obscurior*, por o termo *Lipeurus obscurus* estar pré-ocupado pelo *Perineus obscurus* (RUDOW 1869).

As diferenças verificadas entre as duas espécies, em particular em relação ao contorno da cabeça e ao formato característico das respectivas placas metasternais, levaram-nos a considerar o malófago em estudo como um espécie válida, em concordância com HOPKINS.»

De facto este último autor não apresentou a forma em estudo como uma espécie individualizada, limitando-se a dar um novo nome ao *Gallipeurus heterographus obscurus* de TH. CLAY [1].

Mantêm-se, entretanto, as razões que nos levaram a descrever o parasita de referência como uma espécie válida e independente do *Cuclotogaster heterographus* (NITZSCH *in* GIEBEL 1866).

GÉNERO *NUMIDILIPEURUS* NOV.

DIAGNOSE

Lipeuridae com dimorfismo sexual acentuado, especialmente das antenas e do abdome, parasitas de Galiformes, em particular da família *Numididae*.

Cabeça mais comprida do que larga, sem sutura nem marca clipeais. Antenas dimórficas, no ♂ com uma protuberância no 1.º segmento e uma expansão distal no 3.º, filiformes na ♀. Constrição pós-antenal ausente no ♂. Têmporas um pouco alargadas. Placa gular e bandas occipitais presentes.

[1] «Clay (1938, p. 139, fig. 18 b) described and figured, as *Gallipeurus obscurus* (Giebel), a *Cuclotogaster* from *Alectoris rufa*, but overloock the fact that Giebel's name is preoccupied by *Lipeurus obscurus* RUDOW (1869, p. 30), her oversight being doubtelss due to the fact that Harrison (1916, p. 139) lists the latter in *Esthiopterum*. I therefore rename the form described by Clay *Cuclotogaster heterographus obscurior*, and selected as lectotype the male in the Piaget collection used by Clay for her redescriptions and figure.»

Protórax curto, quadrangular, com os bordos laterais um pouco divergentes atrás. *Pterotórax* trapezoidal, com uma pequena reentrância lateral correspondente à separação do mesotórax e do metatórax.

Abdome comprido e estreito no ♂, mais alargado na ♀. ♂ com as placas tergais largas e inteiras (pelo menos a partir do 2.º tergito) e placas acessórias presentes, no generótipo muito quitinizadas e bem delimitadas do 2.º ao 5.º segmentos. Placas tergais da ♀ inteiras do 1.º ao 9.º segmentos e largamente separadas das placas pleurais. Extremidade posterior do abdome do ♂ com duas expansões esclerosadas circunscrevendo uma reentrância média, e tendo na ♀ uma emarginação pouco acentuada. Aparelho copulador com a placa basal estreitando-se de trás para diante, o saco prepucial denticulado e munido de ganchos e os parâmeros ponteagudos na espécie tipo.

Generótipo: Lipeurus lawrensis BEDFORD, *Ann. Rep. Direct. Vet. Serv. Un. of S. Africa, 15:* 520, 1929.

A espécie tipo, única reconhecida no novo género, contém as subespécies *Numidilipeurus lawrensis lawrensis* (BEDFORD 1929) e *Numidilipeurus lawrensis tropicalis* (PETERS 1931).

DISCUSSÃO

Num extenso trabalho sobre malófagos das aves da família *Tinamidae*, publicado em 1936, CARRIKER criou o género *Cuclotogaster*, tendo como generótipo a sua espécie *Cuclotogaster laticorpus* —, posteriormente incluída por HOPKINS e TH. CLAY (1952) na sinonímia do *Cuclotogaster heterographus* (NITZSCH *in* GIEBEL 1866).

A caracterização do referido género — apresentado por CARRIKER como bastante aparentado com o género *Lipeurus* NITZSCH 1818, mas com pormenores suficientes para o diferenciar — foi feita a partir de ♀♀, por o autor não dispor então de ♂♂ do generótipo.

Entre os restantes elementos morfológicos contidos na respectiva diagnose, o género *Cuclotogaster* caracterizou-se pelo «abdomen very large, broadly oval, with nine segments and spiracles present in segments 2 to 7; lateral angles sharp and projecting; pleural plates very narrow and tergal plates wide, *separated medially by a large hyaline area* [1].»

[1] O sublinhado é nosso.

Na parte da sua revisão dos géneros e espécies de malófagos dos Galiformes referente ao género *Lipeurus* e outros aproximados, TH. CLAY (1938) considerou como elemento principal de dicotomização a presença ou ausência de placas intertergitais no abdome do ♂ e os caracteres do respectivo aparelho copulador.

Num primeiro grupo, definido pela presença de placas intertergitais, placa endomeral comprida e achatada («excepto no *G. l. lawrensis* e no *G. l. tropicalis*»), ausência de pénis livre e saco prepucial presente (¹), estavam compreendidos os géneros *Rhynonirmus* THOMPSON 1935, *Otilipeurus* BEDFORD 1931, *Otidoecus* BEDFORD 1931 e *Gallipeurus* TH. CLAY 1938 (=*Cuclotogaster* CARRIKER 1936).

No segundo grupo, sem placas intertergitais e tendo o aparelho copulador sem os caracteres anteriores (²), ficariam os géneros *Oxylipeurus* MJÖBERG 1910, *Lagopoecus* WATERSTON 1922, *Lipeurus* NITZSCH 1818 e *Syrrhaptoecus* WATERSTON 1928.

A autora, por outro lado, definiu o género *Gallipeurus* pelos seguintes caracteres:

«Head circumfasciate; temples swollen. Antennae sexually dimorphic, in the male first segment enlarged generally without an appendage (present in *G. tetraogallus*, see below, *G. l. lawrensis* (Bedford), and *G. l. tropicalis* (Peters), third segment produced distally into a thickened simple or bifid point. Clypeal suture indefinite and not always apparent. Occipital bands and signature present.

Prothorax short without lateral spine or hair and with postero-lateral hair elongated. Pterothorax with meso-metathoracic junction visible on the lateral margin.

Abdomen with pleurites more complicated in structure and passing further anteriorly in the female than in the male. Male with accessory intertergital plates presented on a varying number of segments between II-VII. Posterior segment of male abdomen characteristic (text-fig. 15) and differing from that found in other genera from gallinaceous hosts. Female with thickening of tergites greater towards

---

(¹) «Males with intergital abdominal plates; elongated flattened endomeral plate (except in *G. l. lawrensis* and *G. l. tropicalis*), no free penis, sac present.»

(²) «Males without intertergital plates; genitalia of diverse form without above combination of characters.»

the centre of the abdomen (complete transverse thickening in *G. notatus*, sp. n., and *G. insolitus*, sp. n.).

Genitalia characteristic with flattened endomeral plate and sac present. *G. l. lawrensis* and *G. l. tropicalis* differ considerably in the form of the genitalia and also in the posterior segment of the male abdomen; these two subspecies have been placed here as in the majority of characters they are in agreement with the generic definition.»

Quer dizer, se bem naquele trabalho as formas *lawrensis* e *tropicalis* tivessem sido incluídas no género *Gallipeurus* pelos seus caracteres morfológicos gerais, elas mostram no ♂ um certo número de excepções, relativas à presença de um apêndice no 1.º segmento das antenas e à forma do aparelho copulador e do último segmento abdominal.

Como se vê cotejando as descrições de CARRIKER e de TH. CLAY, o género *Cuclotogaster* corresponde ao género *Gallipeurus* — que entra assim na sinonímia —, mas não totalmente, não podendo ser incluídas nele as espécies deste último em que as placas tergais da ♀ se encontram reunidas na linha média, em todos os segmentos abdominais.

Por outro lado, como CARRIKER não definiu aquele género em relação aos ♂♂, a caracterização de TH. CLAY para os ♂♂ de *Gallipeurus* actua automàticamente como elemento de diagnose do mesmo sexo no género *Cuclotogaster* — guardadas, evidentemente as limitações em relação às ♀♀ —, e com a maior pertinência e propriedade por os respectivos generótipos terem sido identificados como uma e a mesma espécie.

Devido de certo às restrições que lhes eram impostas pela definição do género *Cuclotogaster*, HOPKINS e TH. CLAY, na sua compreensiva lista de géneros e espécies de malófagos (1952), transferiram de novo o «*Gallipeurus lawrensis lawrensis*» e o «*Gallipeurus lawrensis tropicalis*» para o género *Lipeurus*.

Segundo TH. CLAY (1938), este último género distinguia-se do género *Gallipeurus*, como vimos, pela ausência de placas intertergitais, caracterizando-se pelos elementos que passamos a transcrever:

«Head circumfasciate; in the male usually with a marked post-antennal constriction and with breadth at temples usually less than breadth at broadest part of the pre-antennal region. The female differs in having no post-antennal constriction and in having breadth at temples equal to or greater than pre-antennal breadth. Trabeculae in the male narrow

finger-shaped structures curved to a greater or less extent; in the female the trabeculae are shorter and triangular in outline. Antenae sexually dimorphic, in the male with first segment enlarged and bearing short thickened appendage (absent in *L. raymondi* described below), third segment with free thickened distal end; female antennae filiform. Pre-antennal region without suture or modification of the chitin; deeply pigmented superior ocular blotch present, usually irregularly circular in outline.

Prothorax without lateral hair or spine; meso-metathoracic junction visible on lateral margin of pterothorax.

Abdomen with pleurites without complicated re-entrant heads and similar in the two sexes. In the male tergal plates mostly transversely continuous; hairs few in number, 4 dorsal, 6 ventral, and with medium group of ventral hairs on segment VIII. Female with thickening of tergal plates of segments II-IV usually greater towards the centre, forming a central hour-glass-shaped mark (not apparent in species from the Megapodiidae).

Genitalia characteristic (except in the species from the *Megapodiidae*), with complicated elongated sac and *ductus ejaculatoris* and with paramera of characteristic form.»

A presença de placas acessórias bem delimitadas no «*Gallipeurus lawrensis lawrensis*» e no «*Gallipeurus lawrensis tropicalis*» põe-nos em discordância com HOPKINS e TH. CLAY quanto à sua inclusão no género *Lipeurus*, e levam-nos a criar para eles o novo género *Numidilipeurus*, com os caracteres definidos atrás.

A diagnose diferencial entre os géneros *Lipeurus* NITZSCH 1818, *Cuclotogaster* CARRIKER 1936 e *Numidilipeurus* nov. é dada nas suas linhas gerais pelos elementos constantes do quadro I.

NUMIDILIPEURUS LAWRENSIS TROPICALIS (PETERS)

Lipeurus lawrensis tropicalis PETERS, *Ent. News, 42:* 195, 1931.

Gallipeurus lawrensis tropicalis TH. CLAY, *Proc. Zool. Soc. Lond., 108:* 156, 1938.

Lipeurus tropicalis HOPKINS e TH. CLAY, *Check list*, p. 200, 1952.

QUADRO I

Principais diferenças entre os géneros *Lipeurus*, *Cuclotogaster* e *Numidilipeurus*

	Género *Lipeurus* Nitzsch 1818	Género *Cuclotogaster* Carriker 1936	Género *Numidilipeurus* nov.
Antenas do ♂ . . .	1.º artículo munido de um apêndice; 3.º artículo apendiculado distalmente	1.º artículo em regra não apendiculado (excepto no *C. tetraogallus*); 3.º artículo com uma ponta engrossada, simples ou bífida	Uma protuberância presente no 1.º artículo e uma expansão distal no 3.º
Constrição pós-antenal do ♂ . . .	Em regra presente	Ausente	Ausente
Placas tergais. . .	Em regra contínuas transversalmente no ♂	No ♂, em regra inteiras; na ♀, largas e bem separadas entre si por uma área hialina mediana	No ♂, largas e inteiras, pelo menos a partir do 2.º tergito; na ♀, inteiras e separadas das placas pleurais por uma zona hialina
Placas acessórias do ♂	Ausentes	Presentes	Presentes

Gallipeurus lawrensis tropicalis TENDEIRO, *Bol. Cult. da Guiné Port., 9* (33): 146, 1954.

Gallipeurus lawrensis tropicalis TENDEIRO, *Bol. Cult. da Guiné Port., 9* (34): 341, 1954.

Conforme referimos noutro local, a descrição original do «*Lipeurus lawrensis tropicalis*» foi feita por PETERS, em 1931, a partir de material do *Gallus domesticus*.

THERESA CLAY (1938) examinou exemplares do *Gallus domesticus*, da Liberia, e da *Numida meleagris major*, da Uganda, incluindo as subespécies *lawrensis* e *tropicalis* — ainda que com certas reservas quanto ao aparelho copulador do ♂ — no seu novo género *Gallipeurus*.

VON KÉLER, em 1952, fez nova descrição do «*Gallipeurus lawrensis*

(Bedford)», confirmando as observações de Th. Clay sobre a forma angulosa da respectiva região fronto-clipeal.

Como escrevemos na redescrição do «*Gallipeurus lawrensis tropicalis*», as antenas do ♂ têm o 1.º artículo comprido e forte, menos esclerosado que os restantes e com uma protuberância bem quitinizada e em forma de dedo de luva, pouco saliente sobre o bordo interno, e o 3.º artículo muito quitinizado, atenuando-se para a extremidade distal e com uma expansão membraniforme interna.

As placas dos tergitos apresentam no ♂ a seguinte disposição: «Placas tergais mais quitinizadas junto dos bordos anteriores, dividida no 1.º tergito pela sutura ptero-abdominal e inteira nos restantes. *Placas acessórias muito quitinizadas*, bem delimitadas no 2.º ao 5.º segmento, indistintas para trás.»

O segmento terminal do abdome do ♂, por seu lado, tem duas expansões posteriores esclerosadas, subparalelas e circunscrevendo uma reentrância média.

Finalmente, o aparelho copulador caracteriza-se pela «placa basal estreitando-se de trás para diante e alcançando o terço anterior do 4.º segmento; saco prepucial denticulado e com dois pares de ganchos grandes; parâmeros ponteagudos, ladeados junto da base por um terceiro par de ganchos e medindo em dois dos nossos exemplares respectivamente 0,27 mm e 0,28 mm».

A ♀ tem as «placas tergais castanhas escuras, muito quitinizadas, inteiras até ao nono segmento e tendo uma pequena mancha losangonal clara na linha média, não ocupado toda a largura dos tergitos, com os bordos laterais emarginados e alargados do 1.º ao 5.º-6.º segmentos, para diminuirem depois; na placa correspondente ao 9.º segmento, os lados são rectos e existe uma emarginação média posterior; nos 9.º e 10.º, placas separadas e com expansões semelhantes às do ♂».

Os pormenores morfológicos transcritos confirmaram a impossibilidade de manter a presente subespécie tanto nos géneros *Lipeurus* como *Cuclotogaster* e, como vimos, levaram-nos a incluí-la, com a designação específica de *Numidilipeurus lawrensis tropicalis* (Peters 1931), no novo género *Numidilipeurus*, criado para ela e para a subespécie típica, *Numidilipeurus lawrensis lawrensis* (Bedford 1929).

Microfotografias de Raúl Lopes

REFERÊNCIAS

Bedford, G. H. A. — Anoplura from South African hosts. Part 2. — *Rep. Direct. Vet. Res., Un. of S. Africa, 7-8:* 709-731, 1919.

—— Anoplura (Siphunculata and Mallophaga) from South African hosts. — *Ann. Rep. Direct. Vet. Serv., Un. of S. Africa, 15:* 508-531, 1929.

—— Descriptions of three new species of Tetrophthalmus (Mallophaga) found on pelicans. — *Parasitology, 23:* 99-108, 1931.

—— A synoptic check-list and hos-list of the ectoparasites found on South African Mammalia, Aves, and Reptilia. — *Rep. Direct. Vet. Serv. and Anim. Indust., Un. of S. Africa, 18* (1): 223-523. 1932.

—— A synoptic check-list of the ectoparasites found on South African Mammalia, Aves, and Reptilia. Supll. no. 1. — *Onderstepoort J. of Vet. Sc., 7:* 69-110, 1936.

Carriker, Jr., M. A. — Studies in Neotropical Mallophaga, Part I — Lice of the Tinamous. — *Proc. Acad. Nat. Sc. Philad., 88:* 45-218, 1936 (1937).

Clay, Th. — A revision of the genera and species of Mallophaga occurring on gallinaceous hosts. Part I. *Lipeurus* and related genera. — *Proc. Zool. Soc. Lond.* (B) *108:* 109-204, 1938.

—— Genera and species of Mallophaga occurring on galinaceous hosts. Part II. *Goniodes*. — *Proc. Zool. Soc. Lond.*, (B) *110:* 1-120, 1940.

Conci, C. — Due nuovi generi di *Goniodidae* dei *Galliformes* e nota sul genere *Archigoniodes* Eichler *(Mallophaga)*. — *Boll. Soc. Ent. Ital., 76* (9-10): 76-78, 1946.

—— Il genere *Archigoniodes* Conci ed il suo generitipo (Mallophaga). — *Acta Pontif. Acad. Sc., 14* (16): 175-180, 1951.

Cope, O. B. — The morphology of a species of the genus *Tetrophthalmus* (Mallophaga: Menoponidae). — *Microentomology, 6* (3): 71-92, 1941.

Galliard, H. — A propos des ectoparasites du Cobaye. — *C. R. Soc. Biol. Paris, 116:* 1316-1318, 1934.

Harrison, L. — The genera and species of Mallophaga. — *Parasitology, 9* (1): 1-156, 1916.

Hopkins, G. H. E. — Stray notes of Mallophaga — X. — *Ann. Mag. Nat. Hist.,* (12) *3: 230-242, 1950.*

Hopkins, G. H. E., Clay, Th. — A check list of the genera & species of Mallophaga. Londres, 1952.

Mayr, E., Linsley, E. G., Usinger, R. L. — Methods and principles of systematic zoology. Nova Iorque, 1953.

Neumann, L. G. — Note sur les Mallophages. — *Bull. Soc. Zool. Fr., 20:* 54-60, 1906.

—— Notes sur les Mallophages. III. — *Arch. de Parasit., 15:* 608-634, 1913.

Neveu-Lemaire, M. — Traité d'entomologie médicale et vétérinaire. Paris, 1938.

—— Précis de parasitologie vétérinaire. Paris, 1942.

—— Précis de parasitologie vétérinaire. Paris, 1952.

SÉGUY, E. — Les insectes parasites de l'homme et des animaux domestiques. Paris, 1924.

—— Faune de France. 43. Insectes ectoparasites (Mallophages, Anoploures, Siphonaptères). Paris, 1944.

TENDEIRO, J. — Estudos sobre o tifo murino na Guiné Portuguesa. Bissau, 1950.

—— Actualidade veterinária da Guiné Portuguesa. Bissau, 1951.

—— Malófagos da Guiné Portuguesa. Nota sobre o *Tetrophthalmus africanus* BEDFORD 1931, parasita do pelicano, *Pelecanus rufescens* GMELIN — *Bol. Cult. da Guiné Port.*, *8* (31): 335-355, 1953.

—— Malófagos da Guiné Portuguesa. Algumas espécies dos mamíferos. — *Bol. Cult. da Guiné Port.*, *8* (31): 497-522, 1953.

—— Malófagos da Guiné Portuguesa. Estudos sobre diversos malófagos dos Galiformes guineenses. — *Bol. Cult. da Guiné Port.*, *9* (33): 3-162, 1954.

—— Malófagos da Guiné Portuguesa. Novos estudos sobre malófagos dos Galiformes. — *Bol. Cult. da Guiné Port.*, *9* (34): 283-362, 1954.

—— Estudos sobre uma colecção de malófagos de aves. — *Bol. Cult. da Guiné Port.*, *9* (35): 497-625, 1954 (1955).

—— Anotações parasitológicas. I. Sobre a subfamília *Archigoniodinae* EICHLER (ordem *Mallophaga* NITZSCH 1818, família *Gonodidae* MJÖBERG 1910). — *Bol. Cult. da Guiné Port.*, *9* (36): 779-789, 1954 (1955).

VILLIERS, A. — Note sur quelques insectes parasites des vertébrés rencontrés en Afrique Occidentale Française. — *Bull. Serv. Elev. et Indust. Anim. de l'A. O. F*, *1* (4): 49-57, 1948.

VON KÉLER, S. — Resultados de um reconhecimento zoológico no Alto Limpopo efectuado pelos Drs. Zumpt e J. A. T. Santos Dias. IV. Notes on some mallophages from mammals and gallinaceous birds in Moçambique and South Africa. — Doc. *Moçambique*, *72*: 13-62, 1952 (separata revista pelo autor).

WERNECK, F. L. — Contribuição ao conhecimento dos Mallophagos encontrados nos mammíferos sul-americanos. — *Mem. Inst. Oswaldo Cruz*, *31*: 391-589, 1936.

—— Os malófagos dos mamíferos. Parte 1: *Amblycera* e *Ischnocera* (*Philopteridae* e parte dos *Trichodectidae*). Rio de Janeiro, 1948.

Microfot. 2
Trimenopon hispidum, ♀

Microfot. 1
Trimenopon hispidum, ♂

Microfot. 3
Amyrsidea powelli, ♀

Microfot. 4
Amyrsidea francolini, ♀
(Original)

Microfot. 5
Amyrsidea lopesi, ♂

Microfot. 6
Amyrsidea lopesi, ♂
Pormenor do aparelho copulador de outro exemplar

Microfot. 7
Numidicola antennatus, ♂

Microfot. 8
Numidicola antennatus, ♀

Microfot. 9
Piagetiella africana, ♂

Microfot. 10
Piagetiella africana, ♀

Microfot. 11
Numidilipeurus laurensis tropicalis, ♂

Microfot. 12
Numidilipeurus laurensis tropicalis, ♀

JUNTA DE INVESTIGAÇÕES DO ULTRAMAR (LISBOA)
CENTRO DE ZOOLOGIA — PROF. FERNANDO FRADE

CENTRO DE ESTUDOS DA GUINÉ PORTUGUESA (BISSAU)
PRESIDENTE — INTEND. DE DISTR. AUGUSTO J. SANTOS LIMA

ANOTAÇÕES PARASITOLÓGICAS

V

NÓTULA SOBRE A *MYRSIDEA PICAE* (L. 1758) (ORDEM *MALLOPHAGA* NITZSCH 1818, FAMÍLIA *MENOPONIDAE* MJÖBERG 1910), PARASITA DA PEGA, *PICA PICA MELANOTOS* BREHM

por

JOÃO TENDEIRO
Doutor em Ciências Médico-Veterinárias

A presente nótula refere-se a um pequeno lote de malófagos obtido pelo nosso prezado colaborador Sr. Raúl Lopes, autor da documentação fotográfica dos trabalhos que estamos realizando no Centro de Zoologia da Junta de Investigações do Ultramar, numa pega — segundo as chaves de classificação de THEMIDO (1952) a *Pica pica melanotos* BREHM —, capturada nos jardins da Faculdade de Ciências de Lisboa.

Todos os exemplares do lote pertenciam à espécie *Myrsidea picae* (LINEU 1758), parasita característico da *Pica pica* (L.).

Ao sr. Raúl Lopes, os nossos agradecimentos pelo material recebido.

Fig. 1
Myrsidea picae, ♀.
(Segundo TH. CLAY e HOPKINS, 1950)

GÉNERO *MYRSIDEA* WATERSTON

Myrsidea WATERSTON, *Ent. Mon. Mag., 51:* 12, 1915.
Acolpocephalum EWING, *J. Wash. Acad. Sc., 17:* 88, 1927.
Allomyrsidea CONCI, *Boll. Soc. Ent. Ital., 74:* 31, 1942.
Corvomenopon CONCI, *Boll. Soc. Ent. Ital., 74:* 31, 1942.
Ramphasticola CARRIKER, *Rev. Bras. Biol., 9:* 305, 1949 [1].

[1] Sinonímia de acordo com HOPKINS e TH. CLAY, *Check list*, p. 227, 1952.

MYRSIDEA PICAE (LINEU)

Pediculus picae LINEU, *Syst Nat.*, p. 612, 1758.
Colpocephalum eurysternum DENNY, *Monogr. Anopl. Brit.*, p. 213, 1842, *nec Menopon eurysternum* NITZSCH *in* BURMEISTER 1838.
Myrsidea picae HARRISON, *Parasitology, 9* (1): 59, 1916.
Myrsidea picae SÉGUY, *Insectes ectoparasites*, p. 134, 1944.
Myrsidea picae TH. CLAY e HOPKINS, *Bull. Brit. Mus. (Nat. Hist. Ent.), 1* (3): 233, 1950.
Myrsidea picae HOPKINS e TH. CLAY, *Check list*, p. 232, 1952.

REGISTOS

Hospedeiro: Pica pica melanotos BREHM, a pega.
Material e origem: 6 ♂♂, 9 ♀♀ e 36 formas juvenis obtidas na pega de referência.
Depósitos: Colecção parasitológica do Centro de Zoologia da Junta de Investigações do Ultramar, registos 156 (2 ♂♂ e 1 ♀), 157 (1 ♂ e 3 ♀♀), 158 (9 formas juvenis) e 159 (9 formas juvenis).

OBSERVAÇÕES

Trata-se da *Myrsidea* típica da *Pica pica pica* (L.), agora registada na *Pica pica melanotos* BREHM.

Segundo TH. CLAY e HOPKINS (1950), «*Myrsidea picae* (Linn.) is distinguished from related species by the ventral chaetotaxy of the abdomen and the forms of the tergal plates. The male resembles the female in general form but tends to be smaller, does not have the anterior tergal plates modified, and differs in the ventral chaetotaxy of the posterior segments of the abdomen.»

Espécie nova para a fauna parasitológica portuguesa.

Microfotografias de Raúl Lopes

BIBLIOGRAFIA

CLAY, TH., HOPKINS, G. H. E. — The early literature on Mallophaga (Part I). — *Bull. Brit. Mus. (Nat. Hist., Ent.)*, *1* (3): 221-272, 1950.

HARRISON, L. — The genera ant species of Mallophaga. — *Parasitology*, *9* (1): 1-156, 1916.

HOPKINS, G. H. E., CLAY, TH — A check list of the genera & species of Mallophaga. Londres, 1952.

SÉGUY, E. — Faune de France. 43. Insectes ectoparasites (Mallophages, Anoploures, Siphonaptères). Paris, 1944.

THEMIDO, A. A. — Aves de Portugal (Chaves para a sua classificação). — *Mem. e Est. Mus. Zool. Univ. Coimbra*, *213*: 1-243, 1952.

Microfot. 2
Myrsidea picae, forma juvenil
(Original)

Microfot. 1
Myrsidea picae, ♀
(Original)

EU COMPROVEI UMA LENDA

Eu vi arder aquela palhota, arder como um archote enorme, encharcando a noite de clarões avermelhados e semeando fagulhas saltitantes como pirilampos.

Foi tudo tão rápido, tão sinistramente rápido, que em pouco tempo já nada restava. E eu para ali, trânsido de pavor, de olhos esbugalhados e membros inertes, olhando e olhando...

Vi arder tudo. A palhota, as malas, as enxergas pobres, todo o arroz que fora amealhado. Tudo.

Ouvi os berros aflitivos da cabra que procurava soltar-se e acabou em cinzas quando tudo aquilo abateu. Escutei o crepitar do fogo, o estalar dos madeiramentos, o ribombar das paredes que se esboroaram em torrões calcinados e escaldantes.

Para lá do círculo ensanguentado que as chamas desenhavam, ficava a noite, nada mais que a noite, negra e solitária. A noite, e eu. Por isso todos os rumores tinham proporções de gritos, e o crepitar do fogo era como divisões de desesperados despejando metralha numa resistência patética.

Depois, quando a palhota abateu, quando o fragor da queda ainda ressoava e o brasido estava reduzido a uma mancha rosada, a noite veio de manso e envolveu-me, silenciosamente, cobrindo-me de humidade e de silêncio.

E, de súbito, compreendi que tudo aquilo era obra minha. Eu era o miserável incendiário, eu era o responsável. Então, gritei, larguei a correr sem rumo, praguejei e blasfemei. O capim chicoteou-me o corpo febril, as raízes mil vezes me prenderam os pés insensíveis.

Mas eu estava sòzinho na noite, perdido na noite. Mil vezes me ergui e recomecei a fuga alucinada, enquanto as trevas me devolviam os gritos e as imprecações.

E sempre, sempre, a minha sensação de culpa...

Não, não me olhem assim. Vocês sabem que o meu espírito está lúcido, perfeitamente lúcido. Os meus nervos são bons. Toda a gente o diz, e o médico não nega. E não sou supersticioso.

Poderão, acaso, acusar-me disso?

Todos vocês, que me conhecem bem, podem descobrir vestígios de superstição através deste verniz de cultura que me cobre?

Não? Ainda bem.

Mas então porque me olham com esses olhos repletos de ironia e incredulidade? Ou será comiseração?

Eu não quero a comiseração de ninguém, fiquem sabendo, e a vossa ainda menos que qualquer outra.

Desviem os olhos, por favor!

Gritei? Desculpem, não dei por isso.

De facto, não há necessidade de gritos. Mas não suporto os vossos modos. Que diabo! Eu não deitei fogo à casa. É verdade que estava só, só em plena noite, mas não incendiei coisa nenhuma.

Ou talvez prefiram crer que o fiz?

Bem, bem, é consolador saber que não me supõem capaz disso. Ou talvez seja a amizade que os tolha. Enfim, seja como for, porque me olham assim, e porque me apontaram na rua, muito disfarçadamente?

Sim, eu vi. E fiquei humilhado, caramba! Talvez fosse apenas esta minha sensação de culpa, que me tornou desconfiado de tudo e de todos.

Ah! Então é isso? Não acreditam na culpabilidade moral.

Eu sei, mesmo sem que mo digam, que só um feiticista, ou um alucinado, pode sentir-se culpado num caso semelhante. Mas eu tenho argumentos, que julgam vocês? Não disseram há pouco que sabem não ser eu um supersticioso? E o Estado manteria ao serviço um alucinado? Então, que lhes resta?

Vejo agora que trouxeram um psiquiatra. Embora isso seja quase ofensivo, eu não levo a mal. Só não suporto o terem-me trazido assim à socapa, e as atitudes de todos vocês. O resto está certo.

Claro que não me importo de contar tudo uma outra vez. Desde o princípio, bem entendido.

Para o senhor doutor fazer um juízo, não? Depois franze a testa, fala de Freud e bota diagnóstico. Certo. Ao fim e ao cabo, para não fazer má figura, agarra-se à eterna tábua de salvação: paranóia. Ah!? O senhor ri-se... Esqueça isso. Sucede apenas que conheço os médicos, nada mais.

Mas eu conto.

Importam-se que eu me desvie um pouco, ou preferem não olhar-me tão intensamente? Bolas! Com quem julgam que estão a falar? Nem em minha casa me posso livrar dessa atenção injuriosa?

Mas eu estou calmo, estou perfeitamente. Não me irritem, e tudo irá bem...

Há anos, quando a mulher do Curna Nàté teve dois gémeos, a curandeira da povoação obrigou-a a desfazer-se do segundo filho. Fez levantar a pobre mulher momentos depois do parto, alta noite, e empurrou-a para o mato com o miudo nos braços. Caía um cacimbo espesso e o frio anavalhava rijo.

A lua ainda não tinha nascido, o matagal era uma bocarra negra como a morte, e a desgraçada apertava o filho contra o peito enquanto corria pelos trilhos conhecidos. Nenhum sítio se lhe afigurava bom para deixar o fardo, a febre tomou-lhe conta do corpo e o cérebro, o matagal apavorou-a.

Tomada de pânico, abandona as veredas, interna-se, perde-se, vagueia ao acaso, esfalfa-se. Mas não larga o pequenino fardo que pulsa imperceptìvelmente junto a si, e a voz do sangue começa a impor-se, mais e mais. Quando já nada restava a não ser uma ansiedade angustiosa de o salvar, vai cair junto daquela palhota de fulas que ainda lá está, logo ao sair da povoação, no caminho para o regato.

Com a febre, o terror, e tudo o mais, a pobre mais não fizera que correr em volta do mesmo sítio.

O casal fula saiu quando ouviu o seu grito desvairado, e nada mais pôde fazer que recolher a criança e assistir à morte da mãe.

Depois, enquanto Curna Nàté continuava as suas bebedeiras e Madja Bági mudava de terra, veio uma mocetona rija para casa dos fulas e amamentou o miudo. Perdera o filho dias após o parto e dedicou-se a valer.

Os anos passaram, a criança cresceu, raparam-lhe um tufo dos primeiros cabelos, deram-lhe um nome e tornou-se temente a Allah, o grande.

Por esta altura, saíram dos subúrbios da povoação balanta e eu perdi-os de vista. Sabia que andavam lá por Quebo, arrastando uma vida de mansidão e inutilidade.

Vocês conhecem isso. Dois palmos de terreno com milho, uma nesga de amendoim e a eterna insuficiência. Cerimónias religiosas às sextas-feiras, as orações diárias na mesquita e uma sonolência doentia. O Rachid, levando o misticismo até ao exagero, não lhes permite folguedos, nem movimento que quebre a doce paz onde repousa Allah.

Enfim, uma disciplina de ferro e um silêncio que apavora, mesmo à luz do dia. Parece uma povoação que a morte elegeu e domina.

Lá de quando em quando, eu sabia deles por uma ou outra referência vaga. O garoto crescia, aprendia a ler, decorava as leis nas tábuas gastas por muitas mãos e acomodara-se perfeitamente. Era natural.

Talvez estranhasse, por usar o nome de Lássana e não saber da existência do outro irmão. Mas não fez perguntas, ninguém se preocupou em elucidá-lo e o tempo fez o resto.

Alguns anos depois, não sei que circunstância nos aproximou. Era um rapagão alto, bastante robusto, aparentando muito mais idade. Andava, então, pelos seus quinze ou dezasseis anos. Tinha o ar sisudo e grave dos fulas, um vinco tenaz que nunca lhe largava a testa.

Mas, quando ria, fazia-o com gosto, perdendo-se em gargalhadas sonoras e sacudidas. Ria com todo o corpo — se é que vocês compreendem o que quero dizer.

Sim? Bem.

Ora um riso desses caracteriza uma tribo, e não vou perder-me em pormenores inúteis. Talvez o doutor, com tão pouco tempo disto, não aprenda bem o que quero referir. Mas não interessa ao caso, posso garantir.

Onde estava eu? Sim, sim, obrigado.

Pois o rapaz agradou-me. Tinha um aspecto bastante simpático, um tique de orgulho, mostrava-se activo. Tinha personalidade, eis tudo. Falei com os pais adoptivos e tomei-o para meu serviço.

Jamais me arrependi de o ter feito, e afeiçoei-me. Lássana era obediente, sagaz, escrupuloso. E, sobretudo, leal. A pouco e pouco, foi perdendo aquele ar soturno, desfez a ruga precoce e tornou-se quase alegre. Gargalhava com mais frequência, com bastante frequência devo dizer, e o seu riso contagioso enchia a casa. Não era desagradável. Simplesmente ruidoso e um tudo nada áspero.

Nas horas de descanso, conversávamos muito. Ao entardecer, eu instalava-me na varanda e ele, enquanto vigiava os outros criados, ia contando coisas. Pequenos mexericos da vida indígena, as últimas patifarias do régulo, e coisas assim.

Tudo corria o melhor possível quando, uma tarde, o chefe da povoação apareceu para me prevenir da saída de Lássana, dentro de dias. Tratava-se da cerimónia da circuncisão, e nada havia a opor.

Lássana escutou, tornou a tomar uma atitude grave, concentrada, e apenas soube dizer numa voz absolutamente impessoal:

— Eu volto, se o patrão quiser.

É claro que ficou assente o seu regresso, falou-se dos preparativos para a cerimónia (e ele aproveitou logo para me pedir uma quantidade de coisas, além de dinheiro) e pouco mais. Lássana voltara a ser fula concentrado e pouco comunicativo. No fundo, creio que estava um tanto atemorizado. O período que destinam à cerimónia é repleto de dureza. Ficam internados em pleno matagal, sofrem maus tratos e estão indefesos perante as infecções. Muitos não voltam, ou pouco duram depois do regresso. Lássana sabia disso, é claro.

Estou crente que só a cega obediência aos «grandes» e um orgulho firme o levaram a acatar a notícia com aquela serena impassibilidade.

Fiz-lhe notar o seu ar triste, e perguntei-lhe se tinha medo. Olhou-me um pouco, talvez indeciso, surpreendido talvez, com a ruga cavando fundo a testa alta. Coçou ainda a carapinha, tornou a olhar-me e soltou uma das suas gargalhadas estridentes.

Soava a falso, e é possível que tivesse dado por isso porque a interrompeu. Mas um instante depois, quando se afastava a qualquer pretexto, recomeçou o seu riso.

De súbito, nesse preciso momento, uma ideia me surgiu sabe Deus como. Era uma ideia patusca, absolutamente ridícula, e sorri enquanto a decompunha nos seus pequenos detalhes. O que, sobretudo, mais me divertia era a puerilidade da hipótese. Porém, mesmo reconhecendo tudo isso, deixava-me arrastar, afundava-me na maré sempre crescente duma curiosidade infantil.

Não dizem que os velhos repetem a meninice? Creio que é verdade, pois só uma criança — ou um velho, como eu — deixaria enraizar-se tal ideia.

Aquela sua gargalhada, revelando o balanta que ele era, de facto, a cerimónia que dentro de dias se iniciaria, criavam o tipo e o momento

ideais para a experiência. É verdade que Lássana, de balanta só tinha o nascimento. Mas que importava?

O que ainda pouco antes era uma pucrilidade, tornou-se uma obsessão, uma exigência de todo o meu ser. E a partir de então, teimosamente, diligentemente, dediquei-me a arrastar Lássana, a envolvê-lo numa cumplicidade que o deixaria aturdido.

Verdadeiramente, começou nessa altura todo este drama em que me debato, todo este crime de que me acuso, esta monstruosidade que só eu (eu e a noite cúmplice) cometi.

Mas eu não previa isto, juro-lhes que o não previa! Eu estava couraçado com todo o meu cepticismo, defendido pela lógica, entrincheirado no campo da cultura... Como prever, então, o que sucederia?

Não, não retomem esses sorrisos com que tentam mostrar-se superiores e desdenhosos. Pelo menos, façam um esforço e fiquem impassíveis como o doutor. Olhem-no! Que olímpico controle, muito embora esteja ansioso por recomeçar uma dissertação psicanalítica. Não é, doutor?

Vá, façam o que lhes apetecer... menos sorrir de mim, como se eu fosse um pobre de espírito ou merecesse a vossa insuportável piedade. Deixem-me continuar, por Deus! Ou vão-se embora, desapareçam, e que eu os não torne a ver mais. Que o Inferno vos confunda!

Pronto. Já cá faltava a recomendação... Pois vocês não vêm que eu estou perfeitamente calmo?

Lembro-me onde interrompi, sim, muito obrigado.

Dizia eu que comecei a aliciar, serena mas persistentemente, o pobre do Lássana. Eu contava, como aliados, o domínio que tinha sobre ele, o meu poder de persuasão e o dinheiro. Talvez a amizade também fizesse pender o prato, não quero garantir. Mas lutava contra o tempo, bastante exíguo, e as objecções que o rapaz ia erguendo, uma após outra.

Uma tarde, porém, senti que vacilava. Opunha, agora, as leis de Allah, todas essas leis que tinha decorado em noites e noites de vigílias forçadas. Mas falava já sem grande convicção, deixava-se cair em longos silêncios.

Agarra-o bem, dizia eu a mim próprio, agarra-o agora antes que reconsidere.

E então surdamente, tornando-me convincente como jamais o fora, contei-lhe o seu nascimento, toda a sua origem balanta.

Acusei-o de trair a sua verdadeira tribo, de não se comportar conforme os laços de sangue impunham.

Siciei, gritei, praguejei. Não houve argumento a que não deitasse mão, promessa que não fizesse, jura que não jurasse. Era uma loucura.

Mas era, também, a oportunidade única, e eu não a perderia custasse o que custasse.

— Não, dizia-me ele, eu não roubarei nunca! Não tenho costume, não sei.

E eu, teimoso, martelando pela milésima vez o mesmo argumento: Que não era tal um roubo, uma vez que, dois dias depois, se devolveria o carneiro roubado. Que se juntaria um dos meus como recompensa pelo susto, que tudo não passaria de uma brincadeira.

E não estava eu ali, para sanar qualquer mal-entendido? Poder-se-ia, até, dizer que tudo aquilo fora uma partida para mostrar aos vizinhos como guardavam mal o seu gado. O próprio Braima, se fosse ele o escolhido, quando visse o animal que eu oferecia — e poderia até escolher, no curral, o que mais lhe conviesse — esquecia o caso.

Lássana vacilava. Era notório. Fazia caretas, coçava a carapinha, afundava as mãos nos bolsos. Debatia o caso, ruminava-o, mas atingira já aquela imperceptível brreira entre o sim e o não.

Daí em diante, seria um pequeno empurrão, um tudo nada subtil como um cair de folha sobre dorso de fera em salto formado.

E eu, tenso, analisando cada ruga, cada esgar, cada contracção...

Nos meus ouvidos, um sussurro estranho acompanhava cada batida do coração: está pronto, está pronto, está pronto...

Interiormente, vibrava. Pequenas bagas de suor humedeciam-me a base do nariz.

Lássana debatia-se ainda, o cachorro! Em voz baixa, quase num murmúrio, perguntou-me:

— Mas a gente não mata o carneiro, não?

Não acreditava em mim, o estupor maldito. Para que quereria eu um carneiro roubado, se os tinha às dúzias? E não estava eu disposto a dar um, à escolha até, só para «lavar» a afronta que a vítima sofreria?

Isto mesmo eu lhe disse. E pus-me a relatar, num tom jocoso, os gestos de desespero, a cara cómica do Brima, os resmungos fatalistas dos velhos, quando dessem pela falta do animal.

— Aposto em como o Braima arranca pêlos da barba, afirmei. Que dizes tu?

Mas Lássana não dizia nada. Olhava para mim, muito sério, muito apreensivo. Dir-se-ia que milhares de pulgas o acometiam, de tal forma se coçava. No pescoço, nos braços, no queixo. Em toda a parte.

— Não pode ser outro? — perguntou ainda.

— Como queres tu que eu vá convidar um qualquer para uma brincadeira?

Concordou.

Não quis dar-lhe mais tempo para pensar. Resolutamente, firmemente, comecei a traçar os planos. Mas ele interrompeu-me com a voz alterada. Quando o olhei, vi estampado nos seus olhos o ritus inconfundível do medo.

Era uma expressão feroz, intraduzível, única. Os cantos da boca haviam-lhe descaído, o suor escorria ao longo das faces. E os olhos — eu gostaria que vocês tivessem visto aqueles olhos — tinham tomado uma tonalidade diferente, estavam brilhantes, fixos, rasgados.

Todo o seu corpo estava crispado, atirando os músculos potentes para uma evidência temível.

Então, foi a minha vez de ter medo. Não sou covarde — e vocês sabem-no bem, não é verdade? — mas a minha idade não permite lutas. Eu estava à mercê dele, inteiramente desprotegido. Tive medo. Tive medo! Vá, riam-se agora. Porque ficam assim tão sérios?

Bom Deus! Mas não estarei eu calmo? Já cá faltava o remoque. Estou de pé porque quero, porque preciso movimentar-me. E daí? Ou nem em minha casa posso agir como entender? Que acha, doutor? Observando... sempre calado, hein?

Sim, eu continuo.

Que tinha eu dito? Já sei, já sei. Tinha confessado que, por momentos, temera o rapaz. É a verdade. Todo o seu aspecto me aterrorizava. Mas reagi, depressa me passou e encarei-o de frente, resolvido a tudo.

Lássana fazia um tremendo esforço para se acalmar. Via-se que pretendia falar mas que a voz lhe não saía. Gritei, agarrei-o pelos ombros e sacudi-o com a violência de que fui capaz.

Deu resultado. Olhou-me espantado, um tudo nada incrédulo. E falou, o pobre diabo. Falou para me dizer que, se era de facto balanta, roubar um carneiro equivalia a perder a palhota pelo fogo.

— Não posso, patrão, tem paciência. Balanta não pode roubar carneiro. A casa arde, arde tudo. Tem paciência.

A quem o dizia... Precisamente para comprovar essa lenda absurda, estava eu tendo tanto trabalho.

Senti que, no preciso momento da queda, ele me fugia. E agora, sob o domínio do terror, seria uma fuga irremediável e decisiva.

Não podia, é bem de ver, recomeçar de novo. Eu lutava contra o tempo, contra os seus princípios, contra tudo.

E eis-me, teatralmente altivo, a lançar-lhe em rosto a sua pouca educação islâmica. Tudo quanto dissera para o acorrentar à sua verdadeira tribo, desfazia agora. Contava com o seu pouco discernimento para não notar as incongruências.

— Como podes tu, cachorro — dizia-lhe eu — ter fé em Allah, o grande, e rezar as suas orações, e cumprir as suas leis, se és indigno? Quem crê nas histórias de indignos também é capaz de comer porco e beber o álcool imundo. Serás, acaso, falso e perjuro? Foi nas tábuas das leis que aprendeste a temer os irãs ridículos dos infiéis? Fala, cão, filho de porco! Porque te calas?

Creio que me deixei arrastar pelo som das minhas próprias palavras, e tomei calor. Por momentos, a minha indignação deve ter sido sincera — a tal ponto defendia o meu plano indecoroso.

Lássana olhava-me espantado, talvez receoso, talvez envergonhado. Quem poderá sabê-lo?

Sei que o sermão foi longo, recheado de impropérios, acusações ignóbeis, exortações grandiosas. Maomé não teria sido mais violento, mais fanático nem mais convincente.

E Lássana cedeu. Tinha vindo a quebrar-se pouco a pouco, à medida que eu falava. As mãos trémulas percorriam o rozário, conta a conta, num recolhimento abatido.

De súbito, perfeitamente abatido, deixou que a cabeça lhe tombasse sobre o peito, e abalou sem uma palavra. E eu soube, desde logo, que tinha ganho a partida.

Estava exausto. O suor escorria-me em pingos enormes e a dispneia ameaçava-me de perto. Quando chegou a altura de regosijar-me com a vitória difícil, apenas uma lassidão doentia me prostrava. Interiormente, sentia uma calma serena, algo de vagamente excitante mas agradável. E era tudo.

Passei o resto da tarde, e parte da noite, a folhear livros conhecidos. Uma passagem aqui, um capítulo acolá, breves relances que enganam o tempo e serenam o espírito.

E, entretanto, insinuante como música longínqua, um receio ténue vinha distrair-me, embotava-me as reflexões mentais, paralizava-me.

Um alheamento estranho, mas agradável, levava-me a reler, vezes sem conta, a mesma linha, a mesma palavra, sem que eu aprendesse o sentido ou o significado. Ao mesmo tempo, sentia como que uma ansiedade comedida, quase imperceptível. Enfim, um aturdimento, uma sensação de desânimo e de inutilidade, como que uma amnésia parcial.

O senhor sabe o que quero dizer, doutor? Sim?

Seja isso, então. O senhor lá sabe. Mas... Bem, não interessa agora.

Sei apenas que, à medida que a hora se aproximava, era maior — maior e mais funda — essa sensação de receio e intranquilidade.

Acabei por arremessar os livros, apagar a luz, e ficar só, no escuro, fumando.

Depois do jantar, quando o pessoal se foi embora, chamei o Lássana e ordenei-lhe o que tinha a fazer. Naturalmente, sem grandes explicações nem resistência. Trocámos, apenas, um leve sorriso cúmplice. E foi tudo.

Calculei as horas, vi o seu vulto esgueirar-se por entre a sebe de cajueiros, e dirigi-me, calmamente, na direcção de sua casa.

Saí pela cancela da minha vedação, atingi a vereda dos fundos e fui andando, sem pressas, atento a todos os rumores. Quando estava junto da palhota, encostei-me ao tronco da acácia e dispus-me a esperar.

Cigarro após cigarro, o tempo tornou-se de uma lentidão enervante. O silêncio campeava. No ar parado, nem raspar de asa ou rumor de folha. Só de quando em quando, vindo de algures, um sinal imperceptível de vida: rumor indistinto que a noite arrastava através de si.

Chupando o cigarro com força, consegui ver as horas. Passava já da uma.

Compreendi, então, que estava sendo um tremendo imbecil e senti que se acumulava, sobre os meus ombros vacilantes, todo o ridículo do mundo. Irresoluto, fiz uma promessa pueril: só mais um cigarro, e vou embora.

Pois é verdade. Fiz essa promessa e acendi o cigarro.

Não, não, doutor, não se precipite, por favor. Eu uso isqueiro. É esse que está na mesinha.

À segunda fumaça, sem saber porquê, enervei-me. Decidi que abandonaria aquela vigília idiota. E foi precisamente quando me dispunha partir, que aquilo sucedeu.

Primeiro, um pequenino estalido insólito deixou-me os músculos tensos; depois, um vago crepitar, muito leve, muito surdo, que se não definia. E, de súbito, eis que uma chama irrompe, rasgando a noite, ensanguentando o ambiente em volta.

Enquanto as chamas lambiam o colmo, roiam os madeiramentos, devoravam tudo, eu olhava, olhava...

Tive, nesse momento, a certeza que o Lássana acabava de roubar o carneiro. Que o diabo o leve!

Agora que comprovara uma lenda, que conquistara uma certeza, tremia perante aquele espectáculo medonho.

Queria que vissem o que aquilo era. Desejaria que tivessem assistido ao ribombar das paredes, que ouvissem como eram estridentes os estalos... E as fagulhas? Como eram brilhantes as fagulhas!

Medonho, medonho mas admirável. Era lindo, digo-vos eu, lindo!

Bom, é só isto. O Lássana roubou, de facto, o carneiro àquela mesma hora. E a sua casa ardeu toda. Eu vi.

Era lindo! E como eram brilhantes as fagulhas...

Mas serei culpado? Serei? Falem, com todos os diabos! Que diz, doutor?

Ah! Não, não me deixam só. Não saiem daqui sem dizerem tudo quanto tiverem para dizer. Estou farto de ser apontado quando passo, farto dos vossos olhares imbecis. Afastem-se da porta. Afastem-se, ou varo um...

Aquilo era lindo, ouviram? E que brilhantes, que brilhantes que eram as fagulhas...

Fernando Rodrigues Barragão

Aspectos e tipos da Guiné Portuguesa

Balantes

Rio Geba — Na passagem submersível para Contuboel

Crónica da Província
Economia e Estatística
Notas e Informações
Livros e Publicações

CRÓNICA DA PROVÍNCIA

A questão com a União Indiana

Na manhã do dia 24 de Julho o comércio e a indústria da cidade de Bissau encerraram as suas portas como protesto contra a traidora agressão ao Estado da Índia por parte da União Indiana.

A população, entre a qual se encontravam indianos, residentes na Província, dirigiu-se pelas 11,30 horas, ao Palácio do Governo, para junto de S. Ex.ª o Encarregado do Governo manifestarem o seu apoio e confiança à política adoptada pelo Governo relativamente ao Estado da Índia.

Em primeiro lugar falou o Presidente da Associação Comercial, Industrial e Agrícola da Guiné, Sr. António Flamengo, que disse:

«Senhor Encarregado do Governo!
Meus Senhores:

Viesse de onde viesse a agressão não provocada a qualquer parcela do nosso território da Metrópole ou do Ultramar, constituiria sempre motivo para a mais veemente repulsa por parte de um povo com as nossas tradições históricas, de valentia e de amor à Pátria.

Vinda de um país que se apregoa pacifista e tem querido firmar-se como tal ao intervir como medianeiro em pendências que assoberbam o Mundo nestas horas incertas em que a força se impõe à razão e, a Lei, a Moral e a Justiça — alicerces da civilização — caem em desuso, mais repugnante é a atitude que todos verberamos.

Pacifistas de fachada, dissimulados e cínicos, vêm escondendo as suas ambições imperialistas nas túnicas brancas que lhes servem de vestes, como bandeiras de paz, em palavras suaves, mas ambíguas, em curvaturas mesureiras de fingida humildade como de falso respeito pela personalidade alheia.

E hoje, essa imensa Índia abre as fauces desmedidas para, convicta da impunidade que lhe dão as distâncias e os muitos problemas que amarguram os países europeus e a própria América, engolir calma e cinicamente o pequeno Estado Português que

nunca a hostilizou e se manteve sempre afastado da sua política interna, sem prejudicar os naturais anseios da jovem nação Indiana.

É estranho que o continuador de Ghandi tenha enveredado pela senda da agressividade, tão diferente dos métodos que caracterizavam, aureolando, aquele.

Mas a verdade é uma só; e o facto é que Portugal sente a dôr de ser atacado sem razão e, naturalmente, cerra fileiras e abate junto do seu Governo Central todas as ideologias políticas, para lhe garantir a completa adesão a quaisquer medidas que ache por bem tomar, neste tão grave momento em que foi posto em jôgo o seu prestígio de Nação secular e livre.

A História da nossa Índia, dos seus guerreiros, dos seus administradores, todos a conhecem.

Que lhe transmitimos o melhor de nós mesmos, o melhor da nossa civilização, todos o sabem.

Entregamos, pois, ao Governo da Nação o seu destino, mas afirmamos-lhe que a Guiné Portuguesa saberá compreende-lo e ajudá-lo no que fôr mister.

Portugueses da Guiné, a Pátria pode precisar de nós.

Respondamo-lhes: Presentes! Viva Portugal».

Pela Colónia indiana, residente na Província, falou em seguida o Snr. Dr. José Pedro Colaço, Secretário do Tribunal Administrativo, que disse:

«Senhor Encarregado do Governo, Excelência:

Meus Senhores:

Não sou o mais indicado para falar em nome dos Indo-Portugueses que nesta Província servem a Nação. Outros com mais categoria e mais competência podiam fazê-lo. Mas o imperativo da consciência e o cumprimento do dever, assim me obrigam.

Foi com o coração alanciado de dôr que tomámos conhecimento dos insucessos na Índia, do torpe atentado feito à soberania nacional. E quando pensamos que tudo partiu dos próprios nacionais que traíram a Pátria a quem tanto devem, que sempre os acarinhou e deu possibilidades de se instruírem, quer na sua terra, quer na Metrópole, não podemos deixar de manifestar a maior repulsa por estes criminosos de lesa Pátria.

Salazar, no seu recente discurso, de todos nós sobejamente conhecido, traduz de uma forma lapidar a situação de Portugal no Estado da Índia e dos direitos que lhe assistem.

Ninguém, de boa fé, os poderá contestar à luz da História, à luz da Justiça.

Somos agradecidos a todos os nossos concidadãos pelas provas de amizade e de estima que deles temos recebido na Metrópole, e em todo o Império Português.

É a Pátria Portuguesa a nossa Pátria que queremos servir, com toda a nossa inteligência, com todo o amor, e não fazemos mais que o nosso dever.

O momento é demais cruciante para que haja palavras com que possamos traduzir todo o sentimento que nos vai na alma.

Cidadãos portugueses, não podemos deixar de manifestar o nosso veemente protesto pelo que se passa.

Senhor Encarregado do Governo, Excelência:

Pedimos, com todo o respeito, que seja intérprete deste nosso protesto perante Suas Excelências os Presidente da República, Chefe do Governo e Ministro do Ultramar, para quem vai a nossa incondicional solidariedade e, confiança e apoio.

Termino pedindo que me acompanhem: VIVA PORTUGAL UNO E INDIVISIVEL.

Finalmente falou S. Ex.ª o Encarregado do Governo que a todos os presentes se dirigiu nestes termos:

«Em nome do Governo agradeço a Vossas Excelências a manifestação de repulsa que acabais de promover contra o inexplicável atentado à soberania portuguesa no Estado da Índia e a incondicional solidariedade, confiança e apoio que manifestais, à atitude nobre e intransigente do Governo da Nação com a promessa de ser o vosso intérprete junto de Sua Excelência.

VIVA PORTUGAL! VIVA O ESTADO DA INDIA!

Pelo Governo da Província foi, de tarde, enviado a S. Ex.ª o Ministro do Ultramar o seguinte telegrama:

«População esta Província desde ontem manifesta-se com profundo desgosto e indignação contra o grupo de mercenários que assaltaram e ocuparam a quase indefesa aldeia de Dadrá do território português de Damão com evidente conivência das tropas regulares da União Indiana.

O comércio e Indústria de Bissau encerrou hoje manhã as suas portas em sinal de protesto pela pérfida agressão. Hoje pelas 11 horas as forças vivas, as agremiações desportivas, incluindo Colónia Indiana aqui residente, compareceram no Palácio do Governo onde afirmaram a incondicional solidariedade, confiança e apoio ao Governo na sua política intransigente relativamente ao Estado da Índia, pedindo-me que seja intérprete junto do Governo Central, o que gostosamente faço perante V. Ex.ª e à população da Guiné me associo certo de que não só nós os portugueses mas todos os povos conscientes e honrados do Mundo, acompanham Portugal neste doloroso transe da sua História».

* * *

Sobre a manifestação realizada em Bissau em 31 de Julho último recortamos do «Arauto» os trechos seguintes:

— «Não há dúvida que Portugal pode contar com o acendrado patriotismo dos portugueses da Guiné. A prova da afirmação está na magnífica jornada de ontem, que apesar de alguns contratempos, resultou brilhante e inequívoca quanto aos nossos melhores sentimentos.

Após uma manifestação de solidariedade ao Governo o povo dispersa

E até o próprio tempo se associou à nossa razão, pois tendo chovido torrencialmente nestes últimos dias, ontem os céus foram propícios e cobriram-se de estrelas e proporcionaram-nos um agradável ambiente lavado e fresco.

«A manifestação começou a concentrar-se nos locais prèviamente estabelecidos por volta das 21 horas. E era muito de ver como as concentrações aumentam a cada momento e todos procuravam os archotes que deram um aspecto maravilhoso à jornada, inédito e nunca visto entre nós. Depois veio a Banda Militar que animou a marcha e polarizou uns e outros, muitos que porventura estivessem esquecidos. Por volta das 21,30 horas tudo afluia na melhor ordem à vasta Praça do Império, onde se canta num côro magestoso o Hino Nacional.

Na galeria do Palácio do Governo postou-se a tribuna de honra, tendo como pano de fundo todos os estandartes. Ali se encontrava Sua Ex.ª o Encarregado do Governo, ladeado pelas entidades mais em destaque no nosso meio.

Entretanto os vivas eram ininterruptos e atroava os ares o grito vibrante do Hino Nacional, a voz mais eloquente, o protesto mais enérgico de toda aquela massa anónima e compacta de gente que colectivamente não tem outra linguagem para se fazer entender.

O que ali se viu de entusiásmo, de vibração, expressão indignada do seu muito amor à terra e de execração pelos traidores e pelos bandolèiros, não tem descrição possível. Temos para nós que a uma voz vinda do alto, todos aqueles milhares de pessoas iriam decididamente para a vida ou para a morte.

A exaltação patriótica não tinha fim e subiu tão alto que houve de esperar muito tempo que ela acalmasse para se dar início aos discursos.

No aeroporto à espera do Governador Mello e Alvim

Usou primeiro da palavra o Snr. Dr. José Pedro Colaço, em nome dos indo-portugueses que disse o seguinte:

«Em nome da colónia luso-indiana dirijo-me a V. Ex.ª, Senhor Encarregado do Governo, lídimo representante do Governo da Nação, para lavrar o nosso mais veemente protesto contra a insólita agressão levada cobardemente a efeito contra a soberania nacional. A União Indiana quere-nos aglutinar a nós, indo-portugueses, sem que razão alguma lhe assista.

Somos nós, cidadãos portugueses, que o afirmamos e a ninguém pedimos para nos libertar, *porque livres vivemos e livres queremos viver dentro da Nação Portuguesa, da qual fazemos parte há séculos, sem quaisquer peias, sem quaisquer restrições, sem quaisquer diferenças. O sangue de dois indo-portugueses já regou o solo sagrado da Pátria, na primeira escaramuça, mostrando à Nação e ao Mundo quem somos e quem são os que pela força pretendem arrancar-nos o que temos de mais querido. Curvemo-nos reverentes perante a memória destes heróis que acabam de escrever mais uma página da História Pátria. Toda a Nação Portuguesa, sem distinções de políticas ou de credos, vibra de indignação perante o vil atentado de que está a ser vitima.*

Nós, daqui deste torrão português, também queremos apresentar ao Governo todo o nosso apoio e solidariedade para varrer com o inimigo que acaba de conspurcar a Pátria amada. Para isso, a nossa vida, os nossos poucos haveres, tudo será pouco a fim de se conseguir a nossa liberdade que os outros, os nossos inimigos, nos querem tirar.

O Estado da Índia, símbolo da civilização cristã, o Ocidente no Oriente, onde ainda se encontra o corpo incorrupto do maior dos missionários, São Francisco Xavier, nunca poderá deixar de ser português.

Temos a certeza que o Governo presidido pelo nosso Grande Salazar, saberá coordenar todas as forças vivas da Nação para vingar a afronta vinda de fora. Também certos estamos que, afinal, a vitória será nossa, a da civilização ocidental.

Não somos só nós portugueses que estamos em causa, é todo o mundo civilizado que não pode nem deve aceitar como boa a ignóbil agressão vinda dum país que se diz pacifista. É necessário extremar-se os campos e dar a César o que é de César.

Senhor Encarregado do Governo, Meus Senhores: chegou o momento de nos deixarmos imolar no altar da Pátria. Confiados em Deus e em São Francisco Xavier, guardião de Goa, marcharemos para a frente para que a nossa unidade nunca possa ser quebrada.

Avante, pois, portugueses, que a vitória será nossa, Viva Portugal!»

A enorme multidão sublinhou com palmas entusiastas estas palavras, ditas por um natural da Índia Portuguesa.

Falou em seguida o Consul honorário do Líbano, Senhor Salim Elawar, figura de muito prestígio no nosso meio e que convocou à sua volta neste dia todos os seus compatriotas para afirmarem ao Governo português a sua muita gratidão pela amiga hospitalidade que sempre na Guiné lhes dispensámos.

Disse o Senhor Consul em correcto português:

«Nesta hora de grandes preocupações e incertezas para o povo português, no momento em que as suas fronteiras seculares são ameaçadas por povos que, apregoando pacifismo, só buscam a satisfação dos seus interesses egoístas, os libaneses da Guiné cumprem o dever sagrado da amizade, trazendo até V. Ex.ª, Senhor Encarregado do Governo, a expressão mais sincera da profunda repulsa que lhes causou o pérfido ataque a uma das parcelas ultramarinas da Nobre Nação Lusitana, e precisamente, a um dos marcos mais sublimes da gloriosa história de Portugal: a Índia.

Senhor Encarregado do Governo: nós outros, estrangeiros que vivemos há muitas dezenas de anos na Guiné, somos dos mais qualificados para atestar ao mundo o que tem sido e é a actuação portuguesa nos seus territórios ultramarinos: o espírito de compreensão, de amor, de carinho, civilização, com que são tratados os povos que a acção portuguesa trouxe até ao convívio das nações cultas e faz beneficiar largamente das vantagens do progresso.

Tem sido apontado como uma das características mais evidentes do génio português, a sua tendência universalista que desconhece qualquer diferenciação resultante das latitudes, da côr da pele ou da religião. Todos quantos vivem nesta Guiné podem testemunhar que desde o convívio particular à legislação, não há, não se faz a mais pequena distinção entre metropolitanos, naturais e estrangeiros: vivem todos como irmãos, membros de uma colectividade onde não há ódios ou preconceitos.

O Governador assiste ao desfile de tropas

Senhor Encarregado do Governo: é porque conhecemos a verdade destes factos, porque a praticamos durante um quarto de século nesta Guiné, que o atentado contra a soberania portuguesa na Índia nos comoveu e revoltou. Por isso trazemos até V. Ex.ª a solidariedade dos Libaneses da Guiné, querendo testemunhar a nossa profunda gratidão para com Portugal que desejamos ver sempre mais engrandecido, mais forte e mais feliz, porque do seu engrandecimento compartilharão os povos livres do mundo, da sua força resultará o fortalecimento da Lei, da Justiça e com a sua felicidade serão felizes também os povos que com os Portugueses contactam.

Aceite, Senhor Encarregado do Governo, e digne-se transmitir à Nobre Nação Portuguesa a solidarieddde dos Libaneses da Guiné, apoio modesto que só é valioso pela intenção com que é prestado. VIVA PORTUGAL!».

«A Índia é obra do apostolado dum povo crente e evangelizador e não despojos de rapina conquistados em assaltos de corsários».

Cheio de alma, de patriotismo e de vibração, foi o discurso do Snr. Dr. Jorge Tavares de Sousa, que aqui arquivamos como peça literária do melhor quilate:

«Senhor Encarregado do Governo, Portugueses! Quando há dias chegou até nós, na sua singeleza brutal, a notícia da cobarde agressão aos territórios portugueses da Índia, relíquia sacrossanta da nossa Epopeia Missionária no Oriente, os portugueses da Guiné cujo patriotismo não comporta limitações de raça, de crença ou de cultura,

não fizeram esperar a manifestação da sua repulsa e o testemunho impressionante do seu apoio ao Governo da Nação, nas medidas que tenha de tomar para desafronta da Honra Nacional.

Desde essa hora, todos os portugueses de Aquém e de Além-mar, da terra onde a mão de Deus marcou o berço da nacionalidade até aos mais distantes pedaços de Portugal pelo mundo repartidos, ficaram sabendo que os seus irmãos da Guiné também ardem na mesma chama de indignação patriótica, no mesmo ideal de bem servir e na mesma fé inquebrantável de um Portugal uno e indivisível como o talhara a nossa inata vocação civilizadora cinco vezes secular.

Desde essa hora, a Guiné — marco primeiro da expanso da Fé e do Império em que se consumiram os varões assinalados da era de 500 — mostrou ao Mundo que, embora os continentes e os mares nos separem no seu determinismo geográfico, isso não nos impede de viver unidos como um só homem, na glória e no sonho, na apoteose e na dor... unidos pelas cadeias eternas da língua, das tradições e do culto da Pátria!

... ...

Se as ameaças da jovem República Indiana se concretizarem num ataque militar aos nossos territórios de Goa, será o último argumento, tristíssimo argumento, de quem, não podendo prolongar a discussão no campo da Razão e nos domínios do Direito, recorre cobardemente ao ataque pelas costas para suprir com a força o direito que lhe falta.

Se tal acontecer, de mãos dadas e corações unidos pela presença espiritual da Pátria, numa solidariedade viva no tempo e no espaço, ali iremos todos, como um só, viver um destino que simultâneamente resume as memórias gloriosas da Pátria que tivemos e transcende as contingências ocasionais da hora que passa.

... ...

Senhor Encarregado do Governo: da terra que foi o primeiro baluarte da nossa expansão universalista; do alto deste lugar, que também é Portugal, os portugueses da Guiné pedem a V. Ex.ª se digne interpretar a certeza do seu incondicional apoio e confiança no Governo que há vinte e oito anos nos restituiu o orgulho de ser português e nos trouxe nos braços um Portugal redimido, alto e puro como o souberam criar as gerações de antanho.

VIVA PORTUGAL!».

Teve depois a palavra o Senhor Fernando Correia, Gerente da Sociedade Comercial Ultramarina, que em nome das forças vivas da Guiné e da Associação Comercial disse:

Senhor Encarregado do Governo, Meus Senhores: A voz sentida de milhões de portugueses, unidos e confiantes em volta do Governo Nacional, e de cabeça bem levantada pela razão que lhes assiste, protesta contra a cobarde agressão de que foi vítima o Estado da Índia.

De todo o mundo português chegam notícias patrióticas e espontâneas manifestações de desagravo e de incondicional apoio à política intransigente do Governo da Nação. Nós portugueses da Guiné acompanhamos, francamente e com toda a nossa alma, este geral e bem profundo sentimento de indignação».

... ...

Senhor Encarregado do Governo: Sou, neste grito vibrante do povo, manifestação espontânea e bem sincera, o porta voz das forças vivas da Guiné.

Meus bons compatriotas: Acompanhai-me gritando bem alto o nosso amor à Pátria ofendida: Abaixo a União Indiana! Viva Portugal!, outra vez: VIVA PORTUGAL».

*

* *

O ilustre Presidente da Câmara Municipal, Senhor Tenente Silva Horta, que é também Capitão dos Portos da Guiné, seguiu-se no uso da palavra, endereçando a todos uma exortação calorosa de fé e de esperança.

«Senhor Encarregado do Governo: Não é em meu nome pessoal que venho falar. Por profissão estou pronto a servir a Pátria, onde quer que seja preciso em qualquer momento.

Venho falar-vos, sim, em nome dos Portugueses que em Bissau vivem, que aqui labutam e que, sem distinção de raças, de credos ou de classes, aqui estão reunidos nesta Praça para vos afirmar, Excelência, aquilo que tão bem sabeis, mas que não se cansarão de repetir: que são Portugueses dum Portugal que é um só, embora espalhado por todo o mundo, que são Portugueses que sentem na própria carne a afronta cometida contra um pedaço da sua terra, que como bons portugueses estão prontos a todos os sacrifícios que fôr necessário suportar pela defesa da integridade da sua Pátria.

Um aspecto da Praça do Império

Venho pedir-vos, Excelência, em nome da gente de Bissau, que sirvais de intérprete junto do Governo, do nosso incondicional apoio a todas as medidas que houver que tomar a bem dos superiores interesses da Nação, que lhe digais que estamos com ele, que confiamos nele inteiramente, neste transe difícil da nossa História.

E venho rogar-vos, Senhor, que vos digneis transmitir a nossa mensagem, a mensagem dos portugueses de Bissau, a mensagem dos portugueses desta terra onde Portugal começou há cinco séculos, a sua missão de civilizador e de desbravador de Impérios.

A nossa mensagem de solidariedade para os portugueses da Índia.

Portugueses da Índia! Portugueses dessa terra que ganhámos com o nosso esforço, dessa terra que regámos com o nosso sangue, que nos levou os melhores dos nossos filhos. Portugueses da Índia, contai connosco Portugueses da Índia. Dessa terra que nas trevas do obscurantismo oriental representa, e há-de ser sempre, um farol do espírito da fraternidade cristã! Portugueses da Índia, estamos convosco. As vossas dores são as nossas, os vossos sacrifícios, compartilhá-los-emos. A vossa luta será a nossa luta, pela nossa gente, pela nossa terra, por Portugal!

VIVA PORTUGAL!».

As palavras do Encarregado do Governo

Muito a custo se conseguiu silêncio na praça enorme, onde os nossos clamores punham estremecimentos patrióticos no monumento do Esforço da Raça, recortado no fundo da noite por potentes reflectores de luz indirecta.

Quando a multidão acalmou os seus entusiasmos, teve a palavra Sua Excelência o Encarregado do Governo, Peixoto Nunes, que assim falou ao povo da Guiné:

«Minhas Senhoras, Meus Senhores: Ao Governo da Província é deveras grato assistir a mais esta espontânea manifestação de repulsa e indignação pelo vil atentado que está sendo cometido contra a soberania portuguesa no Estado da Índia, por uma horda de mercenários e traidores de tendência comunista, encobertos com o sugestivo título de «libertadores», sob a protecção de uma nação estrangeira que hipòcritamente se apresenta ao Mundo como pacifista.

Em nome do Governo da Nação, cuja acção é de vós todos bem conhecida, agradeço o vosso incondicional apoio e ficai cientes que ele fará tudo, mas tudo, quanto estiver ao seu alcance para manter a integridade nacional nesta época cruciante em que povos ambiciosos, ou melhor, agitadores internacionais, não respeitam os legítimos direitos alheios, servindo-se de meios mais do que conhecidos.

O número de traidores armados é deminuto em relação à população e a prova teve-a agora o Governo da União Indiana como resposta à sua afirmação de que os «libertadores» de Dadrá tiveram o «apoio maciço da população local», com a retomada, em 29 de Julho, da povoação de Neroli, no enclave de Nagar Aveli, onde nem sequer existiam tropas regulares nem possibilidades de para ali serem enviadas.

Chefes indígenas após os cumprimentos ao Governador

À colónia libaneza eu quero também agradecer, em nome do Governo da Nação, as lisongeiras palavras proferidas pelo seu digno Cônsul nesta Província.

Portugueses da Guiné! A Pátria não está em perigo, mas está sendo ultrajada em uma parcela do território nacional e se ela de nós necessitar impõe-se que respondamos que estamos prontos para a sua defesa e saibamos regar com o nosso sangue a terra que para nós é sagrada, como fizeram os nossos Maiores.

Terminando, a todos peço que me acompanhem em uma saudação e em seguida entoaremos o Hino Nacional como prova de união de todos os presentes sem distinção de política, de raça ou de religião. VIVA PORTUGAL».

Os portugueses da Índia e o Governo podem contar com o patriotosmo e a solidariedade firme dos portugueses da Guiné. Ali o afirmámos bem alto e sem temores. Venha de onde vier, o perigo encontra-nos sempre prontos. E a enorme multidão debandou da vasta Praça, levando nos lábios uma canção e nos olhos uma esperança. A Índia será sempre Portuguesa, por vontade dos homens e por graça de Deus»

* * *

A Mocidade Portuguesa, estando presente Sua Excelência o Encarregado do Governo, as entidades oficiais e muito povo, com as honras devidas, depôs um ramo de flores no monumento ao Esforço da Raça, erigido na Praça do Império, desta cidade, como protesto contra o atentado à soberania portuguesa praticado no Estado da Índia.

*

*   *

Por iniciativa de uma comissão de indo-portugueses, realizou-se pelas 11 horas, do dia 22 de Agosto, na igreja catedral, um solene «Te-Deum», a que se dignou assistir Sua Excelência o Governador da Província, Comandante Diogo de Mello e Alvim. Apesar da chuva inclemente e persistente, o templo encheu-se por completo, estando presentes todas as autoridades locais, Juiz da Comarca, Comandante Militar, Chefes de Serviço, Consules da Bélgica e do Líbano, Administradores de Circunscrição vindos propositadamente do interior, muitas senhoras e uma representação do Asilo de Bór.

A cerimónia, que teve a presidi-la Sua Revm.ª o Prefeito Apostólico, foi para agradecer à Providência todos os benefícios do Céu concedidos à Pátria Portuguesa e o facto de se haver frustado, no passado dia 15, a anunciada marcha sobre Goa. Antes do Te-Deum o Prefeito Apostólico disse uma magnífica alocução em que enalteceu as admiráveis virtudes do povo português, que nas horas de perigo não desmente nunca o seu patriotismo e o seu inquebrantável amor à terra.

No final da cerimónia duas senhoras indo-portuguesas depositaram lindos ramos de flores aos pés de Nossa Senhora da Conceição, Padroeira da Nação e da Catedral de Bissau.

*

*   *

Por motivo dos sobressaltados acontecimentos na Índia Portuguesa, a Delegação da Guiné da Sociedade Histórica da Independência de Portugal dirigiu à sua congénere de Lisboa o seguinte telegrama:

«Nesta hora de elevada exaltação patriótica em que está em jogo a nossa dignidade de povo livre e independente, agradeço V. Ex.ª transmitir ao Governo da Nação a nossa inteira solidariedade e melhor fé nos destinos de Portugal e no espírito heróico dos companheiros de ideais que no solo sagrado da querida Índia, à sombra da Bandeira das quinas e da Cruz de Cristo defendem a integridade do património nacional, uma vigorosa afirmação de vitalidade e soberania, luta e coragem como outrora fizeram os heróis da ocupação das províncias africanas.

A Índia Portuguesa é, na confluência de duas culturas, a mais gloriosa afirmação de Portugal como país missionário e civilizador e todos como um, unidos no ideal da Pátria, numa unanimidade de sentimentos e aspirações, estamos prontos a todos os esforços e sacrifícios para que ela continue como inseparável glória de Portugal».

Melhoramentos Públicos

Para continuação do desenvolvimento e progresso citadinos foi concedido à Câmara Municipal de Bissau o importante subsídio de 2.360 contos para a asfaltagem das avenidas «Teixeira Pinto» e «Marginal».

Foi esta obra, em regime de empreitada, adjudicada à firma A. Parente & C.ª, que já iniciou os trabalhos.

*

*   *

Já se encontra completa a segunda fase do estudo da electrificação da cidade de Bissau — Luz Pública — cujo concurso foi aberto ao mesmo tempo na Província e em Lisboa, esperando-se que esta realização, conjuntamente com o aumento do caudal de água de que a Câmara já ensaiou alguns pormenores técnicos, venham a satisfazer as duas grandes aspirações dos munícipes de Bissau — ter luz e água abundantes — por serem elementos indispensáveis ao conforto, higiene e saúde.

Pela firma J. da Silva Paralta foi estabelecida uma carreira marítima entre Bissau e Enxudé ocm duas viagens diárias, iniciativa esta que veio atenuar as grandes dificuldades de comunicações com o sul da Província, especialmente na quadra pluviosa.

Informações diversas

Quando da passagem pela Guiné de Sua Excelência o Presidente da República, no regresso a Lisboa, S. Ex.ª o Governador enviou a Sua Ex.ª o Ministro do Ultramar os seguintes telegramas:

«Peço respeitosamente V. Ex.ª se digne transmitir a Sua Ex.ª o Senhor Presidente da República a nossa mensagem:

«A Guiné inteira vive sob a emoção da extraordinária jornada que Vossa Excelência acaba de realizar às Províncias de S. Tomé e Príncipe e Angola num grande abraço que reuniu a dispersa família portuguesa no tão querido lar paterno. No momento que Vossa Excelência sobrevoa esta Província não podemos calar a infinita satisfação *que nos vai na alma ao saudar V. Ex.ª e Sua Ex.ma Esposa com ardentes votos do mais feliz regresso de tão notável e histórica viagem.»*

A Sua Excelência o Ministro do Ultramar:

«Intérprete sentimentos gerais endereço a V. Ex.ª as mais calorosas felicitações pelo assinalado êxito alcançado nas visitas a S. Tomé e Angola, com votos de felicidades no regresso e respeitosos cumprimentos a V. Ex.ª e vossa Ex.ma Esposa».

De bordo do avião presidencial endereçou Sua Ex.ª o Ministro do Ultramar ao Governo da Província o telegrama que se segue:

«Sua Excelência o Presidente sobrevoou Bissau, tendo gostado do aspecto da cidade, do porto e do aeroporto e espera no próximo ano visitar a Província. Envia as melhores saudações para V. Ex.ª e toda a população».

Lar de Santa Isabel

Visita de S. Ex.ª o Governador à Escola da Missão Católica de Bissau

7/7/954

Sua Excelência o Senhor Governador da Província, acompanhado pelo Prefeito Apostólico, visitou a escola da Missão Católica de Bissau, sendo recebido pelos Professores e pelos 120 rapazes que a frequentam da parte da manhã, ao som da Portuguesa.

Esta presença do Senhor Governador na Escola Missionária, revestindo, embora, forma simples, quase caseira, ultrapassou no entanto o âmbito duma vulgar formalidade, pois vinca mais e mais a solicitude que Sua Ex.ª tem dedicado às escolas missionárias, encorajando e apoiando a sua Direcção e destinando fundos substânciais para novas construções no mato e em Bissau.

*

* *

5/7/954

Sua Ex.ª o Governador, Comandante Mello e Alvim embarcou em princípios de Julho no aeroporto de Bissalanca, num dos aviões do Governo da Província, para Dakar, donde seguirá para Lisboa, a fim de ali conferenciar com Sua Ex.ª o Ministro do Ultramar sobre vários problemas de interesse para a Província.

Estamos certos que esta deslocação trará largos benefícios para a economia da Província, dado o vulto das obras em equação e o seu alto valor económico, que Sua Ex.ª o Governador pretende resolver junto do Governo Central.

*

* *

Sua Excelência o Governador, regressou à Província em 1 de Agosto da sua viagem a Lisboa, onde conferenciou com S. Ex.ª o Ministro do Ultramar.

Devido ao mau tempo Sua Ex.ª teve que fazer a viagem por Bathurst e Zinguichor e desta última por via terrestre para Bissau.

Ao encontro de Sua Ex.ª seguiram até Bissorã, Sua Ex.ª o Encarregado do Governo, acompanhado do Chefe do Gabinete, Sr. Joaquim A. Oliveira.

Por motivo da passagem do quarto aniversário da tomada de posse de Sua Ex.ª o Ministro do Ultramar, S. Ex.ª o Governador da Guiné, enviou a Sua Ex.ª o seguinte telegrama:

«A Província da Guiné não pode esquecer o quarto aniversário da posse de V. Ex.ª na pasta do Ultramar, desejando a continuação no desempenho, por largos anos, tão altas funções com ardentes votos de boa saúde e maiores felicidades pessoais.

Digne-se V. Ex.ª aceitar ainda a expressão das minhas mais rendidas homenagens».

Joaquim A. de Oliveira
Chefe da Repartição do Gabinete
e
Joaquim A. Areal
Secretário do Centro de Estudos

ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Rendimentos Aduaneiros

Os réditos arrecadados pelas Casas Fiscais da Província durante o 2.º trimestre de 1954, foram os que abaixo se discriminam:

RECEITAS ORÇAMENTADAS:

Direitos de importação	2:975.970$00
Adicional aos direitos de importação...	687.575$00
Direitos de exportação	3:153.589$00
Adicional aos direitos de exportação...	315.361$00
Direitos de nacionalização	—
Contribuição predial rústica	2:831.326$00
Contribuição industrial	665.719$00
Imposto de selo...	142.429$00
Imposto de tonelagem...	23.325$00
Multas - Parte pertencente à Fazenda...	1.768$00
Receitas eventuais...	—
Armazenagem	12.050$00
Produto de leilões...	1.981$00
Emolumentos gerais aduaneiros...	1:209.902$00
Venda de impressos	31.227$00
Emolumentos sanitários	—
Taxas de licença de exportação e reexportação...	918.811$00

Comparticipações para o pessoal:

Emolumentos internos e externos	114.436$00
Multas e outras comparticipações em receitas provenientes do Contencioso Aduaneiro	1.719$00
Adicional de 1/4 ad-valorem s/a importação por Bissau...	354.386$00

1% ad-valorem s/toda a importação e exportação...	1:063.971$00
1% ad-valorem s/toda a importação...	350.725$00
Receita do Concelho Técnico de Agricultura...	626.756$00
Sobretaxas para conservação de estradas e pontes...	235.973$00

OPERAÇÕES DE TESOURARIA:

Imposto municipal...	552.278$00
Emolumentos consulares...	2.850$00
Receitas de Junta de Exportação do Café Colonial...	165$00
Taxas do Tráfego...	958.495$00
Total ...	17:232.787$00

Os mesmos foram arrecadados pelas diversas Casas Fiscais da Província, nos seguintes quantitativos — Valores em escudos:

Alfândega de Bissau...	16:946.309
Delegação Aduaneira de Bolama...	161.857

Posto de despacho de:

Cacheu...	8.540
Farim...	40.857
Bafatá...	52.494
Cacine...	1.949
S. Domingos...	20.781

Fundo Cambial

O movimento do fundo cambial, orientado pelo Comissão Regulamentadora de Transferências, relativo ao 2.º trimestre de 1954, foi o que se segue:

Saldo que transitou do trimestre anterior...		5:410.274$13
Cambiais arrecadadas em:		
Abril...	9:843.103$60	
Maio...	14:634.157$72	
Junho...	15:391.318$05	39:868.579$37
Soma ...		45:278.853$50

Cambiais distribuidas em:		
Abril...	8:645.473$43	
Maio...	9:230.583$89	
Junho...	10:586.973$09	28:463.030$41
Saldo que passa para o trimestre seguinte...		16:815.823$09
Soma ...		45:278.853$50

A distribuição das cambiais neste período, no montante de 28.463 contos, foi a seguinte:

	CONTOS
Para mesadas às famílias dos Funcionários Públicos e Particulares	145
Para funcionários e particulares por motivo de saída e outros atendíveis...	10
Para os Serviços de Fazenda e Contabilidade para o pagamento de encargos na Metrópole e outras Províncias Ultramarinas...	1:329
Para Serviços Militares...	261
Para os Serviços dos C. T. T. ...	193
Para outros Serviços Públicos da Província...	611
Para o Banco Nacional Ultramarino para pagamento de letras s/o comércio e respeitante a mercadorias importadas com intervenção bancária:	
a) — De origem nacional...	17:035
b) — De origem estrangeira...	6:418
Para o comércio para pagamento de mercadorias importadas sem intervenção bancária...	2:461
Soma ...	28:463

Caixa de Tesouro

Durante o 2.º trimestre de 1954 o movimento de valores da Caixa de Tesouro, foi o que segue, expresso em contos:

Saldo do trimestre anterior:		
Em papeis de crédito...	100	
Em joias e outros valores...	13	
Em valores selados...	17.614	
Em metal e notas...	47.281	65.008

Entrada:

Em valores selados ...	115		
Em metal e notas...	55.205	55.320	120.328

Saída:

Em valores selados ...	119	
Em metal e notas...	37.601	37.720

Saldo que transita para o trimestre seguinte:

Em papeis de créditos. ...	100		
Em joias e outros valores...	13		
Em valores selados ...	17.610		
Em metal e notas ...	64.885	82.608	120.328

Banco Emissor

A situação financeira do Banco Nacional Ultramarino em 30 de Junho era a seguinte:

Activo

Dinheiro em cofre ...	41:889.507$35
Carteira Comercial ...	2:499.383$75
Empréstimos diversos...	76:762.422$95

Passivo

Depósitos à ordem ...	18:970.286$72

A circulação fiduciária foi neste trimestre, por meses a seguinte:

Abril ...	50:432.736$00
Maio ...	48:280.786$00
Junho ...	41:944.436$00
Média da circulação no 2.º trimestre de 1954...	46:885.986$00

O balancete apresentado pela mesma Filial referente a 30 de Junho de 1954, acusa os seguintes quantitativos:

Activo

GARANTIAS DE LIQUIDABILIDADE:

Reserva monetária ...	36:666.000$00	
Moedas correntes ...	16:144.102$45	
Letras descontadas sobre a praça, a menos de seis meses ...	1:637.040$90	
Letras descontadas s/a praça em poder dos correspondentes ...	—	
Letras descontadas em carteira comercial ...	862.342$85	
Sede — Reserva de liquidabilidade ...	16:250.000$00	
Carteira de títulos ...	3:140.000$00	
Devedores gerais a menos de seis meses...	52:314.723$35	
C/C e empréstimos caucionados, a menos de seis meses ...	24:447.699$60	
Agentes correspondentes ...	222.687$03	
Fundo cambial ...	16:815.823$09	168:500.419$27
Valores de conta alheia...	3:322.010$05	
Valores de conta da Sede e Dependência...	12:502.808$00	
Valores em conta com o Tesouro...	82:608.020$61	
Diversas contas ...	210:758.027$09	309:190.865$75
Soma ...		477:691.285$02

Passivo

CRÉDITOS EXIGÍVEIS A PRONTO:

Emissão de notas e cédulas...		110:119.386$00
Notas e cédulas em caixa...	28:767.950$00	
Notas e cédulas para inutilizar...	27:692.000$00	
Notas inutilizadas remetidas à Sede...	11:715.000$00	68:174.950$00
Circulação ...	41:944.436$00	
Depósitos à ordem...	18:970.286$72	
Letras a pagar...	31.911$64	
C/C e emprestimos caucionados-Saldo credores ...	27.381$85	
Credores gerais, a menos de seis meses...	90:417.018$90	
Agentes correspondentes ...	88.033$53	

Fundo cambial:

Outras contas ...	16:815.823$00	168:294.891$73
Tesouro Público-Conta corrente...		82:608.020$61
Diversas contas ...		226:788.372$68
Soma ...		477:691.285$02

Finanças Públicas

A receita que a Fazenda arrecadou durante o 2.º trimestre de 1954, acha-se assim descriminada:

Total geral ...	33:746.257$00
Impostos directos gerais ...	10:501.246$00
Impostos indirectos ...	8:201.146$00
Industriais em regime tributário especial...	865.724$00
Taxas — Rendimentos de diversoos Serviços...	2:562.071$00
Domínio Privado, empresas e industrias do Estado — Participações e lucros ...	218.111$00
Reembolsos e reposições...	176.818$00
Consignação de receitas ...	6:921.141$00
Receita extraordinária ...	4:300.000$00

E a despesa assim:

Total geral ...	25:375.356$00
Dívida da Província ...	2:289.710$00
Governo da Província e Representação Nacional...	132.669$00
Aposentados, Jubilados e Reformados...	591.075$00
Administração Geral e Fiscalização...	7:012.121$00
Serviços de Fazenda e Contabilidade...	791.695$00
Serviços de Justiça ...	74.606$00
Serviços de Fomento ...	1:640.712$00
Serviços Militares ...	1:725.813$00
Serviços de Marinha ...	487.563$00
Encargos Gerais ...	8:525.437$00
Exercícios Findos ...	30.117$00
Despesas Extraordinárias ...	2:073.838$00

Caixa Económica Postal

As operações realizadas pela Caixa Económica Postal durante o 2.º trimestre de 1954, acham-se assim discriminadas:

	NÚMEROS	ESCUDOS
Depósitos arrecadados durante o trimestre ...	1.367	1:785.728$80
Em cadernetas existentes ...	1.292	1:657.027$50
Em cadernetas emitidas ...	75	128.701$30
Reembolsos pagos durante o trimestre ...	882	1:309.630$80
Juros recebidos durante o trimestre ...		130.873$30
Juros pagos durante o trimestre ...		2.349$70
Cadernetas em circulação-Saldo conta de «Titulares»...		4:785.425$63

Valores totais da Caixa em 30-6-954:

Em dinheiro ...		124.424$08
Em depósito no Banco Nacional Ultramarino...		388.500$00
Fundo permanente nas Delegações...		18.000$00
Empréstimos caucionados por hipotecas...		888.882$80
Empréstimos por letras a particulares...		224.678$12
Adiantamentos a funcionários ...		4:298.745$70
Fundo de reserva ...		737.847$17
Devedores e Credores ...		405.346$00
Reembolsos totais pagos durante o trimestre...	13	112.492$00

A situação da Caixa Postal em 30 de Junho era a seguinte:

Activo

Numerário em cofre ...	124.424$08
Numerário nos Bancos ...	388.500$00
Empréstimos caucionados por letras ...	224.678$12
Empréstimos hipotecários ...	888.882$80
Empréstimos com fiadores ...	4:298.745$70

Passivo

Depósitos à ordem ...	4:853.102$23
Depósitos a prazo ...	164.842$00

Indústria

A actividade industrial da Província foi durante o 2.º trimestre de 1954, a seguinte:

DESCASQUE DE ARROZ: (Toneladas)

Meses	Arroz em casca	Arroz descascado	Farelo
Abril	260.572	257.628	36.438
Maio	255.026	170.965	20.240
Junho	129.441	71.146	11.186

FÁBRICA DE ÓLEOS A. FIGUEIRA & C.ª, L.da

Designação	Unidade	Abril	Maio	Junho
Óleo de mancarra...	Litros	2.715	5.638	114.759
Óleo de coconote	Quilos	..	..	761
Resíduos de mancarra...	»	..	95.504	80.000
Resíduos de coconote	»	..	..	..

REFRIGERANTES

Produtos	Unidades	Abril	Maio	Junho
Gêlo	Quilos	9.500	10.340	..
Sorvete	»	15,750	17,750	16,850
Laranjadas	Garrafas	6.768	6.312	4.652
Limonadas	»	8.592	8.592	4.872
Ananaz	»	288	120	144
Groselha	»	1.656	360	288
Morango	»	1.032	1.008	..
Soda	»	1.344	1.488	672
Xaropes diversos	»	..	24	..

O Chefe da Secretaria
Zeferino Monteiro de Macedo
3.º Oficial

NOTAS E INFORMAÇÕES

Novos membros

Por portaria de 19 de Maio de 1953 foi nomeado Membro residente do Centro de Estudos ANTÓNIO DA CUNHA TABORDA

Por portarias de 30 de Abril e 16 de Junho de 1950 foram nomeados Membros Residentes do Centro de Estudos respectivamente, os Senhores ALEXANDRE A. M. BARBOSA, chefe das Oficinas da Imprensa Nacional, FERNANDO RODRIGO BARRAGÃO, funcionário do Quadro Administrativo e Engenheiro Agrónomo AMILCAR LOPES CABRAL.

Brigada Fitossanitária da Guiné

Tratamento preconizado para o combate aos insectos que atacam a mancarra armazenada

(ESQUEMA)

I — Tratamento para o combate aos insectos picadores-sugadores que atacam a mancarra no campo ou nos cercos.

1 — Após o arranque deixar a mancarra a secar no solo, em pequenos montes, o máximo 5 dias.

2 — Colocá-la em seguida em «bentens» relativamente elevados — 1,20 a 1,50 m — em camada pouco espessa para permitir uma melhor ventilação. Convém colocar os frutos para a parte interior do monte a fim de ficarem abrigados da acção de agentes exteriores.

3 — Quando os ataques forem muito intensos, no campo ou nos cercos, é conveniente o uso de armadilhas de palha húmida, que se queimam posteriormente, ou a aplicação de pós insecticidas à base de isómero gama do BHC.

NOTA — Estes insectos são hemípteros *Lygaeidae* dos géneros *Aphanus* e *Dieuches*.

II — Tratamento para combate aos insectos (coleópteros) que atacam a mancarra armazenada.

CERCOS:

1 — Limpar cuidadosamente o local onde se vai fazer o cerco. Fazer uma aplicação de cal quando haja possibilidade.
2 — Polvilhar o mesmo local, no momento em que começa a entrada da mancarra no cerco, com um pó insecticida com 0,5% de isómero gama BHC.
3 — Polvilhar por camadas, à medida que a mancarra vai entrando no cerco, com um pó insecticida com 0,5% de isómero gama do BHC. Deve-se polvilhar sempre a última mancarra entrada em cada dia.

ARMAZÉNS

1 — Limpar cuidadosamente o armazem (chão, paredes e telhado). Fazer uma aplicação de cal quando haja possibilidade. (A limpeza deve-se estender igualmente ao exterior).
2 — Pulverizar o chão, as paredes e o telhado com uma solução a 6-8% de DDT ou de BHC 50%. (Convém em determinados casos estender a pulverização ao exterior).
3 — Polvilhar o chão do armazém, no momento da entrada da mancarra, com um pó insecticida com 0,5% de isómero gama de BHC.
4 — Polvilhar, por camadas, à medida que a mancarra vai entrando no armazém, com um pó insecticida com 0,5% de isómero gama do BHC. Deve-se polvilhar sempre a última mancarra entrada cada dia.
5 — Polvilhar com relativa frequência, e com o mesmo pó, a camada superficial do monte da mancarra.
6 — Retirar do armazém, para exportação, a primeira mancarra nele entrada (e não a última).
7 — Expurgar a mancarra, quando hajam ataques intensos de insectos, com o fumigante brometo de metilo nas seguintes doses por metro cúbico:

sob coberto (sacos)	48g/m³	24 horas
porão de barcaça (granel)	32g/m³	24 horas
Câmara de expurgo (pressão atmosférica)	24g/m³	24 horas
Câmara de expurgo (vácuo)	80g/m³	2 horas

NOTA — As principais espécies que atacam a mancarra armazenada são: *Pachymerus acaciae* (bicho preto da mancarra), *Tribolium confusum*, *Tribolium castaneum* e *Oryzaephilus mercator*.

J. C. F.

LIVROS E PUBLICAÇÕES

O *Aldeamento como meio de combate ao nomadismo do Fula da Guiné Portuguesa*, por Dr. A. de Sousa Franklin — Separata do Vol. III da revista da Escola Superior Colonial. Lisboa 1953.

Afigura-se-nos estranho que o A. tendo vivido, como diz, alguns anos na Guiné, onde desempenhou o cargo de Chefe de Posto na região dos fulas, venha mostrar neste seu trabalho um desconhecimento quase absoluto do modo de vida e da psicologia desse povo.

Pretende o A. que os fulas vivem numa fase de semi-nomadismo (pag. 19) e aponta como facto que o levará a sedentarização a satisfação das suas necessidades, libertando-o do determinismo antropogeográfico (págs. 19-20). Além da sonoridade da frase, nada de verdadeiro ou concreto ela encerra.

Com efeito, as causas motivas que o A. aponta do semi-nomadismo dos fulas — falta de pastos, preparação de novos campos de mancarra, ânsia de chefia, questões com tabancas vizinhas, prepotência dos régulos, superstições e simples desejo de mudar de ambiente — são comuns a todos os povos da África Negra e não determinam nesses outros qualquer espécie de nomadismo.

Aquela vagabundagem que o A. *surpreendeu* nos fulas, não existe, e isso leva-nos a lastimar tantas palavras perdidas, tanto papel desperdiçado e tantos autores citados no texto. Ela é tão real, como a temperatura média anual de 40° centígrados que o A. nos diz ser a da Guiné!

Se se disser que os fulas da Guiné estão na fase de nómadas sedentarizados, caracteriza-se com precisão o seu estádio evolutivo, e as razões do seu anterior nomadismo não são as que o A. aponta, mas derivam do facto de eles serem relativamente recentes na Guiné, onde entraram como conquistadores. Como é geralmente sabido, os fulas não são originários da chamada África Negra e após a sua relativa fixação nas margens do Niger e assimilação do maometanismo progrediram em diversas regiões, subjugando-as militarmente e de tal sorte que, nalgumas não faziam cativos. Vivendo em lutas constantes com os povos que habitavam as diversas regiões que pretendiam conquistar, é lógico que nelas se não fixassem.

Estabilizadas as diversas raças pelo predomínio político do «branco», os fulas estabilizaram-se e como foram os últimos a ser vencidos — falando no conjunto da

raça e não no caso particular dos fulas da Guiné — é natural que tenham sido os últimos a sedentarizar-se.

Nos anos de grandes secas, muito raros na Guiné, não só alguns fulas como outros de outras raças — mudam-se para regiões mais próximas da água, mas este facto não basta para caracterizar um povo como semi-nómada.

É com verdadeiro espanto que lemos que os fulas desconhecem o sistema rotativo de culturas quando, em boa verdade, o praticam com mestria. É certo que eles depauperam a terra com a cultura da mancarra, cultura que em todo o mundo é considerada prejudicial para o solo — visto que implica o corte da vegetação que o protege, donde resulta a erosão. Chamamos a atenção do A. para os trabalhos do Eng. Amílcar Cabral, publicados e a publicar neste Boletim, onde o problema da rotação das culturas, dos pousios e das queimadas na Guiné vem sendo estudado com ponderação e elementos sérios.

Para se ver como o A. conhece a Guiné só muito superficialmente, basta ler-se o que escreveu a págs. 12, àcerca dos empréstimos que o indígena contrai com comerciantes libaneses e sírios. Há a notar que na Guiné não existem sírios, mas únicamente libaneses e que os tais empréstimos são realizados por comerciantes libaneses e portugueses, indistintamente.

Diz o A., por diversas vezes, v. g. a pags. 18, que o instinto gregário do fula encontra na ocupação das bolanhas um excelente motivo de fixação. Ora, deve saber o A. que os fulas não se dedicam à cultura do arroz ligando pouca importância a essa actividade e, quando o cultivam, é, no geral, de sequeiro.

Cumpre ainda fazer notar que o A. confunde, frequentes vezes, o termo «bolanha» com «lala», pois a pag. 11 diz que bolanhas «são terrenos alagadiços ou fortemente húmidos onde habitualmente é feita a cultura do arroz». Bolanha é o terreno alagadiço onde se cultiva o arroz e lala é todo o terreno alagadiço onde nada se cultiva.

O fenómeno da pulverização de tabancas, de que o A. fala, é característico de todos os povos que passaram recentemente da fase nómada à sedentária; mas ele é transitório porque, uma vez nascidas as necessidades que a civilização impõe, o homem vê-se forçado, para satisfazê-las, a agrupar-se e não a dividir-se. Este facto pode verificar-se entre todos os povos da África Negra e, designadamente, nos fulas. É verdade que há medidas que podem acelerar ou retardar a constituição desses grandes aglomerados mas, enquanto a economia indígena se bastar na agricultura, elas não são viáveis nem aconselháveis.

A. A. S.

Empleo de las lenguas vernáculas en la enseñanza. Monografia da Unesco. Paris 1954.

O problema do ensino das línguas indígenas nos territórios ultramarinos portugueses, conquanto não debatido em público, parece ter sido posto inteiramente de parte, dedicando-se créditos mais ou menos vultosos únicamente ao ensino do Português.

Será de aconselhar tal sistema ou antes, pelo contrário, será preferível que o ensino seja ministrado nas diversas línguas indígenas?

Todos os colonialistas portugueses que se têm pronunciado sobre o assunto — embora só superficialmente — votam pelo ensino único e exclusivo do português. O Professor Marcelo Caetano, o actual Ministro do Ultramar e, recentemente, o General Norton de Matos no seu livro «Nação Una», para só citar os mais conhecidos, são unânimes em defender o ensino do português, com exclusão das línguas vernáculas.

Por outro lado, muitos colonialistas franceses e ingleses pronunciam-se abertamente pelo ensino em vernáculo.

A História ensina-nos que a imposição de uma língua gera atritos sem conta e retarda o desenvolvimento literário e artístico do povo a quem é imposta essa língua.

Para ilustrar o que dizemos, basta ter-se em conta o que, já em nossos dias, sucedeu com a Polónia sob o jugo Czarista, onde foi proibido o ensino de outra língua que não fosse o russo. Nas diversas regiões da própria Russia, assistiu-se à proibição do ensino das línguas não russas, o que impediu o desenvolvimento literário dessas diversas regiões. Posteriormente, permitiu-se o ensino nas línguas indígenas e o resultado foi o aparecimento de surtos literários de relativa importância.

A tese portuguesa, no momento actual, é a de que devem ser postas de parte as línguas nativas para só se ensinar o português, ficando o ensino dos indígenas a cargo das Missões Católicas, segundo o disposto no Acôrdo Missionário resultante da Concordata.

Não concordamos com o primeiro enunciado da tese mas, mesmo que o aceitássemos, cairíamos na impossibilidade de atingir o objectivo desejado — o do ensino dos indígenas — porque as Missões Católicas não dispõem de dinheiro, nem de pessoal suficiente para ensinar um por cento dos habitantes da África Portuguesa.

E a verdade é que, como judiciosamente escreve o autor do prefácio da monografia «Emprêgo das línguas vernáculas etc.», «Consideramos como um axioma, o princípio de que cada criança em idade escolar deve frequentar a escola e de que cada analfabeto deverá receber o ensino da leitura escrita».

É verdade que a multidão de línguas desprovidas de forma escrita impede que se atinja o objectivo enunciado, designadamente na Guiné Portuguesa, onde só Fulas e Mandingas possuem escrita própria. Mas, desde que se encarasse o problema com realidade, esse facto só podia dificultar o ensino nas línguas vernáculas e nunca impedi-lo por completo.

Existem na África Britânica 369 línguas, segundo se pode ver na publicação do International African Institute, «L'emploi des langues vernaculaires comme véhicules de l'enseignement à l'école et en dehor de l'école: territoires britanniques; Paris 1951».

Em todo o continente, deve ultrapassar o número de mil as línguas faladas, das quais podemos considerar de transição, o creôlo, o pidgin inglês, o afrikander e o lingala do Congo Belga, para só nos referirmos às mais importantes.

A preparação de pessoal docente para o ensino de todas estas línguas é facto que transcende as possibilidades actuais dos povos civilizadores mas a verdade é que, geralmente transcende essas possibilidades a generalização efectiva do ensino seja em que língua fôr. Poder-se-ia, talvez, seguir o sistema inglês de iniciar o ensino

vernáculo só entre línguas de certa projecção literária — no caso da Guiné em fula ou mandinga — e gradualmente estendê-lo às outras línguas.

Poderá objectar-se que o ensino em língua indígena e em língua da nação colonizadora, viria fomentar descriminações raciais, como informa a monografia de que tratamos, citando o Journal Officiel de la République Française, 1951, n.º 451, onde se pode ver que todas as experiências realizadas foram acolhidas friamente, com temor de ser um princípio de descriminação racial.

Esse temor desapareceria se, nos locais onde se realizaram as experiências, fossem simultâneamente abertas escolas de ensino vernáculo e da língua francesa.

Informa a monografia, a páginas 21, o que é menos verdade, que nos territórios africanos portugueses se usa oralmente a língua vernácula no ensino da língua oficial. A verdade é que, excepto em Cabo Verde e na Guiné, em que o ensino se socorre do creólo como língua veícular, nas outras Províncias usa-se o português, como ensino, e só ele.

A leitura da monografia, proveitosa a todos os títulos para quem se dedica ao estudo dos problemas humanos, oferece um manancial inesgotável de informações sobre os sistemas usados em todo o mundo no ensino das línguas indígenas francas, nativas, oficiais, regionais, creôlas, etc., ao mesmo tempo que nos dá conta das experiências realizadas e, sobretudo, da imensidade do caminho a percorrer.

Seria curioso que os estudiosos destes problemas viessem a público debater as vantagens ou desvantagens do ensino das línguas vernáculas (línguas dos povos que vivem social e politicamente dominados por outros que falam uma língua diferente). A leitura da monografia em questão fornece material de primeira ordem para quem queira estudar o problema do ensino em África; recomendamo-la, pois, aos estudiosos.

A. A. S.

Obras entradas na Biblioteca do Museu durante o trimestre

Oferta de livros

Dos Autores:

- *Aldeamento (O) como meio de combate ao nomadismo do fula da Guiné Portuguesa,* por Franklin (A. de Sousa)
- *Primeira (A) missão dos Capuchinhos em Cabo Verde,* por Faria (Francisco Leite de)
- *Novas Achegas para a História da exploração das Minas do Monomotapa,* por Boléo (José de Oliveira)
- *Guia Prático para a aprendizagem das línguas Portuguesa e Omumbuim,* por Maia (Padre António da Silva)

Da Agência Geral do Ultramar:

- *Colecção de Acordãos doutrinários do Conselho Superior de Disciplina do Ultramar*
- *Roteiro do Oriente,* por Oliveira (Barradas de)

Do Instituto de Estudos Africanos, Madrid:

- *Capacidad mental del Negro,* por Gonzalez (Beato) Ulloa (Ramon V.)
- *Selva (La) virgen de Guinea y sus variantes* — Resumen geobotanico por Corella (Luis Baguena)
- *Primera Contribución al conocimiento de las maderas de la Guinea Continental Española,* por Martin (Luciano Gonzalez)
- *Estudios petrogenitico de los volcones del Golfo de Guinea,* por Casas (J. M. Fuster)
- *Estudio epidemiologico y clinico de la endemia de lepra en la Guinea Española,* Dominguez (Victor Martinez)

Da Comissão Reguladora do Comércio de Arroz

- *Documentação sobre o arroz — Lista Mundial, preliminar de organismos e periódicos*

Gold Coast Education:

- *Language and language teaching,* por Grieve (D. W.)

Do Governo de Macau:

- *Resumo das Actas da Comissão de Valorisação das Ilhas da Taipa e Coloane,*
- *Arte chinesa,* por Gomes (Luis G.)

Da Imprensa Nacional de Cabo Verde:

- *Problema (O) Alimentar em Cabo Verde,* por Sousa (H. Teixeira de)

Do Institut Français d'Afrique Noire — Dakar

- *Brèves instructions a l'usage des bibliothécaires-archivistes das les cercles de l' A. O. F.,* por Verdat (Marguerit)
- *Monographie des Landolphies,* por Pichon (M.)

Do Instituto Joaquim Nobuco: (Brasil)

- *Cultos Afrobrasileiros do Recife,* Ribeiro (René)

Da Chambre de Commerce Franco-Portugaise:

— *France-Portugal — Guide du commerce avec le Portugal et ses provinces d'Outre-mer*

Do Museu Nacional do Rio de Janeiro:

— *Sucessivas (As) faunas de mamíferos terrestres no Continente Americano,* por Couto (C. de Paula)
— *Contribuição ao conhecimento da história da zoogeografia do Brasil,* por Feio (José Lacerda de Araujo)

Da Liga Portuguesa de Profilaxia Social:

— *Combate (O) às moscas e mosquitos transmissores de muitas e graves doenças*

Da Unesco:

— *Empleo de las lenguas vernáculas en la enseñanza*

Da University of California Press:

— *Sexual (A) reproduction in the Colonial Ascidian Metandrocarpa Tay-Lori Huntsman,* por Abbot (Donald P.)
— *Study (A) tectonic Style structural investigation of a marble-quartzite complex in Southern California,* por Weise (L. E.)
— *Upper cretaceous sandstones of Diablo Range, California,* por Briggs (Louis I.)
— *Permian amphibians from New México,* por Lanston (Wann)
— *Annual cycle, environment and evolution in the Hawiian Honey creepers,* por Baldwin (Paul H.)
— *Archeology of the Napa Region,* por Heizer (Robert F.)
— *Pratical ortography of African languages,* por
— *Biology and Taxonomy of the Nearctic species of Trogoderma (Coleoptera: Dermestidae),* por Beal (Richard S.)
— *Revisional (A) study of the bees of the genus Perdita F. Smith, with special reference to the fauna of the Pacific Coast (Hymenoptera, Apoidea) Part I,* por Timberlake (P. H.)
— *Revision (A) of the genus Lordotus Loew in North America (Diptera: Bombyliidae),* por Hall (Jack C.)

Universitaire Pers Leiden:

— *Oplossing (De) van de Soedan-Kwestie,* por Adam (Dr. L.)

Netherllands Universities:

— *Leaps and aproaches towards self-government in British Africa* por Asbeck (F. M. van)

Do Secretariado Nacional de Informação: — Lisboa

— *Plano (O) de Fomento — Conferências ministeriais inauguradas pelo Presidente do Conselho em 28 de Maio*

Da Redacção da Revista Agronomia Lusitania:

— *Acidos (Os) gordos essenciais nas gorduras alimentares portuguesas,* por Santos (Paulo Orlando Pereira)

Dr. Platão Guerra:

— *Universo (O) vivo,* por Guieu (Jimy)

Periódicos recebidos por oferta e permuta

(de Julho a Setembro)

Africa, (Revista de accion española, Madrid, n.os 151 a 153-Julho a Setembro-1954

African Affairs, The Royal African Society, Londres, Vol. LIII, n.º 212 Julho de 1954

Afrika Institut, Leiden, Holand, n.º 8, Agosto de 1954

Ampurias, Museu de Arqueologia, Barcelona, n.º XV/XVI, 1953-1954

Anais do Clube Militar Naval, Lisboa, n.os 4-6, 7/9 - Abril-Setembro - 1954

Archivos del Instituto de Estudios Africanos, Madrid, n.os 25 a 27 Julho a Dezembro 1953; n.º 28 Março 1954

Biblos, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Vol. XXIX 1953

Boletim da Estação Meteorológica de Bafatá, n.os 3 e 4 Março-Abril 1954

Boletim da Estação Meteorológica de Bissau, n.os 3 e 4 Março e Abril 1954

Boletim da Estação Meteorológica de Bolama, n.os 1 e 2 Jan. e Fever. 1954

Boletim Geral do Ultramar, Agência Geral do Ultramar, Lisboa, Ano XXIX n.os 345 a 349, Março a Julho 1954

Boletim Geográfico, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Rio de Janeiro, n.os 113 e 114 Março-Abril e Maio-Junho 1954

Boletim do Instituto de Angola, Luanda, n.os 2 e 3

Boletim Mensal de Estatística de Angola, Luanda, n.os 1 a 4, Janeiro a Abril 1954

Boletim da Sociedade de Estudos de Moçambique, Lourenço Marques, n.os 83 a 85 Janeiro a Junho de 1954

Bolletino della Società Geografica Italiana, Roma, n.os 1-2; 3-4 e 5-6 Janeiro a Julho de 1954

Brado (O) Africano, Lourenço Marques, n.os 1520 a 1523 Junho 1954

Brotéria, Lisboa, Vol. LVIII, n.º 6; Vol. LIX n.os 1 e 2-3 1954

Bulletin des Juridiction Indigènes et du Droit Coutumier Congolais, Elisabethville, n.º 9 Maio-Junho 1954

Bulletin des Services des Mines de L'A. O. F., Dakar, n.º 16

Buletin of the Museum of Comparative Zoology, Cambridge, U. S. A, n.os 7 e 8 Junho e Julho 1954

Bolletino di Paleontologia Italiana, Roma, Ano VIII, Vol. 5 e 6 1953

Cabo Verde, Boletim de Propaganda e Informação, Praia, Ano V, n.os 58 a 60 Julho a Setembro 1954

Cahiers (Les) d'Outre-Mer, Revue de Géographie, Bordeaux, n.º 26 Abril-Junho 1954

Clarim (O), Bi-semanário, Macau, n.os 88 a 104, Março e Abril 1954

Comércio Português, Associação Comercial de Lisboa, n.os 87/88 Dezembro 1953

Cuadernos de Estudios Africanos, Madrid, n.º 26 - 2.º Trimestre 1954

C. S. A., Congo Belga, Bukavu, n.os 5 e 6

Defesa Nacional, Lisboa, n.os 239-240, Março-Abril 1954

Ecos da Guiné, Boletim de Informação e Estatística, Repartição do Gabinete, Bissau, Ano IV, n.os 42-43 Janeiro e Fevereiro 1954

Escola Portuguesa, Direcção Geral do Ensino Primário, Lisboa, n.os 1.004 a 1.005

Études Camerounaises, Centrifan-Douala, Vol. IV n.os 41/42 1954

Études Dahoméenes, Centrifan-Dahomey, Porto Novo, n.º 10 1953

Gazeta Literária, Associação dos Jornalistas e Homens de Letras, Porto, n.os 21-22 Maio-Junho 1954

Geographical Review, Nova York, n.º 3, Vol. 44 Julho de 1954

Império, Lourenço Marques, n.os 37 e 38/39

Indice Cultural Español, Direccion General de Relaciones Culturales, Madrid, n.os 100 a 102 Maio e Junho 1954

International Review of Missions, Londres, n.º 171 Julho 1954

Jornal de Angola, Luanda, n.os 6 a 8 Maio a Junho 1954

Jornal de Benguela, Benguela-Angola, n.os 2.923 a 2.942 Junho a Agosto 1954

Jornal-Magazine da Mulher, Lisboa, n.os 38-39 e 40-41 Abril a Julho 1954

Journal (The) of Air Law and Commerce, Chicago, Vol. 21 n.os 1 e 2 1954

Macau, Boletim de Informação, n.os 17 a 22

Memórias e Notícias, Centro de Estudos Geológicos da Universidade de Coimbra n.º 36-1954

Mensário Administrativo, Luanda, n.os 71 a 74

Mensário das Casas do Povo, Lisboa, n.os 96 a 99, Ano VIII Junho a Setembro 1954

Missões-Revista Missionária, Lisboa, Ano VII, n.º 4 Julho-Agosto 1954

Missionário (O) Católico, Cucujães, Ano XXXI, n.os 5 a 9 Maio a Setembro 1954

Moçambique, Lourenço Marques, n.º 77, Março de 1954

Monthly Weather Review, Washington Vol, 81-n.º 11; Vol. 82 - n.os 1 a 4 Janeiro a Abril 1954

Notícias de Portugal, Secretariado Nacional de Informação, Lisboa, n.os 372 a 384 Junho a Setembro 1954

Notes Africaines, Institut Français d'Afrique Noire, Dakar, n.º 63 Julho 1954

Netherlands Journal of Agricultural Science, Wageningen - Holand Vol. 2.º n.os 1 a 3 Fevereiro a Agosto 1954

Portugal - S. N. I., Lisboa, n.os 217-218 e 219-220 Abril e Maio 1954

Portugal em África - Revista Missionária, Lisboa, n.os 63 e 64 Maio-Junho e Julho-Agosto 1954

Przeglad Geograficzny, Polish Geographical Review, Warzawa, Tomo XXV 1 e 2 1954

Problèmes d'Afrique Centrale, Bulletin de l'Association des Anciens Étudiants de L'I. N. U. T. O. M., Bruxeles, n.º 23 1954

Revista Analitica de Educacion, UNESCO, Paris, n.os 5 e 6 Maio e Junho 1954

Revista Brasileira de Geografia, Rio de Janeiro, Ano XV, n.os 2 e 3 Abril-Junho e Julho-Setembro 1953

Revista de Ciências Veterinárias, Lisboa, Vol. XLIX, n.os 348-349 Janeiro-Junho 1954

Revista da Faculdade de Ciências, Faculdade de Ciências de Lisboa, 2.ª Série Vol. II, n.os 1 e 2 1952 e Vol. III n.º 1 1953

Revista do Gabinete de Estudos Ultramarinos, Lisboa, n.os 9-10 Jan.-Junho 1953

Revista de Portugal, Lisboa, Vol. XIX n.os 126 e 127 Junho e Julho 1954

Revista Militar, Lisboa, n.os 6 e 7 e 8-9, Junho, Julho e Agosto-Setembro 1954

Revista di Agricoltura Subtropicale e Tropicale, Instituto Agronómico per l'Africa Italiana-Firenza, Vol. XLVII n.os 10-12 Out.-Dez. 1953; Vol. XLVIII, n.os 1-3 Jan.-Mar. 1954

Trabalhos da Sociedade Portuguesa de Antopologia e Etnologia, Faculdade de Ciências, Porto, Vol. XIII n.os 3-4

Tropical Abstracts, n.os 8 a 15, Abril a Julho 1954

MUSEU DA GUINÉ PORTUGUESA

Movimento da Biblioteca no 3.º Trimestre de 1954

Meses	Obras gerais	Ciências Matemáticas	Ciências Físico-Químicas	Geologia, Mineralogia e Paleontologia	Biologia e Nutrição	Antropologia	Botânica	Zoologia	Ciências Médicas	Climatologia	Religião	Filosofia	Ciências Sociais	Filologia, Linguística	Ciências Aplicadas Tecnologia	Belas Artes	Desporto, Divertimentos e Jogos	Geografia	História	Biografias	Literatura	Periódicos-jornais, etc.	Totais Parciais
	A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	K	L	M	N	O	P	Q	R	S	T	U		
	Empréstimo domiciliário																						
Julho.....	2				1	1	1				2	1	5						1	1	59	3	77
Agosto ...				1				1	1		1	1	5		1				2	2	39	8	62
Setembro .	1				1			2				1	4		3					4	69	23	108
TOTAL..	3			1	2	1	1	3	1		3	3	14		4				3	7	167	34	247
	Leitura feita na sala																						
Julho.....	1												1		3					2		44	51
Agosto ...	3	1					1						1						2		5	73	86
Setembro .	3							2							1			2	1	1	2	77	89
TOTAL .	7	1					1	2					2		4			2	3	3	7	194	226

Biblioteca do Museu da Guiné, em Bissau

O Conservador,
Joaquim Areal